



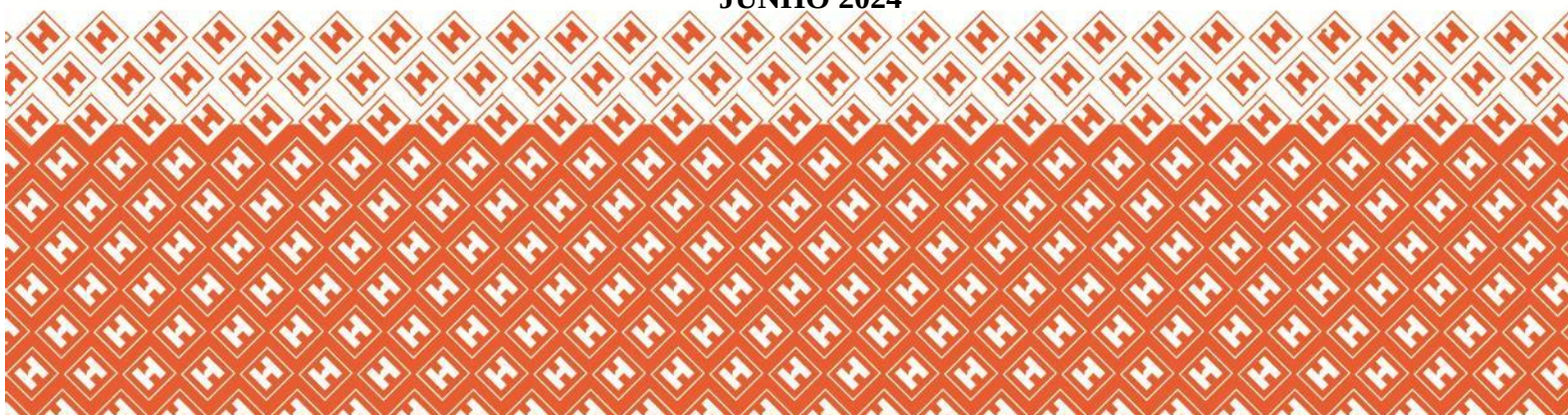
PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

MAGNA TATIANE NUNES BOLONHA

**A LINGUAGEM LITERÁRIA NO ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL-LOCAL:
PERSPECTIVAS SENSÍVEIS E DESCOLONIAIS DA HISTÓRIA MATO-GROSSENSE**

**CÁCERES, MT
JUNHO 2024**



MAGNA TATIANE NUNES BOLONHA

**A LINGUAGEM LITERÁRIA NO ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL-LOCAL:
PERSPECTIVAS SENSÍVEIS E DESCOLONIAIS DA HISTÓRIA MATO-GROSSENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade do Estado de Mato Grosso Campus de Cáceres, como requisito para obtenção do título de mestre em Ensino de História.

Linha de Pesquisa: Linguagens e Narrativas Históricas:
Produção e Difusão

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Martins da Silva

**CÁCERES
2024**

BOLONHA, Magna Tatiane Nunes. **A LINGUAGEM LITERÁRIA NO ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL-LOCAL: PERSPECTIVAS SENSÍVEIS E DESCOLONIAIS DA HISTÓRIA MATO-GROSSENSE**. Dissertação do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Ensino de História. Cáceres, MT, p.155. 2024.

Apresentado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade do Estado de Mato Grosso Campus de Cáceres, como requisito para obtenção do título de mestre.

Defesa de qualificação em _____ de _____ de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Dra. Fernanda Martins da Silva (UNEMAT)
Orientadora

Prof Dr. Eudes Fernando Leite (UFGD)
Examinador Externo

Professora Dra. Maria do Socorro de Souza Araújo (UNEMAT)
Examinadora Interna

Prof Dr. Carlos Ednei de Oliveira (UNEMAT)
Examinador Suplente

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Divisão de Biblioteca da UNEMATCatalogação
de Publicação na Fonte. UNEMAT - Unidade padrão

Bolonha, Magna Tatiane Nunes.

A LINGUAGEM LITERÁRIA NO ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL-LOCAL:
PERSPECTIVAS SENSÍVEIS E DESCOLONIAIS DA HISTÓRIA MATO-GROSSENSE
/ Magna Tatiane Nunes Bolonha. - Cáceres, 2024.
154f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes
Maldonado", Ensino de História/CAC-PROFHISTORIA - Cáceres -
Mestrado Profissional, Campus Universitário De Cáceres "Jane
Vanini".

Orientador: Fernanda Martins da Silva.

1. Ensino de História. 2. História Regional. 3. Linguagem
literária. 4. Profhistória. I. Silva, Fernanda Martins da. II.
Título.

UNEMAT / MTSCB

CDU 94:37



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

Aos dois dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, às 08h, ocorreu a Defesa Pública da Dissertação de Mestrado de **Magna Tatiane Nunes Bolonha** com a produção intitulada “A LINGUAGEM LITERÁRIA NO ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL-LOCAL: PERSPECTIVAS SENSÍVEIS E DESCOLONIAIS DA HISTÓRIA MATO-GROSSENSE”. A defesa ocorreu de forma remota, a distância, via Google/meet <https://meet.google.com/swy-kqgu-ner?authuser=0> e foi transmitida via YouTube <https://www.youtube.com/watch?v=XDC9QGzXXbQ>. A Comissão Examinadora foi composta por: Profa. Dra. Fernanda Martins da Silva - UNEMAT (orientadora-presidente), Prof. Dr. Eudes Fernando Leite - UFGD (Examinador Externo), Profa. Dra. Maria do Socorro de Souza Araújo – UNEMAT (Examinadora Interna) e o Prof. Dr. Carlos Ednei de Oliveira – UNEMAT (Examinador Suplente). Concluída a exposição e a arguição, a Comissão Examinadora, após ponderações e avaliações, considera a candidata **aprovada**. A candidata deverá atender, sob orientação, as exigências solicitadas de acordo com os prazos definidos pelo Programa. E, para constar, foi lavrada a presente Ata que será assinada pelo presidente da Comissão Examinadora e pelos professores avaliadores.

Comissão Examinadora:



Documento assinado digitalmente
FERNANDA MARTINS DA SILVA
Data: 03/07/2024 11:03:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Fernanda Martins da Silva
(UNEMAT - Presidente da Banca)



Documento assinado digitalmente
EUDES FERNANDO LEITE
Data: 03/07/2024 11:33:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Eudes Fernando Leite
(UFGD - Examinador Externo)



Documento assinado digitalmente
MARIA DO SOCORRO DE SOUZA ARAÚJO
Data: 02/07/2024 23:47:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria do Socorro de Souza Araújo
(UNEMAT - Examinadora Interna)
Participação remota – Síncrona



Documento assinado digitalmente
CARLOS EDNEI DE OLIVEIRA
Data: 03/07/2024 20:50:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Ednei de Oliveira



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO
PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA**



(UNEMAT – Examinador Suplente)

À Melina e Heitor, minha maior
motivação e meu maior amor.

AGRADECIMENTOS

Ao final desta trajetória, gostaria de expressar minha gratidão às pessoas que estiveram presentes ao longo dessa jornada contribuindo de alguma maneira para sua concretização.

À minha orientadora Profa. Dra. Fernanda Martins da Silva que desde o primeiro contato se mostrou muito humana. Agradeço sua sensibilidade, compreensão, às divagações e conversas necessárias para trazer uma dose de leveza, porém nunca abandonando a seriedade e compromisso com os diálogos e discussões para a realização desta dissertação. Agradeço ainda sua paciência, sua confiança e apoio para além da relação orientadora e mestranda.

Aos professores, Dr. Eudes Fernando Leite e Dra. Maria do Socorro de Souza Araújo pela leitura e contribuições sugeridas no exame de qualificação

Ao amor e incentivo de minha família: minha mãe Marinalva e meu pai Orlando que, sempre lutaram e me incentivaram na busca por conhecimento me dando suporte em todos os momentos. Às minhas irmãs Agna e Michele e meu cunhado Marcos, sempre presentes pelo afeto e apoio.

Ao meu marido Leandro, pelo cuidado de sempre com nossa família, por me apoiar, por ser acolhida e suporte nesta trajetória. Aos meus filhos, Melina e Heitor, que diariamente me ensinam o verdadeiro sentido de amar, que na ingenuidade da infância não compreendem as ausências necessárias para a realização deste trabalho, mas me sustentaram com os abraços, beijos e sorrisos sinceros.

À Matilde e Laury, minha sogra e sogro que, no período que estiveram próximos fizeram todo o possível para me auxiliar na execução da escrita e ainda na distância sempre manifestando apoio e afeto através de palavras. Obrigada pelo incentivo que sempre mantiveram e o amor manifestado de distintas maneiras.

Aos professores do Programa ProfHistória, Prof. Dr. Carlos Edinei, Profa. Dra. Regiane Cristina, Dra. Maria do Socorro agradeço o aprendizado, as conversas e discussões que contribuíram para meu aprendizado e para este trabalho.

À Roseli Vargas, por quem mantenho eterna gratidão pelas nossas viagens na madrugada para as aulas do mestrado, pela acolhida e suporte, agradeço ainda pelos abraços e palavras de incentivo nos momentos de grande desafio.

À Rosiane, uma amizade que o mestrado me proporcionou, sou grata pelo apoio e incentivo, sua ajuda foi de fundamental importância ao longo de toda a trajetória e para a produção deste

trabalho. À Giuslane, minha amiga desde a graduação, sempre solícita e generosa, obrigada pelo apoio moral, pelas palavras de estímulo e ainda pelas contribuições durante toda a jornada do mestrado. À Andréia, uma querida amiga que também veio com o mestrado, agradeço a companhia, o incentivo e as palavras de conforto. À Ione e Ana Caroline sempre com palavras de estímulo, agradeço ainda as trocas e contribuições.

À Dona Ana Maria e Márcia, por me acolherem sempre com muito carinho, chás quentinhos e uma cama macia para descanso após cada aula presencial do mestrado, minha eterna gratidão.

Por fim, agradeço a essa força/energia superior, Deus, que me oportunizou trilhar esse caminho e colocando ao longo deste, valiosas pessoas para me sustentar, inspirar e apoiar até o fim.

“A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante” (Antonio Cândido).

RESUMO:

Esta pesquisa apresenta uma proposta de ensino de História de Mato Grosso a partir da linguagem literária. Com foco no processo de descolonização do Ensino de história, buscamos problematizar as produções existentes pautadas em uma história dominante que excluiu os ex-escravizados e os indígenas de suas produções literárias. O ensino de História Regional/Local apresenta-se como uma possibilidade extra de descentralizar o olhar historiográfico e contribuir para que as especificidades regionais sejam ressaltadas, sem perder de vista o nacional, neste caminho, a História Regional/Local se mostra capaz de viabilizar abordagens que contemplem a pluralidade étnico-cultural brasileira. Ademais, o ensino de história a cerca de história regional que se pauta numa perspectiva descolonial consiste no rompimento com a história eurocêntrica, que buscou validar as concepções e práticas produzidas por intelectuais brancos em detrimento da invalidação dos pensamentos, manifestações e concepções das populações africanas e afro-brasileiras e indígenas. O objeto artístico, por sua vez, é tomado aqui enquanto fonte de análise que nos permite compreender a dimensão imaginária de uma determinada sociedade e de seu período, revelando também as sensibilidades de uma época que pode não estar presente em outras fontes históricas e mesmo nos materiais didáticos. A literatura ao mesmo passo que a história nos permite “ver” o mundo, no entanto enquanto a primeira não possui qualquer pretensão de alcançar o real acontecido, a história presa pelo que é plausível e verossímil. A obra literária tomada como fonte histórica é concebida nesta pesquisa como uma representação construída sobre um determinado “mundo”, que ao ser analisada e problematizada nos permite o “acesso ao imaginário” acerca de uma dada sociedade ou de uma época, como os mitos, ideologias, conceitos, valores entre outros. Para a fundamentação bibliográfica dispomos das concepções apresentadas por Durval Muniz de Albuquerque Júnior; Sandra Pesavento; Antonio Cândido; Grada Kilomba; bell hooks; Jörn Rüsen entre outros. Os conceitos centrais são os de descolonialidade; história regional e local; identidade; representação; imaginário social e o de consciência histórica. Como produto pedagógico esta pesquisa apresenta uma cartilha pedagógica direcionada ao professor (a) de História com orientações de como utilizar a linguagem literária em sua prática de ensino, com sugestões de atividades e referências para aprofundamento de pesquisa sobre a História mato-grossense.

Palavras Chaves: Ensino de História; História Regional; Linguagem Literária; Profhistória.

ABSTRACT:

This research presents a proposal for teaching the History of Mato Grosso based on literary language, focusing on the process of decolonization of History teaching. We seek to problematize existing productions based on a dominant history that excluded former slaves and indigenous people from their literary productions. The teaching of Regional/Local History presents itself as an additional possibility of decentralizing the historiographical perspective and contributing to highlighting regional specificities, without losing sight of the national. In this way, Regional/Local History proves capable of enabling approaches that contemplate Brazilian ethnic-cultural plurality. Furthermore, teaching history about regional history that is based on a decolonial perspective consists of breaking with Eurocentric history, which sought to validate the conceptions and practices produced by white intellectuals to the detriment of invalidating the thoughts, manifestations and conceptions of African, Afro-Brazilian and indigenous populations. The artistic object, in turn, is taken here, as a source of analysis that allows us to understand the imaginary dimension of a given society and its period, also revealing the sensibilities of an era that may not be present in other historical sources and even in teaching materials. Literature, like history, allows us to “see” the world, however, while the former has no pretension of reaching the real events, history is bound by what is plausible and credible. The literary work taken as a historical source is conceived in this research as a representation constructed on a given “world”, which when analyzed and problematized provides “access to the imaginary” about a given society or an era, such as myths, ideologies, concepts, values, among others. For the bibliographical basis we have the concepts presented by Durval Muniz de Albuquerque Júnior; Sandra Pesavento; Antonio Cândido; Grada Kilomba; bell hooks; Jörn Rüsen among others, the central concepts are those of decoloniality; regional and local history; identity; representation; social imaginary and historical consciousness. As a pedagogical product, this research presents a pedagogical primer that guides the History teacher to use literary language in their teaching practice, with suggestions for activities and guidelines for in-depth research on the History of Mato Grosso.

Key Words: Teaching History; Regional History; Literary Language; Teach History

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
 CAPÍTULO I: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA DE MATO GROSSO. LUGAR E PRODUÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL NOS CURRÍCULOS MATO-GROSSENSE	23
1.1 História Regional- Considerações conceituais	24
1.2 História Regional- Uma preocupação na pauta política do Mato Grosso	31
1.3 História Regional e o Currículo de História: apontamentos e problematizações	36
1.4 A História Regional nos atuais currículos de Mato Grosso.....	44
1.5 Locais de produção acerca da História Regional durante o século XX: O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).	52
1.6 História Local/Regional- Aprendizagem Histórica e o Ensino de História.....	58
1.7 O Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Ensino (ProfHistória)	62
 CAPÍTULO II: ENTRE IDENTIDADE E REPRESENTAÇÕES: ANÁLISE DA CRÍTICA E RECEPÇÃO DA PRODUÇÃO LITERÁRIA MATO-GROSSENSE.	67
2.1 Os memorialistas Estevão de Mendonça e Virgílio Corrêa Filho enquadramento identitário	74
2.2 José Barnabé de Mesquita- A literatura e a construção da identidade mato-grossense na produção ficcional	82
2.3 Dom Francisco de Aquino Corrêa- O projeto de pacificação e produção identitária.....	87
2.4 A influência modernista e a produção literária em Mato Grosso a partir de 1950. Novos escritores, nova gente, retomada de velhos conceitos e representações.....	94
 CAPÍTULO III: POR UMA HISTÓRIA MATO-GROSSENSE PLURAL E DIVERSA: ANÁLISE DA OBRA BAOBÁ: A ÁRVORE DA VIDA	109
3.1 Da posição do artista ao contexto político-social de produção da Obra.....	111
3.2 Da Obra: <i>Baobá</i> (2020) seus signos e símbolos	114
3.3 Os Personagens Tereza e Sebastião de Benguela: Resistência e liberdade.	121

3.3 O quilombo de Quariterê: Símbolo de resistência e espaço de reconstrução identitária..	134
3.4 Explorando os símbolos e signos da <i>Obra</i> no Ensino de História.....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS	143

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou refletir sobre o ensino de história regional/local a partir da linguagem literária com foco no processo de descolonização da história mato-grossense, nos propusemos aqui pensar o papel da literatura na construção do imaginário e dos sentidos que envolvem a identidade mato-grossense e a partir desta conjuntura propor estratégias para um ensino de história que esteja comprometido com a pluralidade e a diversidade social, uma vez que, na condição de professora do ensino de base, observei que a história regional/local e o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira ainda são duas fragilidades do atual ensino de História que carecem de maiores problematizações.

Esta pesquisa se concretizou com o ingresso no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), especificamente a partir de orientação, porém, a escolha da proposta desta pesquisa perpassa minha experiência enquanto docente na escola pública de ensino básico. Atuando há dez anos como professora na rede estadual, tanto no ensino fundamental como ensino médio, percebo a dificuldade em se trabalhar com a história regional/local decorrente de inúmeros fatores, dentre eles, podemos apontar a falta de material didático-pedagógico acessíveis à professores e principalmente aos estudantes.

Durante o curso de graduação em Licenciatura em História, em razão da grade curricular do curso na época, o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira não compunha o currículo e dessa forma não fez parte de minha formação. Durante todo o curso tive uma única disciplina, no sexto semestre, com carga horária de sessenta horas, com o título “História da África e Afrodescendentes no Brasil”. Em razão do tempo e outras questões, as discussões e leituras ficaram concentradas na história da África pós colonialismo. Pouquíssimas contribuições tal disciplina pôde proporcionar em relação à história e cultura afro-brasileira e principalmente relacionado ao ensino.

Quando iniciei minha trajetória profissional na educação básica em 2013, mesmo ano de conclusão do curso de graduação, completava dez anos da Lei 10.639/2003 que tornava obrigatório o estudo de história e cultura africana e afrobrasileira nas escolas brasileiras. Neste sentido, senti dificuldades em razão dos fatores apontados acima. Além do mais, o investimento público em materiais e formação continuada para professores na área de humanas não são uma prioridade mediante os baixos índices apresentados pelos mecanismos que avaliam as competências dos estudantes em língua portuguesa e matemática. Enquanto professora de história, com dificuldades para trabalhar temáticas relacionadas à história e cultura africanas e afro-brasileiras e mesmo história indígena, o recurso era buscar subsídios na internet, o que

acabava por demandar muito tempo e este deveria ser dividido também com outras atividades que envolvem o fazer docente.

A escolha da linguagem literária para a pesquisa, deve-se a algumas conversas com uma amiga da época do curso de graduação (2009 e 2013) que também me fez recordar do trabalho que executei entre os anos de 2018 e 2019 em parceria com a disciplina de língua portuguesa, período que trabalhei somente com turmas de ensino médio. Em função de trabalhar as “obras literárias” selecionadas para a disciplina, a professora de língua portuguesa propôs trabalharmos juntas e desenvolver atividades em que os estudantes pudessem perceber essa relação existente entre os movimentos literários e a história e como uma obra literária pode ser uma fonte para o estudo da história.

Diante disso, me deparei com a necessidade de buscar leituras e compreender mais profundamente essa relação entre a literatura e a história e como a primeira pode contribuir para o ensino da disciplina de história. Conforme já mencionado anteriormente, durante minha formação acadêmica não me recordo de ter contato com leituras, autores e discussões a respeito dessa aproximação entre história e literatura. Por mais que em determinadas ocasiões, durante algumas aulas eu tenha inserido abordagens e discussões a partir de uma obra literária, porém foi realizado muito superficialmente devido ao pouco domínio. O conhecimento superficial que construí para desenvolver aquele trabalho com meus alunos do terceiro ano do ensino médio, me levaram a realizar esses últimos ajustes da proposta de pesquisa, tendo a literatura enquanto recurso para o ensino de história de Mato Grosso, além de cultivar um interesse particular pela leitura de romances e contos desde minha época de escola.

Desta forma, esta dissertação buscou unir duas temáticas que consideramos de grande relevância na formação de crianças e jovens. O desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado que toma a história do Estado a partir da linguagem literária, desde a mais canônica e dominante, até as mais recentes que buscam contrapor a história dominante das elites mato-grossenses apresentando personagens afro-brasileiros como protagonistas da história de Mato Grosso e não apenas como coadjuvantes, e que abordam a história mato-grossense pela perspectiva da cultura afro-brasileira. Uma vez que, se tratando de um mestrado profissional, o desenvolvimento desta pesquisa está diretamente alinhado à minha própria formação continuada, bem como contribui também para outros professores ao produzir um material voltado ao ensino de História.

Em razão talvez da própria formação acadêmica e ausência de materiais voltados a história de Mato Grosso, as discussões nessa área ficam reservadas a pontos específicos, inseridos pelos professores durante abordagens relacionadas à história macro/nacional, ou

propostas para o último bimestre, uma vez que a “história do estado” é obrigatória em vestibulares das universidades estaduais e federais de Mato Grosso.

Grande parte dessa problemática acima exposta, podemos atribuir aos livros didáticos adotados pelo Estado, produzidos por editoras da região sudeste e distribuídos pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). Estes ainda apresentam uma organização que privilegiam um conhecimento histórico, universalizado em temas de História Geral e do Brasil, muitas vezes distante do tempo presente dos estudantes e, portanto, sem significado para estes. Se em muitos casos, os livros didáticos são os principais ou talvez únicos aportes para as aulas de história e estes não contemplam a história regional/local, essa acaba por ficar a cargo do professor(a) em pesquisar produções acadêmicas e científicas, exigindo tempo e esforço de professores(as) que precisam desenvolver inúmeras outras atividades de sua função.

Além do mais, novas pesquisas e discussões são produzidas e emergem constantemente nos meios acadêmicos, os professores atuantes nas cidades mais distantes dos centros universitários acabam não tendo contato por não terem oportunidade de participar de congressos, encontros e discussões promovidos por instituições acadêmicas, ou mesmo um curso de pós-graduação, a exemplo do ProfHistória. Inúmeras vezes o que vemos é o distanciamento dos professores que atuam na rede básica de ensino e do meio acadêmico após concluírem seus cursos de graduação, afastando-se também de novas abordagens, novas propostas e discussões, mesmo com as políticas de formação continuada desenvolvidas pelas redes de ensino.

Mediante tais questões, em muitos casos, parte dos trabalhos em sala de aula voltados à História de Mato Grosso e mesmo a história local ficam reduzidas a abordagens superficiais e voltadas a narrativas de cunho memorialista ou que privilegia determinados sujeitos em detrimento de outros.

Além disso, frequentemente o professor de história se vê diante da necessidade de reafirmar aos estudantes a importância do ensino de história para sua formação crítica, política e social. A necessidade de legitimação do conhecimento histórico aos estudantes constitui-se ainda um ponto de reflexão importante. Se crianças e jovens acreditam que a História só diz respeito ao estudo do passado, que aquilo não faz parte de suas vivências e experiências, entendemos então que até o momento, aquela disciplina não se mostrou significativa para estas crianças e adolescentes. Ana Maria Monteiro (2007, p.11) refletindo sobre essa questão afirma que,

[...] num mundo onde os meios de comunicação acentuam a presentificação do tempo, no qual o “aqui” e o “agora” parecem ocupar todas as atenções e

esforços, e onde o antigo é qualificado como velho, obsoleto e, portanto, descartável, o estudo da História torna-se uma tarefa difícil e desafiadora, para muitos, desnecessária (Monteiro, 2007, p.11).

É na busca da superação dessas concepções que professores(as) se (re)inventam procurando alternativas que auxiliem os estudantes. Neste caminho, buscando significar o ensino de história para os estudantes, levá-los a perceberem-se enquanto sujeitos históricos e compreenderem que a história não se refere somente ao passado, entendemos que o ensino de história deve tratar das relações socioculturais e das estruturas político-econômicas que permeiam as experiências e o tempo presente desses estudantes.

Ao apontar as contribuições da história regional, Ana Maria Carvalho de Oliveira (2003), defende que, na perspectiva da nova História Cultural, a história regional constitui uma nova possibilidade de investigação e interpretação histórica, é por meio dela que se busca fazer emergir o específico, o próprio, o particular. Aplicada ao ensino traz a possibilidade de os estudantes perceberem que a história está presente em todos os momentos, que as diferentes interações sociopolíticas, econômicas e culturais vivenciadas pelos diferentes indivíduos interferem em suas construções e representações e as mesmas são constantemente modificadas pelos mesmos indivíduos.

Neste contexto é que acreditamos nas potenciais contribuições da história regional/ local, com o propósito de permitir aos estudantes se perceberem enquanto agentes históricos e compreenderem seu papel social a partir do desenvolvimento de uma consciência histórica, conforme apontamentos de Jörn Rüssen. Para o autor (2007), a história constitui um mecanismo por meio do qual os homens se apropriam do passado a partir de questões de seu tempo presente estabelecendo um “quadro interpretativo” deste, de sua realidade e a compreensão de si mesmo e de seu mundo.

A busca por inovar e atrair a atenção dos estudantes, faz com que os professores invistam em diversos recursos didáticos, utilizando filmes, jogos, séries, imagens, charges, fotografias, entre outros. Na tentativa de sair do habitual uso do livro didático e apresentar aos estudantes outros recursos pelos quais pode-se construir o conhecimento histórico, diferentes recursos didáticos pedagógicos são adotados pelos professores, a exemplo da fonte literária.

Grande parte das obras literárias trabalhadas no ensino básico são as produções clássicas brasileiras em razão dos exames de vestibular e mesmo o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os estudantes, com raríssimas exceções, em sua grande maioria desconhecem autores e produções literárias mato-grossenses, mesmo os professores não dispõe de obras produzidas por mato-grossenses para desenvolver trabalhos e utilizá-las em suas aulas.

Nesta conjuntura, esta dissertação buscou em um primeiro momento fazer uma contextualização das produções literárias, que para além de serem produzidas por Mato-grossenses usam o Estado em suas temáticas e, posteriormente, buscamos uma obra que contribuísse para a análise da História de Mato Grosso numa outra perspectiva, abordando a história dos personagens negros e o papel dos ex-escravizados no processo de construção do Estado, uma vez que nos interessa propor um ensino de História de Mato Grosso numa perspectiva descolonial, que apresente aos estudantes a cultura Africana e Afro-brasileira presentes no Estado que de certa forma ainda são relegadas à margem. Desta maneira, mediante orientação e diálogos estabelecemos a perspectiva descolonial para esta pesquisa.

O conceito descolonial em nossa compreensão se faz necessário, um vez que é possível perceber que as relações de poder e dominação instituídas com o processo de colonização ainda sobrevivem em nosso país e no cotidiano, atingindo as estruturas socioculturais e políticas. De acordo com Nilma Lino Gomes (2016), a colonialidade, visto que esta seria uma resultante histórico-cultural do processo de dominação empreendido pelo projeto colonial, também permeia os currículos da educação básica, sendo potentes narrativas com capacidade de definir o que pode ser considerado legítimo, válido, moralmente aceito, bom ou ao contrário. De acordo com a mesma,

[...] as narrativas do currículo trazem embutidas noções sobre quais grupos sociais podem representar a si e aos outros e quais grupos sociais podem apenas ser representados ou até mesmo ser totalmente excluídos de qualquer representação. E mais: as narrativas representam os grupos sociais de formas diferentes, ou seja, valorizam alguns (sua história, conhecimentos, cultura, política, sexualidade e religião) e desvalorizam outros (Gomes, 2016, p. 252, *apud*, Silva, 1995).

Neste sentido, verificamos o potencial de um currículo em perpetuar práticas de exclusão, racismo e preconceito em relação ao povo e cultura africanas e afro-brasileiras. A respeito desse silenciamento dos povos e culturas africanas e afro-diaspórica podemos refletir com base em Grada Kilomba (2019) e o conceito de “*objeto*”.

A partir da influência da obra de bell hooks (1989), Kilomba trata da construção histórica de bases brancas da ideia de “*sujeito*” e “*objeto*”. Segundo a autora, enquanto uma construção do projeto colonizador o conceito de “*sujeito*” é referente aqueles indivíduos que possuem o direito de “estabelecer sua própria identidade” (p. 28, 2010), que possui a autoria de sua própria história, em contrapartida a concepção de “*objeto*”, seria aquela referente ao indivíduo que tem sua identidade produzida pelo outro, neste caso o colonizador. Este também assume a designação da história desses sujeitos conforme suas referências e concepções em relação ao

“*outro*”, lugar definido pelo branco colonizador aos sujeitos negros.

Por conseguinte, a compreensão de descolonização, a partir de Grada Kilomba refere-se a uma desconstrução desse “*outro*”, produzido pelo colonizador. É uma oposição a toda uma construção secular que proporcionou a percepção de os indivíduos brancos e suas referências sociais, culturais e político como superior e civilizado em detrimento de tudo que advém do povo africano e afrodiaspórico. Sem lugar de fala, ocupando a “subalternidade”, confinados a posição de marginalidade e silêncio, este é o lugar designado pelo branco aos povos negros ao se apropriarem desse lugar de enunciação sobre o povo “subalterno”- colonizados - conforme suas referências e concepções e criarem mecanismos que silenciassem os povos africanos e afro-brasileiros. Assim, concordamos com Nilma Lino Gomes (2011) ao apontar a educação enquanto sendo um dos principais espaços de luta dos movimentos sociais no Brasil”, é também, onde percebemos ainda a perpetuação, mesmo diante de alguns avanços e conquistas em prol a igualdade racial, de representações negativas cristalizadas no imaginário em relação a cultura e identidades africanas e afro-brasileiras.

Ao lançar mão da linguagem literária como objeto para esta pesquisa, nos apoiamos nas considerações de Sandra Pesavento (2003). De acordo com a autora, um objeto artístico ao se tornar fonte de análise nos permite compreender a dimensão imaginária de uma determinada sociedade e de seu período, revelando também as sensibilidades de uma época que pode não estar presente em outras fontes históricas e mesmo nos materiais didáticos. A literatura ao mesmo passo que a história permite “ver” o mundo, no entanto enquanto a primeira não possui qualquer pretensão de alcançar o real acontecido, a história presa pelo que é plausível e verossímil. A obra literária tomada como fonte histórica deve ser concebida como uma representação construída sobre um determinado “mundo”, passível de indagações dando ao historiador “acesso ao imaginário” a cerca de uma determinada sociedade ou de uma época, como os mitos, ideologias, conceitos, valores entre outros.

Essa aproximação entre história e ficção tem sido objeto de discussão para vários pesquisadores, por sua vez Pesavento (1999) pondera que na contemporaneidade podemos falar mais em diálogo do que a existência de fronteiras entre ambas, ao ponto de permitir a interdisciplinaridade. A esse respeito Circe Bittencourt (2018) ao refletir sobre a interdisciplinaridade do documento literário aponta que:

Para a História, **o uso de documentos literários como fonte**¹ [...] torna possível analisar textos literários como documentos de época, cujos autores [...] pertencem a determinado contexto histórico e são portadores de uma cultura

¹ *Grifo nosso*

exposta em suas criações, seguidores de determinada corrente artística e representantes de seu tempo (Bittencourt, 2018, p.276).

A relação entre História e Literatura também aparece nas considerações de Carlo Ginzburg (2007), para o autor a literatura pode ser considerada um testemunho histórico pois mesmo não se tratando de um “exemplo verdadeiro de narração, é uma imagem verdadeira de usos e costumes” (p.81). A verossimilhança é utilizada pelo autor para trazer aceitabilidade, aproximar o enredo, os personagens do “real”, garantindo o efeito de “como-se-fosse-verdade” (Viana, 2016, p.20).

Sendo um importante “registro sensível” no tempo em que foi produzida, a arte proporciona ao historiador, aquele que se propõe a interrogá-la enquanto fonte, informações sobre os homens e suas representações de mundo, através do que Pesavento (2002) chama de “metáforas”, o real dito de forma diferente. Cabe destacar que, enquanto “marca de historicidade que guarda uma impressão de vida” (p.57), a arte, a obra ficcional é reveladora sobre os aspectos que envolvem seu momento de produção, sua feitura e não sobre o tempo tratado/ narrado pelo enredo.

A partir das considerações acima, a centralidade da análise aqui desenvolvida recai sobre uma reflexão em como a obra “Baobá: A árvore da vida” (2020) pode contribuir para o ensino de história regional numa perspectiva descolonial, ou seja, buscando tratar de sujeitos e parte da identidade sócio-cultural mato-grossense negada nas produções memorialistas e literárias dominantes do século XX. Conforme Antônio Candido (2011) a literatura possui “níveis de conhecimento intencional” delineadas pelo autor que são apropriados de forma conscientes pelos leitores, estes são os primeiros aspectos que atraem a atenção dos receptores e carregam as intenções, ideologias, crenças, revoltas do autor. Neste sentido, buscamos identificar as intencionalidades presentes na produção literária mato-grossense, bem como os aspectos que envolvem seu momento de produção. Ainda, conforme Candido a literatura pode exercer um processo de “humanização”, entendido por este como

O processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso de beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor (Candido, 2011, p. 182).

Enquanto objeto de crítica social, política, ética e mesmo religiosa a literatura ainda pode ser uma expressão da posição do autor frente a sociedade e seus problemas. Assim sendo, aplicada ao ensino de história, possibilita aos estudantes a oportunidade de análise dessa

realidade, de engajamento e luta frente aos problemas, ou nas palavras de Candido, humanizando, uma vez que esta possui também uma função de enriquecimento de nossa percepção do mundo à nossa volta.

A aproximação entre história e literatura requer metodologias específicas, o que ocorreu, sobretudo, a partir da História Cultural, termo que passa a ser utilizado a partir da década de 1980 para fazer referência ao novo modelo de produção histórica. Esta se volta para novos temas e novas leituras acerca de temáticas já existentes que desde então receberá um “novo olhar” lançado pelos historiadores interessados nesse campo. Neste sentido, Roger Chartier ressalta que um objeto literário deve ser compreendido como resultado de diversas forças que atuam sobre ele de modo a demandar diferentes análises além de seu conteúdo estético. O diálogo entre a História e Literatura, conforme o autor, deve ser percebido para além de uma operação mental de quem a escreve, mas como resultado de variados elementos que sobre ela atuam, impactando assim sua recepção e produção.

Ao entendermos que a literatura como testemunha de si mesma, dá ao historiador pistas sobre a escolha do tema assim como a possibilidade de vislumbrar uma rede de relações tomando sua época de produção e de seu autor, compreendemos o uso da micro história como um caminho para a partir dessas pistas compreender algo maior, que em nosso caso específico seria, a começar do contexto regional, perceber como os ex-escravizados são representados na História do Brasil. Os indícios apreendidos pelo historiador, conforme pressupostos da micro-história, são percebidos como parte de um todo de proporções mais extensas que permitem acessar questões até então imperceptíveis ao primeiro olhar.

Conforme reflexões propostas por Carlo Ginzburg (1989), tal método consiste em centrar em detalhes, dados que podem ser imperceptíveis ou mesmo desconsiderados por outros pesquisadores. Deste modo, o paradigma indiciário compreende que as

[...] pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente, sintomas [...], indícios [...], signos pictóricos [...]. *Estas possuem a* ²“capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (Ginzburg, 1989, p. 152).

De acordo com as considerações de Barros (2017), não podemos compreender uma sociedade em toda a sua totalidade a partir de um microuniverso, mas podemos analisar uma sociedade a partir de micro elementos que no jogo de escalas nos permite estabelecer as relações entre o micro e o macro, portanto, é possível observar “algo” da realidade social que envolve o

² Grifo nosso.

fragmento analisado. O historiador ao se apropriar do paradigma indiciário busca interpretar e construir uma determinada realidade social, partindo da leitura desses indícios. A partir da microanálise, o historiador busca extrair de seu objeto detalhes reveladores do cotidiano, do imaginário, as particularidades de determinados grupos sociais, de seu modo de vida e de suas práticas.

Como referencial teórico para desenvolver a análise que se segue, nos alinhamos às pesquisas, estudos e investigações no campo da História Cultural, especificamente nos estudos de Roger Chartier (2002) e suas proposições acerca do conceito de representação, compreendida enquanto uma criação social dos grupos humanos localizados no tempo.

Para Chartier (2002), o pesquisador ao se debruçar sobre tais criações deve perceber e analisar as representações como intencionalidades que influenciam nas experiências humanas. Neste caminho, uma obra literária ao ser analisada como objeto para pesquisa deve ser entendida como uma construção social de sua época, fundamentada em concepções e interesses de seu autor, que possibilita compreender as sensibilidades, sentimentos, imaginários. Enquanto representação criada pelo autor, recria discursos e práticas sociais jamais neutros, mas determinados por interesses. Pesavento (2008), ao refletir sobre o conceito de representação aponta que este não deve ser entendido como uma cópia do real, sua perfeita imagem refletida no espelho, mas uma construção feita a partir desse reflexo. A concepção de representação não corresponde a uma veracidade, mais à verossimilhanças. Portadores do simbólico, as representações dizem mais do que aquilo que mostram, ou enunciam, e o desafio é extrair da leitura, decodificar as simbologias e fazê-las emergirem nas produções.

Ainda não se pode deixar de observar que, para os pesquisadores da história cultural, o campo das representações tanto diz respeito às representações produzidas individualmente, quanto às coletivas, ou seja, modos de pensar e de sentir. Fato é que toda produção humana, de acordo com os pressupostos da História Cultural, perpassa a esfera de representação e imaginário, dessa forma tal conceito também não deve ser ignorado em um trabalho pautado no diálogo interdisciplinar entre história e literatura.

Conforme Pesavento (2006) o conceito de imaginário deve ser compreendido como um “sistema de ideias e imagens de representações coletivas que os homens”, em diferentes épocas, construíram para si. O imaginário seria a capacidade de criação e recriação do real, pelo qual os homens dão sentido ao mundo que os cercam. Dessa forma, a relação entre história e literatura se pauta, nesta pesquisa, na compreensão do imaginário como um elemento organizador de mundo que confere legitimidade e identidade, possibilitando novas formas de ver o mundo e expressar o real.

Um outro aporte teórico conceitual que será empregado na pesquisa diz respeito à compreensão do que seja o regional. Para tal estudo sobre história regional, partimos da perspectiva de *enfoque cultural*, que entende a região enquanto uma construção social elaborada pelos atores estudados, inserem-se nesse âmbito Durval Muniz de Albuquerque Jr. e mesmo José D’Assunção Barros. Segundo este último, a região não é dada previamente, pois esta é construída pelo pesquisador ao definir suas fronteiras sociais, culturais e mesmo políticas a serem analisadas. De acordo com Barros (2022), cada objeto ou problema proposto pelo historiador demandará deste que elabore suas próprias “áreas” e “localidades” que por vezes serão diferentes das fronteiras geográficas e administrativas estabelecidas. Neste viés, compreendemos a história regional enquanto um “recorte”, uma construção histórica e não como um dado natural que antecede a ação do historiador e não carece de problematização.

Conforme Barros (2022), a decisão de uso de história regional ou local são próprias do historiador envolvido neste estudo, pois comumente tais conceitos são empregados como sinônimos. No entanto, a história local aqui é entendida como aquele que toma um “local” como o objeto central para sua análise ou um “fator transversal à luz deste local, desta singularidade local”, como o caso de referências culturais ou políticas específicas daquela localidade. Em contrapartida a pesquisa com enfoque “regional” se refere à abordagem empregada pelo historiador ao seu objeto de estudo, ela busca investigar uma determinada realidade recortada pelo próprio historiador inserida em um determinado “espaço”. Cabe ainda destacar que a definição por regional é também uma opção localizada entre o nacional e o local, uma vez que a história nacional pode não trazer o específico e o local pautar-se numa singularidade.

Não ignorando ainda o fato de que esta pesquisa está centrada no ensino de história, na intencionalidade de trabalhar com História Regional e contribuir para que estudantes busquem atribuir sentido ao seu tempo presente, a partir da compreensão de elementos do passado e se percebam como sujeitos integrantes dessa história. Para tanto, buscamos em Rüsen, o suporte teórico necessário para ancorar e atribuir significado para essa pesquisa voltada ao ensino de história. Jörn Hüsen (2010), compreende o ensino de história como um processo de mudança estrutural na consciência histórica dos estudantes.

Rüsen (2001) concebe a consciência histórica “como o local” em que o passado é evocado a pronunciar-se, mas para que este passado fale as questões devem ser lançadas, esses questionamentos que mobilizaram o passado surgem a partir de “carências” da vida prática atual. Ou seja, são nossas experiências no presente que mobilizam o passado, conferindo-lhe significados que norteiam nosso tempo. A consciência histórica ainda, possui uma “função prática” de dar identidade aos sujeitos e fornecer à realidade em que eles vivem uma dimensão

temporal, uma orientação que pode guiar a ação, intencionalmente, por meio da mediação da memória histórica” (Rüsen, 2001, *apud* Schmidt e Garcia, 2005, p.301).

Neste contexto, um ensino de história que se propõe ser descolonial está alinhado a construção da consciência histórica. A descolonialidade se situa numa tomada de posição, numa postura de reivindicação da modernidade também como resultado de contribuições de outras culturas e não apenas a europeia ou ocidental. Esse movimento descolonial, teve suas origens em fins dos anos 1990, a partir da perspectiva de questionar e produzir intensas críticas em relação à concepção de modernidade e racionalidade concebidas até pouco tempo como exclusivamente resultante de experiências e produtos exclusivamente europeus, em suma, podemos dizer se tratar de luta e resistência contra os padrões produzidos pela colonialidade aos grupos subalternizados.

Nesse sentido, o ensino de história a cerca de história regional que se pauta numa perspectiva descolonial consiste no rompimento com a história eurocêntrica, que buscou validar as concepções e práticas produzidas por intelectuais brancos em detrimento da invalidação dos pensamentos, manifestações e concepções das populações africanas e afro-brasileiras.

Estruturada em três capítulos, no primeiro capítulo desta dissertação, inicialmente buscamos contextualizar o que estamos compreendendo acerca de História Regional com base em discussões teóricas para fins de desenvolvimento desta pesquisa, em seguida discutimos como esta temática se define nos currículos de História da Educação Básica mato-grossense. Neste sentido, refletimos como essa História Regional foi construída a partir do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), uma vez que estes foram por muito tempo o “lócus” de produção da História de Mato Grosso abordada na educação básica. Finalizamos este capítulo destacando as principais contribuições da História Regional para o ensino de história a partir do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória).

O Capítulo II apresenta uma análise a partir de um levantamento do estado da arte acerca da identidade mato-grossense construída por memorialistas, membros do IHGMT e da Academia Mato-Grossense de Letras (AML), a partir dessa reflexão empreendida buscamos compreender como Mato Grosso e o “mato-grossense” estão “representados” nestas produções do século XX. Ao final deste capítulo, traçamos um panorama das produções literárias de escritores vinculados a outro “lugar social”, a UFMT e como estes buscaram divergir do projeto identitário produzido pelos memorialistas ao tratarem de temas que buscavam se opor as produções oriundas do IHGMT e da AML.

No capítulo subsequente, buscamos apresentar uma produção literária situada na

contramão das produções apontadas no segundo capítulo, para tanto realizamos a análise da obra literária “*Baobá: A árvore da vida (2020)*”, tendo como suporte os pressupostos de Antônio Candido (2006), para quem a arte, constitui-se um “sistema simbólico de comunicação inter humana” (p.30), sendo assim demanda um comunicador, no caso o autor, aquilo que está sendo comunicado, sendo a obra, e por fim um comunicando, o público a quem esta se dirige, e a partir desse tripé que resulta o quarto elemento, o efeito dessa obra no público. Neste sentido, o estudo empreendido aqui busca a partir do sistema delimitado por Candido³, analisar o autor, obra e público. De acordo com Candido (2011), qualquer forma de arte ao ser compreendida como fonte histórica precisa ser relacionada com a realidade da qual resulta uma vez que esta sofre interferências do meio social de seu contexto de produção. Essa relação para o autor se dá em duas perspectivas. Primeiro, é necessário observar “em que medida a arte é expressão de uma sociedade; por conseguinte, em que medida ela é social, ou seja, interessada em problemas sociais” (p.27).

Além de analisar a obra trataremos ainda de como esta pode contribuir para o ensino de história ao abordar a história regional numa perspectiva descolonial, uma vez que as expressões artísticas cumprem uma função política, podendo ser mecanismos para afirmação de uma ordem vigente ou para transformação.

Como resultado dessa pesquisa, apresentamos uma catilha pedagógica de título: Ensino de História e Literatura: Reflexões sobre a História de Mato Grosso no ensino fundamental, direcionada aos professores (as) do ensino básico. O material pedagógico propõe sugestões de atividades acerca da história de Mato Grosso utilizando da linguagem literária como recurso para uma aprendizagem que contemple a diversidade étnica, o respeito e o reconhecimento identitário ao tratar de um Mato Grosso que surgiu a partir da pluralidade étnico-cultural.

³ *Idem.*

CAPÍTULO I: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA DE MATO GROSSO. LUGAR E PRODUÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL NOS CURRÍCULOS MATO-GROSSENSE

*Cada lugar é, à sua maneira, o mundo.
Milton Santos*

Este primeiro capítulo busca abordar a trajetória do ensino de história regional no estado de Mato Grosso. Para tanto, inicialmente conceituamos o que estamos compreendendo por “região” e “ História Regional” para o desenvolvimento desta pesquisa. Após discussão sobre tais conceitos, construímos uma análise acerca da inserção nos programas escolares dos estudos históricos sobre as questões regionais no estado mato-grossense e como esta foi tratada por agentes políticos a partir de mecanismos legais e programas oficiais do Estado.

Em sequência, buscou-se apontar o papel exercido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) na produção dessa história regional, assim como suas construções teóricas acerca de Mato Grosso. Por fim, tecemos algumas considerações sobre potenciais contribuições da História Regional para o ensino de história e como o Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PPG ProfHistória) pode contribuir, uma vez que se constituiu um programa de formação continuada para professores de História atuantes no ensino básico.

Atualmente o ensino de história tem passado por um momento delicado com a introdução da atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 pelo Ministério da Educação, e a Reforma do Novo Ensino Médio, instituída pela Lei nº. 13.415/2017, tendo em vista que, a partir de sua implementação o ensino de história sofreu um “esvaziamento” ao ter sua carga horária reduzida, além de diluir o conhecimento histórico entre as disciplinas que integram a área de conhecimento Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Nilton Mullet Pereira e Mara Rodrigues (2018) ao refletirem a respeito da terceira versão da BNCC para a História, a consideram um documento pouco comprometido com o potencial crítico dos jovens estudantes, além de não estimular a percepção das aulas de história “como espaço de construção de relações de pertencimentos ou de lugar da alteridade” (Pereira; Rodrigues, 2018, p.12-13), pois, em se tratando da questão das identidades nota-se uma superficialidade no documento.

Nesta conjuntura, outros fatores também podem ser apontados, como o colonialismo ainda presente no currículo nacional, ao trazer objetivos de aprendizagem que visam analisar outras civilizações a partir da ótica eurocêntrica e mesmo um projeto educacional submetido a

lógica capitalista, conforme aponta Circe Bittencourt (2018), alinhado com a formação de identidades comprometidas com o mundo globalizado.

Com base nas reflexões acima, dois problemas se somam às questões acima apontadas. Em um primeiro momento, o fato de que formar para a cidadania implica para além de hábeis trabalhadores para um mercado de trabalho cada vez mais concorrido e dominado pelas desigualdades, formar cidadãos capazes de atuarem na sociedade em que estão inseridos, questionarem e reconhecerem as diversidades que compõem a sociedade brasileira bem como se posicionar politicamente em defesa da democracia e igualdade. O segundo ponto, diz respeito a superação das amarras eurocêntricas que ainda permeiam os currículos oficiais que ao nosso ver, acabam por distanciar o processo de construção de conhecimento dos nossos estudantes, uma vez que grande parte das abordagens estão inserida em um contexto que não condiz com sua realidade vivenciada, não agregam significados à sua experiências, não se reconhecendo dessa forma, como sujeito histórico.

Esse distanciamento entre estudantes e o ensino de história é uma problemática que atravessa o ensino dessa disciplina já há algum tempo, sendo apontado como fator responsável para a falta de estímulo apresentado nas aulas de história, conforme observa a pesquisadora Elza Nadai (1993). De acordo com Nadai, o conhecimento histórico no Brasil ao ser apresentado aos nossos adolescentes e jovens foi posto como algo pronto e acabado, além de uma abordagem que tem como ponto de partida, na maior parte do tempo, um contexto temporal/social distante de sua “realidade” vivenciada, provocando dessa forma, a construção de um sentimento de repulsa pela disciplina entre o público em idade escolar.

1.1 História Regional- Considerações conceituais

O termo “região” sofreu significativas transformações nas últimas décadas, principalmente acerca da conceituação sobre o que vem a ser uma região bem como a produção e a interpretação de História Regional. Conforme indica Alessandra Izabel de Carvalho (2021), editora da *Revista de História Regional*, o pouco esforço do historiador em refletir criticamente sobre o conceito de região acaba sustentando uma abordagem simplificada de região apenas como recorte “topográfico”, além de agir separando os processos históricos de seus processos de espacialização que contribuíram para ao longo do tempo sustentar uma concepção preconceituosa “de ordem acadêmica” em relação aos estudos de história regional, muita vezes compreendida como pesquisa inferior ou considerada sinônimo de uma história localista.

As primeiras produções sobre história regional se deram no contexto de instauração do Império brasileiro como uma forma de “oposição” à nação que emergia. Essa história regional

produzida na segunda metade do século XIX, possuía um forte caráter político, uma vez que sua produção estava nas mãos de intelectuais vinculados às questões locais buscando se opor ao que era produzido como História Nacional pelos intelectuais do Instituto Histórico Brasileiro.

Posteriormente, com a Proclamação da República, os intelectuais voltados a essas produções regionalistas ganham legitimidade com os Institutos Históricos Geográficos, criados nos estados brasileiros. Assim a história regional produzida naquele momento estava, conforme Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2007), direcionada a atender as demandas das elites políticas locais que precisavam legitimar seus domínios, para isso lançaram mão da História para produzirem uma identidade estadual.

A partir do final da década de 1980 é que os estudos sobre história regional se ampliaram diante da crise das macro abordagens, naquele momento já consideradas insuficiente para contemplar as particularidades. Esse movimento de renovação teórica mobiliza a história a dialogar com a Geografia e outras áreas nos esforços de precisar alguns conceitos, a exemplo do conceito de região, que passou a ser analisada como fenômeno concreto observável e categoria de análise e não mais um “dado natural”.

De acordo com o autor Marcos Lobato Martins conceitos como “região” e “lugar” ganharam maior enfoque a partir dos impactos gerados pelo processo de globalização e as tensões provocadas por estes, o que acabou por gerar uma necessidade de pertencimento, referências e de identificação. Diante disso, buscar elementos que demonstrem “exclusividade”, que proporcione experiências individuais, que permita criar identidades traz à tona a concepção de “lugar” e “região”, como uma necessidade humana individual e coletiva que promove segurança, “continuidade histórica e pertencimento à alguma comunidade de destino” (Martins, 2010, p.139).

Com base no autor mencionado, percebemos então que, a “região” deixou de ser reduzida exclusivamente a um espaço administrativo, um recorte geográfico para se tornar um espaço de significações, de produções individuais e coletivas, onde afloram especificidades. Pensando a partir dessas proposições, as narrativas e interpretações da história regional e local reduzidas ao protagonismo de figuras “extraordinárias”, portanto, não seriam suficientes. Pois, o “lugar” assume o sentido de região porque remonta a perspectivas afetivas.

Acusada de tratar de *pequenas porções*, a História Regional atualmente não se limita às condicionantes físicas espaciais de abrangência, mas, tornou-se uma abordagem específica buscando destacar vivências e “experiências de grupos sociais historicamente vinculados a uma base territorial (Martins, 2010. p. 143).

Se a História Regional e Local⁴ parte dos pressupostos de valorização cultural e mesmo do ambiente, de destacar as diversidades, compreender um tempo específico, de desconstruir homogeneidades se opondo ao processo de massificação provocado pelo processo de globalização, ela deve ser um lugar de privilégio no ensino de história e não somente nos anos iniciais como propõe os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997).

Acreditamos que o ensino de história, nas palavras de Circe Bittencourt (2008), sendo a mais política de todas as disciplinas, além de outras finalidades deve favorecer e criar possibilidades para que adolescentes e jovens reconheçam as diversas manifestações humanas em suas diferentes temporalidades, percebam as múltiplas experiências culturais vivenciadas pelos diferentes grupos sociais permitindo assim um conhecimento que lhe confira sentido. Que o passado adquira significados e não seja algo congelado em seu tempo.

No entanto, este passado só se manifesta, só vem a “falar” quando é questionado e, de acordo com Jörn Hüsen (2001), o que faz esse passado se pronunciar são as lacunas que surgem a partir de nossas experiências, e carências de orientação para a vida prática no tempo presente. Diante desses pressupostos, o ensino de História assume a função de criar mecanismos que favorecem a formação, do que Rüsen (2001) chama de “consciência histórica”; esta por sua vez, além de responsável pela orientação do homem no tempo também seria responsável pela formação da identidade histórica, permitindo o sujeito se inserir em um tempo social e cultural.

A partir dessas questões buscamos pensar um ensino de história que tenha como ponto de partida a preocupação em tornar próximo dos estudantes às questões que teceram as relações sociais, as organizações socioculturais e econômicas que permeiam o seu presente. Neste contexto, acreditamos que a História Regional pode trazer significativas contribuições para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes tendo em vista que esta, permite a análise e apreensão de realidades “particulares”, de tempos vividos pelo lugar que algumas vezes não correspondem exatamente ao fenômeno ocorrido em escala “nacional”.

Ironita Machado (1999) assevera que, o trabalho com as “peculiaridades”, permite adotar um “princípio metodológico” capaz de aproximar os estudantes de seu cotidiano familiar e de sua comunidade ao permitir que este se identifique com o processo histórico em que está inserido. Portanto, devemos pensar o trabalho pedagógico metodológico com a História Regional como uma possibilidade de rompimento de fronteiras, percebendo estas como

⁴ Para fins dessa pesquisa estamos nos pautando nas considerações de Isadora Tavares Maleval para distinguir História Regional e História Local. Conforme reflexão de Maleval (2023), a História Regional corresponde ao exercício metodológico do pesquisador em explicar o recorte que sua pesquisa pretende, ao que ele está se referindo ao adotar o conceito de regional enquanto a História Local se refere a uma determinada circunscrição já “naturalizada” a ser analisada pelo pesquisador.

solúveis, principalmente em dias atuais, no qual cada vez mais as identidades são líquidas, fluídas como propõe Zigmund Bauman (2005, 2007).

No entanto, o trabalho com história regional pode apresentar riscos como a percepção de uma história desvinculada do contexto nacional, o que não pretendemos que ocorra, pois, toda História Regional é também História Nacional, ou seja, a História Regional e Local não pode ser trabalhada desvinculada do contexto histórico mais amplo. Os estudantes precisam compreendê-la como algo integrante ou mesmo resultante de um contexto maior. Muniz de Albuquerque Jr. (2011) aponta que o trabalho com História Regional também precisa ter o cuidado de não perpetuar certos estereótipos regionais que promovam preconceitos, assim como também deixar claro que toda “região” só existe enquanto tal a partir de conflitos e disputas, pois nenhum espaço é admitido sem conflitos.

Todo e qualquer trabalho que se propõe a debruçar-se sobre História Regional acaba se defrontando com a necessária ação de definir tal conceito. Enquanto território de pesquisa da Geografia, foi sendo apropriado de diferentes formas por outras disciplinas acadêmicas vizinhas, como a história, porém sempre associado à concepção de espaço. Na História, segundo Durval Muniz (2008) o conceito de região, inúmeras vezes aparece como um dado da realidade, algo existente a priori, dispensando problematizações e muitas vezes não sendo tratado historicamente, comprometendo ainda mais as concepções que se produziram acerca das produções sobre história regional. Na perspectiva de Roberta Siqueira de Souza Antonello (2020) definir região é se lançar em um “território” diverso, sendo, portanto, primordial a escolha do tipo de enfoque que “será dado à pesquisa e até mesmo para as aulas de história, para que não incorra o erro de se limitar ao localismo ou ainda somente legitimar discursos políticos de grupos dominantes” (p.20).

O conceito de região ganhou algumas definições divergentes ao ser incluído na área da pesquisa histórica. A tendência marxista, por exemplo, que inegavelmente trouxe importante contribuição para a definição do que seria “região”, compreende-a enquanto resultado do modo de produção vigente envolvendo não somente as relações de produção, como também a dinâmica das lutas de classes. Nessa linha podemos indicar Milton Santos que, baseado na geografia crítica, teceu considerações acerca da região como um espaço geográfico dinâmico, tornando-se uma produção coletiva dos homens “cuja função era de expressar o modo de produção em vigor” (Santos, 1978 *apud* Viscardi, P.86). Para o autor, a região se constitui a partir de fatores externos a ela em decorrência do processo de globalização e internacionalização do capital, que pode organizar e reorganizar uma mesma região.

Compreender a região para o geógrafo, seria entender as relações resultantes do

enlaçamento de fatores externos e internos que estão em constante movimento de divergência e convergência. Apesar de estar sempre exercendo ativamente influências na região nem sempre os fatores externos correspondem aos interesses internos, levando, na maior parte do tempo as forças internas se posicionarem contra os fatores externos. Por fim, cada região, de acordo com Milton Santos (1988) representa as necessidades e anseios da sociedade em seu conjunto, as regiões seriam áreas cuja sua “natureza” depende do modo de produção e a forma como ocorre a internalização dos fatores externos que combinados à organização preexistente configura a região que apresentará resultados diferentes, conforme o lugar ou região.

Se para Santos, o conceito de “região” somente é compreendido a partir do contexto de movimentos externos a ela, Sandra Lencioni (1999, *apud* Thiago Brito 2007, p.84) aponta uma fragilidade dessa conceitualização na medida em que, para a autora “a dimensão do vivido e do percebido está, quase sempre, ausente no debate da geografia regional de cunho marxista”.

De acordo com Viscardi (1997), é possível

[...] distinguir duas correntes de entendimento a respeito da definição e delimitação do espaço regional. Na *primeira* corrente, a definição parte do objeto e não do sujeito do conhecimento. É o caso das definições dos pesquisadores que se utilizaram do instrumental marxista, a exemplo de Milton Santos, Ciro Flamarion Cardoso, Silveira e Francisco Oliveira. Para eles, o que define e delimita as fronteiras regionais é o modo de produção vigentes visto sob um aspecto mais amplo, o qual envolve não só as relações de produção internacionais como a própria dinâmica da luta de classes (p. 87).

Em contrapartida a *segunda* corrente, conforme a autora, prioriza uma abordagem de enfoque cultural, compreendendo a região como uma construção realizada pelo pesquisador mobilizada pelo interesse deste e as perguntas que desejam que sejam respondidas pelo seu objeto. Seria o caso dos trabalhos desenvolvidos por Ângelo Priori (1994) e mesmo a posição adotada por Pierre Bordieu (1989), para quem os limites regionais são definidos por quem nela estão inseridos, tendo dessa forma sua identidade como produto da construção humana.

Sandra Pesavento (1990) ao refletir sobre o conceito de região, pontua que somente o viés geográfico seria insuficiente para se compreender o “todo” que constitui esse “espaço”. A autora destaca a necessidade da percepção política- ideológica e econômico-social para se pensar o conceito. Nessa perspectiva, com base no que Antônio Gramsci (1977) afirma:

A região seria ainda o espaço onde concretamente se definem e enfrentam as classes sociais. É também o recorte espacial da realidade histórica que melhor se pode apreciar a forma pela qual uma fração regional da classe dominante estabelece alianças e constrói seu aparato de hegemonia bem como se impõe sobre as classes subalternas (Gramsci p.69, *apud* Pesavento, 1990).

Nesse caminho uma região se constitui como tal pelas relações sociais baseadas nas disputas políticas ideológicas que se travam em seu interior, o que sugere um risco de acordo com Pesavento (1990), uma vez que esta traz do passado uma “figura idealizada [...] que não corresponde ao processo histórico real”, ao negar os conflitos e ocultar a dominação.

Seguindo a mesma perspectiva, José D’Assunção Barros (2022) ao analisar o que chama de “historiografia do pequeno espaço, afirma que ao se debruçar sobre a História Regional, os historiadores comprometidos com seu trabalho devem evitar a grande “falácia” de tomar uma “região”, “localidade” ou “área” como algo dado *a priori*. Para os historiadores não existem regiões que se impõe “a ele como espaços já dados de antemão” (p.45). As regiões serão “lugares” construídos pelo próprio pesquisador. Ela corresponde aos interesses e questionamentos lançados sobre o “espaços” analisado.

Pensar a região unicamente a partir de seus aspectos físicos seria afirmar que esta determinaria as ações humanas. Deste modo, antes de remeter a uma divisão natural do espaço ou um recorte político-econômico, o conceito, conforme Muniz de Albuquerque Jr. (2008) devem ser compreendidas como:

[...] acontecimentos históricos, são acontecimentos políticos, estratégicos, acontecimentos militares, diplomáticos, são produto de afrontamentos, de disputas, de conflitos, de lutas, de guerras, de vitórias e de derrotas. Falar em região implica em se perguntar por domínio, por dominação, por tomada de posse, por apropriação. Falar em região é também falar em subordinação, em exclusão, em desterramento, em banimento. Falar em região é se referir àqueles que foram derrotados em seu processo de implantação, àqueles que foram excluídos de seus limites territoriais ou simbólicos, àqueles que não fazem parte dos projetos que deram origem a dado recorte regional (Albuquerque Jr., 2008, p.58).

Dessa forma, ambos os autores acima citados concordam que o conceito de “região” não corresponde a um determinado limite territorial com fronteiras estabelecidas a nível político burocrático administrativo, ela será uma construção do historiador ao desenvolver sua pesquisa, pois a “região” será mais o “ponto de chegada” do que a “marca de partida”. Trabalhar com história regional seria colocar essa “área” em questionamento suspeitando de sua existência naturalizada, analisar a partir das diversas identidades, relações sociais e culturais que a constituem, compreender que tudo que a compõe não foi naturalmente estabelecido, mas resultante de forças e interesses.

Ainda, de acordo com Muniz de Albuquerque Jr. (2008), uma região só existe a partir do reconhecimento daqueles sujeitos que a integram, ela precisa existir nas “subjetividades” daqueles que vivenciam, praticam “ou em nome dela discursam” (p.59), senão se resumirá a

um mero recorte político-administrativo, uma “demarcação abstrata realizada pelo Estado”.

Retomemos aqui as proposições de Pesavento (1990) para quem uma análise sobre “região” que toma seu objeto como algo já estabelecido a partir das ideologias dominantes, que concebe o espaço como homogêneo, tece uma visão acrítica e elimina as diferenças sociais. O resultado é uma história regional comprometida com a “permanência, com o imobilismo, com a restauração de velhos ideais elaborados em função de outras realidades”, o que convenhamos, queremos evitar em nossas aulas ao propor aos estudantes uma abordagem sobre a história regional.

A esta altura acreditamos ter conseguido apontar que o conceito de região é polissêmico, apresenta inúmeros caminhos e significados possíveis a depender dos pressupostos teórico-metodológicos definidos por cada um que se pretenda enveredar neste caminho.

Cabe ainda trazer uma discussão um tanto polêmica em relação à História Regional que inúmeras vezes é alvo de críticas entre pesquisadores na área da História. Por algum tempo as produções acerca da história regional foram tratadas como uma produção inferior ou secundária, se comparadas aos estudos de amplitudes maiores. Isso somente se alterou após o movimento de ressignificação do conceito de “região” que também permitiu pensar o território nacional como uma região, visto que este é uma construção humana, resultado de interações sociais e culturais. Carvalho (2021) aponta como fator para esta concepção acerca da história regional o fato de ter-se instituído uma hierarquia no país em relação a produção do conhecimento histórico que acabou por legitimar determinada região brasileira como produtora da historiografia nacional, enquanto que as demais seriam responsáveis por estudos de menor relevância.

Sobre esta problemática, Muniz de Albuquerque Jr. em sua obra “Invenção do Nordeste e outras artes” (2011) chama atenção para o fato dos historiadores que trabalham com a perspectiva de história regional, não realizarem o exercício de questionar a própria identidade deste “lugar”, de sua existência assim como o lugar do historiador na produção do saber historiográfico, uma vez que este “lugar” incide diretamente no discurso, dessa forma quando este exercício não é realizado, acaba por sustentar uma divisão entre história nacional e história regional, perpetuando ainda a concepção de “subordinação”, “hierarquia” e “relações de desigualdade de poder” que o eixo sul/sudeste impetraram com suas produções.

Nessa mesma perspectiva Carvalho (2021) observa que, toda pesquisa é delimitada pela percepção e conveniência do pesquisador assim, cabe a este “explicitar e sustentar teoricamente e metodologicamente sua abordagem” (p.18). Se a opção pelo uso de termos pode conferir ou não mérito a pesquisa, faz-se necessário o esforço de esclarecer que a opção por “regional” não

delimita fronteiras entre história nacional, história regional e história local, mas entende que uma história regional não está separada do nacional, pois esta última tem sua existência a partir dos processos que se dão em âmbitos regionais.

Concordando com as ideias de Carvalho (2021), anteriormente mencionadas, entendemos que uma pesquisa que se pretende analisar uma “região”, deve primeiro assumir a responsabilidade de definir qual a opção teórico-metodológico pretende fazer uso para a construção de sua trama, que a propósito dessa pesquisa em questão, fará uso do conceito de região compreendendo este, conforme pressupostos defendidos por Albuquerque Jr. que o concebe como espaço imaginário, ideológico, um espaço sociocultural variável, resultante de interações de diferentes grupos sociais e culturais, e que não se limita somente ao território delimitado por fronteiras geopolíticas e administrativas, mas aquela que resulta da interação do sujeito pesquisador com seu objeto. Além das construções teóricas de Carvalho (2021) para quem a região é também um constructo sociocultural resultante das práticas e representações dos diversos grupos, culturas e sujeitos, enquanto espaço de memória, de formação de identidades. A utilização da designação História Regional, aqui nesta pesquisa, não corresponde à determinação de um campo de domínio da História, mas refere-se à abordagem que pretendemos realizar ligado ao recorte espacial que escolhemos. Até mesmo porquê, aqui não concebemos Mato Grosso como um espaço homogêneo sócio-culturalmente, mas diverso em culturas e grupos sociais, estamos pensando-o como um espaço articulado a uma totalidade mais ampla que apresenta singularidades que podem ser explicadas à luz de uma história nacional, mas que podem ser também um ponto de partida fascinante para a análise nacional e global quando mobilizada enquanto recurso metodológico.

1.2 História Regional- Uma preocupação na pauta política do Mato Grosso

Por muitos anos a História que nos foi permitida aprender, se caracterizava por um modelo tradicional hegemônico, numa abordagem que figurava em torno de grandes homens, datas e acontecimentos nacionais, considerados relevantes. Se atualmente, os debates apontam que o ensino de História tem por finalidade possibilitar aos sujeitos aprender e apreender um referencial que o ajude na leitura e compreensão de sua realidade social, favoreça a reflexão crítica e posicionamento cidadão, logo podemos apontar aquela história como impotente e promotora de exclusão.

Essa História, no contexto de ensino-aprendizagem, priorizava a “História Universal” e conteúdos relacionados à chamada “História da Civilização Brasileira”. Assim, os estudantes adquiriam conhecimentos sobre o desenvolvimento, organização e aspectos sociais e culturais

das consideradas primeiras civilizações do Antigo Oriente, como egípcios, povos mesopotâmicos, porém continuava desconhecendo aspectos ligados a sua região e espaço de ocupação.

As abordagens sobre História do Brasil, também partiam de narrativas que abordavam os polos econômicos hegemônicos conforme o período estudado. Essa História aprendida pelos estudantes estava centrada na Região Nordeste e o ciclo açucareiro, no Centro-Sul a partir da atividade aurífera, e Rio de Janeiro e São Paulo com a atividade cafeeira e industrial.

Nos anos de 1970 e 1980, a partir da “*Nouvelle Historie*” e suas vertentes do cotidiano, do imaginário e das mentalidades e da História Social Inglesa, ocorreu no Brasil uma renovação teórico-metodológica da História, dando origem a novas perspectivas de produção historiográfica. Se interessando pelas experiências dos diferentes sujeitos históricos, o interesse por objetos tratados como micro-temas, ganharam espaço nos cursos de mestrado e doutorado brasileiros.

Conforme Fonseca (2003), o período indicado acima constitui um momento de ricos “debates, elaboração e implementação de propostas curriculares, de novos materiais didáticos e de repensar as práticas educativas no Brasil” (p. 36). Assim, uma nova configuração do ensino de história ganha espaço, ampliando os objetos de estudo, os temas, os problemas e fontes utilizadas em sala de aula.

Nas palavras de Maria Cândida Proença (1990):

A História Local tem conhecido, nos últimos anos, um progressivo desenvolvimento devido ao interesse da investigação histórica actual pelo estudo das comunidades locais que se tem traduzido num crescente número de trabalhos académicos tendo por objecto a análise de realidades locais ou regionais (Proença, 1990, p.139, *apud* Oriá, 1995, p.46).

Assim, o ensino de História Regional/ Local passa a ser tomado como aquele que torna possível ressaltar as especificidades regionais, uma vez que a História do Brasil não tinha lugar para a abordagem do *homem comum*, neste sentido a História Regional/ Local se mostrava capaz de viabilizar abordagens que contemplava a pluralidade étnico-cultural brasileira.

Ao buscar pela História Regional em programas curriculares de Mato Grosso, é possível localizar determinações legais que incluíam conteúdos sobre a História de Mato Grosso ainda no Período Imperial, como é o caso do Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Província de Mato Grosso de 1880. Seguramente podemos inferir que se tratava de abordagens com finalidades educacionais de caráter patriótico e valorização ao civismo, que ao final acabava cumprindo bem a função de formação patriótica.

No entanto, a partir da segunda metade da década de 1970 e durante 1980, o estado brasileiro mato-grossense sofreu significativas transformações em decorrência do processo de crescimento econômico, estimulado em larga medida pelos programas de desenvolvimento e ocupação da região amazônica promovidos durante o período de ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), assim como as políticas de incentivo à migração e ocupação de terras no Mato Grosso. De acordo com Anderson Rosa (2013), esse processo migratório promoveu uma transformação sociocultural em relação às populações tradicionais que acabou por provocar uma movimentação das elites locais em preservar o que consideravam tradicionalmente cuiabano.

A chegada de “forasteiros”, aos olhos desse grupo local, foi tão significativa que Marijâne Silveira Silva (2013), aponta um aumento populacional de 601.042 em 1979, para 1.141.661 em 1980, ou seja, os números indicam um aumento demográfico que em linhas gerais era o resultado dos programas de incentivo à ocupação territorial de Mato Grosso promovidos pelos governos federais. Todavia, nossa pretensão não é desenvolver uma discussão a respeito desse processo migratório e suas reações, mas perceber como esse fator foi mobilizado pelas “elites locais” buscando promover ações em prol a difusão de uma história e identidade considerada tipicamente mato-grossense, através de manobras políticas tomando o setor educacional como palco para isso, mais especificamente o ensino de história.

Tais ações refletiram em larga medida justamente no campo educacional. Um exemplo de iniciativa na área da educação que reflete a preocupação daqueles que se mostraram preocupados com a manutenção da cultura e identidade mato-grossense, foi a criação da *Revista Educação em Mato Grosso*, publicada pela primeira vez em janeiro de 1978 pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso.

A Revista em questão tratava-se de um periódico educacional destinada à formação de professores e divulgação de aspectos culturais e sociais do estado mato-grossense e seu povo. De acordo com Aparecido Borges da Silva (2019, p.81), tratava de “[...] apresentar as festas tradicionais, as cidades símbolos e as manifestações culturais que caracterizavam o espírito do cuiabano. São textos que auxiliavam o planejamento em Literatura, História e Geografia de Mato Grosso.”

Considerada um canal de comunicação, a *Revista Educação em Mato Grosso* estava voltada à fornecer orientações didático-pedagógica aos professores da rede estadual de educação. Contendo sugestões de planos de ensino, atividades práticas, textos literários, entre outros. A intencionalidade, conforme Pedro Roberto Piloni, diretor responsável e fundador da Revista, era a produção e oferta de material que pudesse subsidiar o trabalho pedagógico do

professor:

Que o professor tivesse em suas mãos alguma coisa onde ele se sentisse apoiado, onde ele tivesse materiais que tivessem utilidade para sua prática em sala de aula. Assim como também um diretor de escola, a equipe técnica da escola. Enfim, que a escola sentisse que ela tinha um órgão de comunicação que retratava aquela prática, aquela vida que ela procurava levar. Então a Revista procurou assim dar ao diretor de escola, ao professor, essa sensação de se sentir representado, de se sentir atendido. E ela procurou estabelecer no princípio um diálogo, solicitando que as escolas se manifestassem com contribuições, que poderiam ser compartilhadas e também com opiniões sobre o formato que a Revista poderia adquirir (Piloni, 2006, *in* Silva, 2013, p.74).

Por meio das palavras de Piloni (2006) observamos que a revista era uma espécie de comunicação entre a Secretaria de Educação e professores que, através desta poderiam buscar apoio para suas aulas, como também manifestar e dar sugestões para próximas edições.

Ao analisar a edição número 1, de 1980, ano 3, Silva (2019) aponta um artigo escrito pelas professoras Clarice Ramos Corrêa e Romilda Scarmanhani da Silva que ajuda a pensar como a Revista em questão contribuiu para a implementação de temas regionais no currículo escolar mato-grossense durante seu período de existência. De acordo com as professoras, em 1979 foi realizado um seminário em Cuiabá com o título “*O que se ensina sobre Cuiabá nas escolas de 1º Grau*”. Neste evento foi constatado a falta de conhecimento dos professores da rede pública de ensino do Estado e domínio sobre o tema. Em sequência houve uma avaliação dos estudantes das escolas públicas de 1º Grau e observou-se que o nível de conhecimento dos estudantes correspondia a nada ou quase nada.

De acordo com as professoras, o fato de professores e estudantes desconhecerem temas referentes ao município e Estado revela que pouca atenção é dada ao processo lógico de ensino-aprendizagem da Disciplina de Estudos Sociais e consequentemente poderia “trazer o perigo de descaracterização do patrimônio artístico-cultural mato-grossense, bem como o de tornar o Estado alheio e desconhecido dos seus próprios habitantes, em todos os aspectos e, particularmente, no seu processo de evolução político-econômica” (Corrêa; Silva, 1980, p. 53 *apud* Silva, 2019, p. 83). Conforme apontamos anteriormente, o período que corresponde à preocupação das professoras, o Estado mato-grossense estava recebendo uma grande “massa” migratória, dessa forma para Silva (2019) o cuidado em tratar de temas regionais corresponde a uma preocupação de representantes da elite política local em ocorrer uma “descaracterização” dos costumes locais daí a necessidade de inserção de aspectos regionais nos currículos escolares de Mato Grosso.

Cabe ainda observar que, neste mesmo período Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

estavam envoltos numa busca por “referenciais definidores de suas culturas únicas”, pós divisão, em 1977 (Rocha, 2013, p.5), em que até o nome “Mato Grosso” era tido como um campo de disputa, assim como outros elementos simbólicos. Neste caminho, nos parece que criar estratégias de abordagem sobre a história, cultura e geografia de Mato Grosso nas escolas, também se encaixa nesse projeto de preservação do que consideravam costumes nativos. O que nos remete as discussões de Kátia Abud (2004) sobre as intencionalidades e projetos políticos circunscritos em um currículo educacional. Para a autora, os interesses do Estado agem nos currículos imprimindo marcas “com suas tintas”. Ao final este aparece como uma construção permeada por ideologias e influências que refletirão diretamente no público alvo.

Em consonância com as ideias de Abud, Sacristán (2000), afirma que o currículo é constituído enquanto uma construção social, os diversos agentes e sujeitos envolvidos em suas elaborações são detentores de objetivos e interesses diversos, o currículo nunca apresentará neutralidade em sua construção. Cada grupo, cada indivíduo envolvido tomará decisões partindo de seu lugar social que incidirão diretamente nos programas de ensino instituídos, sendo então um território revelador de relações de poder.

Retomando a *Revista Educação em Mato Grosso*, Corrêa e Silva (1980) ao tratarem do “fazer docente”, apontam a necessária ação do professor se libertar dos temas e esquemas sugeridos pelos livros didáticos ou as propostas gerais estabelecidas pelo currículo de Estudos Sociais. O professor deveria elaborar um roteiro de ensino que correspondesse às particularidades do meio social ao qual o seu aluno e escola estavam inseridos, a ênfase deveria ser a “região” na qual a escola estava inserida, o meio social correspondente à realidade de cada município e estudantes resultando na valorização das “terras mato-grossenses” em todos os aspectos. No entanto, seria urgente que professores buscassem intensificar pesquisas e estudos a respeito de Mato Grosso, pois somente assim seriam capazes de despertar nos estudantes o desejo de conhecer esse “espaço” correspondente ao que estavam inseridos.

O fato de as professoras mencionarem a necessidade da pesquisa e estudo sobre Mato Grosso, está diretamente ligado à grande quantidade de professores que atuavam na rede pública serem provenientes de outras regiões do Brasil e assim desconhecerem e não dominarem assuntos e temas mato-grossense. Logo, a *Revista Educação em Mato Grosso* acabava também assumindo um caráter formativo para professores vindos de outras regiões brasileiras.

A elaboração das matérias/ conteúdos publicados pela revista em sua maioria eram de produção de professores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), de acordo com Silva (2019), são abordagens sobre Literatura mato-grossense, História e Geografia de Mato Grosso, linguajar cuiabano, entre outros aspectos elencados em inúmeros exemplares da revista.

Passemos agora a analisar, especificamente no caso de Mato Grosso, como a História Regional se tornou pauta de debates políticos como também uma preocupação emergente a ser abordada nas escolas públicas e privadas do Estado, para tanto nos apoiamos em Leis elaboradas na esfera federal e estadual, discursos proferidos por deputados em sessões e nas análises desenvolvidas por Aparecido Silva em sua tese de doutorado com o título “*A inserção da História Regional no currículo Mato-Grossense (1970-1990)*” de 2019.

1.3 História Regional e o Currículo de História: apontamentos e problematizações

A Lei de Diretrizes e Bases para a educação de 1971 implantada durante a Ditadura Civil-militar consolidava a disciplina de Estudo Sociais como disciplina curricular obrigatória ao longo do 1º grau⁵, abarcando a História e Geografia e instituindo o ensino profissionalizante obrigatório para o 2º grau. Anteriormente, em 1969 pelo decreto Lei nº. 547, foram criados os cursos de licenciatura curtas em instituições públicas e privadas de ensino superior, o que conforme Fonseca (1993) representavam a desvalorização da História e um controle ideológico do Estado na educação no decorrer do 1º grau, além de investir em uma formação de profissionais gastando o mínimo possível.

No caso de Mato Grosso, percebemos um exercício de manipulação da história do estado para legitimar certos discursos e práticas da considerada “verdadeira” e única cultura mato-grossense, mesmo sendo representante de apenas uma parte de sua população. Em um dos artigos publicado na revista *Grifo*⁶, em dezembro de 1979 com o título: *Em defesa da História Regional*, Corrêa pontua:

[...] a disciplina História Regional deve se transformar num polo irradiador que sensibilize a população mato-grossense para uma real política de valorização e preservação dos elementos mais importantes para a compreensão da formação histórica e da realidade da região. Infelizmente, vê-se hoje com tristeza os muitos crimes perpetrados contra a História, os mais comuns a queima e deterioração de documentos e destruição de monumentos e prédios de valor histórico. Nesse momento, se destaca o papel das Universidades e de seus cursos de História, principalmente através da disciplina História Regional – não somente na conscientização da importância e preservação dos valores histórico-culturais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, como também na criação de melhores condições para um reexame da maneira pela qual está sendo desenvolvido o ensino de História na região. Para

⁵ A Lei Federal de nº. 5692, de 1971 ampliou a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos e uniu o Ensino Primário, de quatro séries, ao curso Ginásial (equivalente a 5º e 8º séries) e eliminou o exame de admissão que existia para ingressar no Ginásio. Dessa forma, ficando 1º Grau, com duração de oito anos e 2º Grau o que equivale ao Ensino Médio, com duração de três anos, a mesma Lei também tornou esta última fase de escolarização nível profissionalizante.

⁶ A revista *Grifo* foi lançada em janeiro 1979, sendo a primeira revista produzida no recém implantado estado do Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma revista jornalística que abordava em profundidade as temáticas mais latentes do novo estado.

atingir tal dimensão não basta as Universidades serem apenas o repositório de conhecimentos pré-estabelecidos, mas serem os centros criadores e geradores de uma nova História, na qual ensino e pesquisa conjugam-se e complementam-se. Este é o sentido que deve ser dado ao curso de História Regional – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Corrêa, 1979, p. 82, *apud*. Silva, 2019, p.88).

Cabe ainda destacar que, em 1979 os vestibulares da UFMT passaram a exigir conhecimentos sobre História de Mato Grosso em seus vestibulares, mesmo não sendo conteúdos integrante dos currículos e programas obrigatórios de 2º Grau no período em questão.

A Lei Federal nº. 5.692 de 1971, conforme já mencionado aqui, promoveu mudanças estruturais no ensino público além de propor uma organização curricular que previa em seu artigo 4º um núcleo comum para os currículos de 1º a 2º graus, obrigatório em âmbito nacional, e uma “parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos” (BRASIL, 1971). Atendendo a legislação, os Conselhos Estaduais de Educação, deveriam criar uma relação de matérias, as escolas, cada qual de acordo com suas especificidades, escolheriam as que constituiriam seus currículos.

No caso específico de Mato Grosso, em atendimento a Lei 5.692, o Conselho Estadual de Educação, promulgou a Resolução n.3, em janeiro de 1978 autorizando a Secretaria de Educação e Cultura (SEC) incluir as seguintes disciplinas, na parte diversificada da educação geral e formação especial dos currículos de 2º Grau:

[...] 1. Redação e Expressão – Técnicas; 2. Língua Estrangeira Moderna; 3. Matemática aplicada; 4. Geografia Econômica; **5. História Econômica e Estudos Regionais, para as habilitações nos 3 setores da Economia**; 6. Mecânica Agrícola; 7. Adubos e Adubação; 8. Classificação dos solos; 9. Bovinocultura, para as Habilitações do Setor Primário; 10. Técnicas de Alfabetização; 11. Conteúdo e Metodologia do ensino da Língua Portuguesa, de Matemática, de Iniciação às Ciências e de Estudos Sociais, para a Habilitação do Magistério de 1º Grau (Mato Grosso, 1978).

O caráter tecnicista dos currículos escolares assumido com a Legislação 5.692/71, não ficou fora dos programas estaduais de ensino, conforme podemos verificar acima, a História Regional sugerida pelo Conselho Estadual de Educação estava voltada a atender a lógica de mercado e ênfase na formação profissional, uma vez que a abordagem tem como foco “conhecimentos práticos”. Isso apresentará alterações, conforme mencionados anteriormente, a partir do grande fluxo migratório resultantes dos programas de ocupação e colonização dirigidos pelo Governo Federal a partir da década de 1970.

A partir desse momento, a História Regional prevista por determinações legais foi introduzida no currículo mato-grossense passando a atender:

[...] às finalidades sociopolíticas, isto é, de garantir a inculcação de uma identidade cultural mato-grossense. O discurso da tradicional elite mato-grossense defendia políticas que protegessem a cultura regional da descaracterização promovida pela invasão cultural exógena (Silva, 2019, p. 104).

Dessa forma, compreende-se que o estado de Mato Grosso, na busca por atender uma demanda própria, correspondente aos interesses de um determinado grupo social, promoveu uma valorização da história regional e passou a apresentar legislações estaduais em defesa da obrigatoriedade da mesma nas escolas públicas e privadas do Estado, além de concursos, com premiação em dinheiro, incentivando a produção de livros didáticos sobre História de Mato Grosso.

Vale ressaltar que, grande parte dessas ações em prol a uma História Regional com foco sócio-político é anterior à elaboração da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 e os PCNs de 1997, que apresentam esse aspecto social e cultural, que devem ser observados no ensino de história, por mais que aqui estamos tratando de uma história regional, que não privilegiará em suas abordagens setores sociais, como por exemplo, o próprio migrante visto como invasor e responsável pela perda identitária do mato-grossense nativo.

Passemos agora a tratar dessas ações por parte do governo estadual a favor da História Regional de Mato Grosso, pois assim compreendemos poder observar os parâmetros pelos quais essa História Regional foi implantada nos currículos e abordada nas escolas.

Alegando a necessária difusão de um ensino de História e Geografia de Mato Grosso, bem como as mudanças advindas das intensas ondas migratórias, em 1979, o então secretário de Educação e Cultura de Mato Grosso Milton Armando Pompeu de Barros decide criar o Concurso de História de Mato Grosso, com premiação de 100 mil cruzeiros para a melhor obra que deverá ser adotada como livro didático nas escolas de I e II graus. A comissão responsável em julgar os trabalhos, era composta pelo historiador Rubens de Mendonça, enquanto representante da Academia Mato-grossense de Letras, o professor Octayde Jorge da Silva, do IHGMT, e a professora Marly Pommot Maia, integrante da Fundação Cultural de Mato Grosso. Conforme Silva (2019) “[...] tal composição demonstra o protagonismo que, naquele momento, possuíam as tradicionais agremiações culturais mato-grossenses, que ainda ocupavam o lugar social autorizado à enunciação da História de Mato Grosso (p. 105)”.

O trabalho vencedor recebeu a premiação, porém não foi adotado como livro didático

para ser utilizado nas escolas de Mato Grosso, pois segundo a comissão julgadora não atendia os fins propostos, ficando, pois, “aquém do que seria aconselhável para um material a ser utilizado pelas escolas públicas” (Mato Grosso, 1980, p.03).

Sem sucesso com a proposta, em 1980 a própria Secretaria de Educação coordenou um grupo de trabalhos para elaboração de um livro didático. A partir de estudos já existentes, foi produzido o livro *Um estudo de História de Mato Grosso: roteiro para o ensino de 1º e 2º graus*, elaborado pelo militar e professor Coronel Octayde Jorge da Silva, que tão logo foi adotado nas escolas públicas de Mato Grosso como material didático.

Em 1983, numa medida de proteção aos costumes e tradições mato-grossense, haja vista que inúmeras mudanças estavam se operando já no início da década de 1980 em razão do crescimento da população migrante e a introdução de suas manifestações culturais na cultura local, levou o deputado estadual Francisco Monteiro apresentar o Projeto de Lei n. 26, estabelecendo a “obrigatoriedade da inclusão da literatura Mato-grossense, nos currículos plenos, das escolas de 1º e 2º Graus, do Estado de Mato Grosso”. Manifestando a seguinte argumentação:

A valorização da nossa literatura é uma necessidade nos dias atuais, quando Mato Grosso vem recebendo inúmeras levas de imigrantes, oriundos de regiões mais desenvolvidas e onde as atividades literárias são mais divulgadas e difundidas. [...] A nossa intenção é preservar a cultura da gente mato-grossense, que conseguiu mesmo no isolamento por mais de 250 anos, construir uma civilização. A finalidade primordial do ensino da literatura mato-grossense, convergirá para o cultivo da linguagem, como expressão da cultura regional, conduzindo o aluno a descoberta e compreensão dos valores mais típicos. [...] Na preservação das nossas tradições e no cultivo da nossa literatura, estão as esperanças da tomada de consciência do governo e do povo, para perpetuidade da nossa raça (Mato Grosso, 1983).

Em sessão Ordinária da Assembleia Legislativa, em 16 de julho do mesmo ano, o deputado Kazuho Sano em defesa do Projeto de Lei n. 26/1983, defendeu ser fundamental as novas gerações terem contato com a produção artística que registra e relata a história desta terra [Mato Grosso]. De acordo com Sano, estava ocorrendo uma destruição das expressões culturais regionais através do esquecimento e pela cultura exógena introduzida pelos não mato-grossense, provocando a perda de identidade e desestruturação do povo e grupos culturais de Mato Grosso. Ainda segundo o deputado, “é nas suas tradições regionais que o homem encontra a confirmação de sua identidade e a Arte funciona como uma trincheira diante da avassaladora desestruturação cultural que aqui assistimos (Mato Grosso, 1983, p. 1)”.

Interessante que o próprio Kazuho sendo também um migrante, nascido em Bauru, São

Paulo, filhos de imigrantes japoneses, mudou-se para Cuiabá em 1960 mas, uma vez na posição de parlamentar, representante do povo, se via como um defensor da preservação cultural mato-grossense vendo o “outro” como invasor, defendendo uma necessária conceitualização identitária com vistas a reanimar aqueles que se abateram diante dos “invasores bárbaros”.

Ademais, o mesmo deputado é também responsável pela Lei n. 4.667/1984 que determinava:

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade de que 1/3 (um terço) das questões de Conhecimentos Gerais e/ou Estudos Sociais nos concursos organizados por órgãos governamentais e de economia mista, deve versar sobre Geografia e História Política e Econômica de Mato Grosso (Mato Grosso, 1984, p. 01).

Claramente o Projeto de Lei de Kazuho (Projeto de Lei n. 141/1983), denota uma ação que visava proteger os cargos públicos da ocupação migrante, assim como também obrigar as escolas a abordarem a história e geografia de Mato Grosso com seus estudantes com vistas a preparar para os exames vestibulares, mas muito mais que isso, difundir aquela que era considerada a “verdadeira” cultura e identidade mato-grossense na juventude escolar. Conforme trecho de justificativa para o Projeto de Lei:

Esse grande vazio e esse silêncio sobre todo um processo histórico que tem início no século XVIII permite que se ignore um passado de lutas e trabalho que pesquisado e sistematizado viria a enriquecer todos que aqui vivem e constroem a atual história mato-grossense. Essa desinformação cria uma falta de identificação com a terra, que não é característica apenas dos gaúchos, paranaenses ou paulistas que aqui vivem. A juventude mato-grossense que hoje está nas escolas sofre da mesma desinformação. Basta perguntarmos a qualquer estudante alguma questão sobre história e geografia de Mato Grosso e teremos como resposta o silêncio.

É necessário que se resgate urgentemente a história de Mato Grosso e suas tradições encontrem o espaço necessário para sobreviver. A obrigatoriedade de questões versando sobre a História Econômica e Política de Geografia de Mato Grosso em concursos públicos, forçará a sistematização desse conhecimento assim como determinará sua procura, razão pela qual justifica-se a presente proposição (Mato Grosso, 1983).

Outro parlamentar se mostrou incomodado com o processo migratório, Deputado Francisco Monteiro manifestou-se descontente com o fato de “forasteiros” estarem ocupando o funcionalismo público mato-grossense, alegando que estes nada sabiam a respeito do lugar onde viviam e trabalhavam.

Neste sentido, o que observamos evidentemente, é uma forte manipulação pela elite mato-grossense em relação a institucionalização de conteúdos de História Regional nos programas escolares como pano de fundo para uma preocupação em perder o controle político, que

exerciam no Estado para os ricos migrantes sulistas.

Seguindo esse entendimento no ano de 1990, a Lei Estadual de nº. 5.573 proposta pelo deputado Hermes de Abreu, instituiu a obrigatoriedade das disciplinas de História, Geografia e Literatura de Mato Grosso, nas escolas públicas e privadas de 1º e 2º graus no Estado. A partir desse momento, a disciplina de História Regional estava oficialmente instituída nos currículos oficiais mato-grossense. Em justificativa a sua proposição, Hermes de Abreu se posicionou alegando:

A alienação cultural porque passa boa parte da população brasileira tem contribuído para que estejamos perdendo, ao longo dos anos, algumas das mais importantes manifestações culturais, que, aliás, sempre nos individualizou das outras nações do mundo. Mesmo entendendo que a cultura é universal, não defendo a tese de que devemos deixar de aprender o que é nosso para assimilar o que é dos outros. Tenho visto em muitos currículos escolares disciplinas que não retratam, com a devida fidelidade e importância, a realidade cultural brasileira, o que tem contribuído negativamente na formação escolar dos nossos jovens. Uma das falhas que precisa ser corrigida com bastante rapidez é a obrigatoriedade do ensino das disciplinas de Geografia, História e Literatura de Mato Grosso nos currículos plenos das Escolas de 1º e 2º Graus. Não restam dúvidas que a presente medida contribuirá decisivamente para um melhor conhecimento dos principais fatos histórico-literários e das características geográficas do nosso Estado (Mato Grosso, 1989).

Apesar de representar uma ação efetiva às ações legais anteriores, “para o 1º Grau, determinava que os conteúdos fossem inseridos nas disciplinas de História e Geografia do Brasil. Para o 2º Grau, constituir-se-iam disciplinas autônomas” (Silva, 2019, p. 113), o que deu origem a um novo debate, disciplina autônoma “requereria professores específicos para seu ensino e, conseqüentemente, mais investimentos em salários, formação acadêmica e materiais didáticos”⁷

Em seu discurso Hermes Abreu apontou que, por ineficiência do Governo Estadual, o Projeto de Lei n. 26 proposto por Francisco Monteiro não havia sido posto em vigor, ficando assim fora da formação escolar dos estudantes de Mato Grosso, pois a Geografia e História, foram incluídas no currículo como disciplinas não autônomas, ficando relegada ao fim do currículo e assim dificilmente são abordadas.

Fato é que, a lei que instituía as disciplinas de História e Geografia foram criadas em 1990, porém não significa que a legislação foi atendida e as disciplinas foram inseridas nos currículos escolares e trabalhadas nas salas de aulas com as crianças e adolescentes como a

⁷ *Ibid*, p.114.

previa. Pois se analisarmos o discurso do Deputado Kazuho Sano sobre a falta de professores para ensinar tais conteúdos:

[...] “para as três matérias, incluídas no currículo pleno, de 1º e 2º Graus da Educação Mato-grossense, será que nós temos quadro [docente] para preencher Geografia, História e Literatura Mato-grossense, para o princípio do ano letivo? Ora, isso não traz complexidade?” (Mato Grosso, 1989, p. 22).

Se considerarmos as despesas geradas com a contratação para professores específicos para as disciplinas de História, Geografia e Literatura, em conjunto com cursos de capacitação, materiais didáticos, podemos presumir o porquê de até os dias atuais a Lei 5.573/1990 não ter entrado em vigor.

De acordo com Silva (2019) havia uma certa pressa em relação a aprovação da Lei 175/1989, por parte de Hermes de Abreu, pois naquele ano a Secretaria de Educação e Cultura estava produzindo a *Proposta Curricular para o estado de Mato Grosso*.

Articulada a partir da necessidade de adequar coerência entre a Constituição de 1988, os objetivos constitucionais da Educação, das Unidades Escolares e dos Planos de Ensino, que ainda estavam sob as prerrogativas da Lei 5.692/71, pois a nova LDB só seria concebida em 1996, a *Proposta Curricular para o estado de Mato Grosso* mobilizou professores do estado mato-grossense, docentes da UFMT e técnicos da Secretaria de Estado de Educação, durante as gestões de Osvaldo Roberto Sobrinho e o governo de Jayme Campos.

O documento final, entregue em 1993, buscou articular três áreas de conhecimento que se desdobravam em disciplinas, sendo: Linguagens (Língua Portuguesa e Literatura; Línguas Estrangeiras Modernas; Arte; Educação Física), Ciências Naturais e Matemática (Ciências Físicas e Biológicas; Matemática e Geometria; Física; Química; Biologia; Programas de Saúde) e Ciências Sociais (História; Geografia; Ensino Religioso; Educação Moral e Cívica; Organização Social e Política Brasileira).

No tocante à disciplina de História, o texto está dividido em três tópicos: Fundamentação do Ensino de História, Função e Objetivos, Sugestões de Conteúdos. De acordo com Silva (2019), os formuladores da *Proposta Curricular*, defendiam que esta visava romper com os moldes da educação de tendência tecnicista implantada com a Ditadura Militar e em vigor na década de 1970 e 1980. “Para eles, a escola deveria recuperar o sentido original da Educação, ou seja, não ser encarada como uma instituição “veiculadora de conhecimentos neutros, autônomos, independentes da realidade social, complexa e contraditória” (Mato Grosso, 1993, p. 8, *apud*, Silva, 2019, p.122)”.

O documento determinava que “os conteúdos de História e Geografia de Mato Grosso

deveriam ser incluídos em História e Geografia do Brasil, desde as séries iniciais, “porém, no texto com sugestões de temas para o ensino de História, só houve menção aos temas regionais entre as séries do 1º Grau” (Mato Grosso, 1993, p. 83). De acordo com a própria SEE- MT, a *Proposta Curricular* não assumia o caráter de apresentar um trabalho acabado, seria a prática docente quem deveria complementar o trabalho organizado pela Secretaria através do exercício pedagógico.

Conforme esboços do documento curricular acima mencionado, o ensino de História possui função essencial na formação dos estudantes, ao tornar possível que estes tomem “consciência de sua situação social, ao mesmo tempo em que os instrumentaliza para a análise e reflexão crítica sobre sua vivência cotidiana e sobre sua inserção na sociedade” (Mato Grosso, 1993, p. 105). No entanto, não se constata menção à Lei 5.573/1990 no documentado elaborado, em contrapartida sugestionou-se que os temas regionais fossem inseridos como subtemas, na disciplina de História para o Primeiro Grau, ou seja, os currículos deveriam priorizar os estudos da História do Brasil, como previa a etapa escolar e os temas inerentes à história Mato-grossense deveriam vir como “apêndices”.

No entanto, a participação da UFMT na elaboração desse material proporcionou a sugestão de conteúdos considerados inéditos para o ensino de História Regional, como: “os quilombos em Mato Grosso, a violência nas minas de Cuiabá colonial, os sem-terra e o problema fundiário em Mato Grosso, entre outros”, revelando dessa forma a introdução das novas tendências de escolhas de objetos de pesquisa e abordagens na História Regional.

Em relação à disciplina de História de Mato Grosso não aparecer no documento, Silva (2019) aponta que a SEE-MT se esforçou em inseri-la na grade curricular, no entanto, analisando os registros de conteúdos em diários de classe de professores, estes apontavam somente os títulos dos livros didáticos utilizados pela unidade escolar, denotando desta forma que a História Regional ficou excluída dos conteúdos trabalhados pelos professores.

Em 1996, após intensos debates e mesmo discordâncias, a nova Lei de Diretrizes e Bases foi aprovada. Representando a luta de setores sociais anteriormente excluídos do processo educacional, a Lei 9.394/96 foi significativa ao buscar inserir a obrigatoriedade do Estado Nacional em assegurar educação para todos os níveis.

Diante do fato de nossa análise estar centrada no campo da História, podemos observar que a referida Legislação, significou uma ampliação do campo da História, trazendo novos problemas, novas abordagens e novos objetos, deixando a política, por exemplo, de ser o principal objeto de estudo e inserindo novas temáticas que valorizam o local e o individual, abandonando assim as análises globalizantes e homogeneizadoras.

Os aspectos regionais e locais já haviam ganhado espaço nas pesquisas historiográficas e no ensino de história passou a ser uma preocupação em pauta, a partir dos debates que ocorreram juntamente com o processo de redemocratização em 1980. Conforme podemos verificar no art. 210 da Constituição Federal: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (Brasil, 1988, p.137).

A necessidade em inserir novos conteúdos que estimulassem os estudantes nos currículos oficiais se deram ainda ao mesmo passo que as novas pesquisas e produções históricas da “Nova História” ganhavam o meio acadêmico. Dessa forma, era imperativo a inserção dos novos métodos e novos conteúdos históricos nos currículos.

1.4 A História Regional nos atuais currículos de Mato Grosso

A Lei de Diretrizes e Bases número 9.394/96 assim como os Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997 (PCNs) foram aprovados pelo Ministério da Educação em conformidade aos parâmetros democráticos da Constituição de 1988. Ambos os documentos, LDB e PCNs sinalizam a implementação de estratégias por parte do setor educacional em proporcionar uma educação com objetivos mais democráticos, além de estabelecerem as novas diretrizes para o currículo oficial da rede de ensino público. Estes documentos ainda deixam determinado a necessidade deste currículo ser complementado por uma base diversificada que contemple as “características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela” (Brasil, 1996, p. 20).

De acordo com o art.26 da LDB

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Brasil, 1996, p.20).

Desse modo, caberia aos estados brasileiros, elaborar a partir de suas especificidades regionais um currículo que visasse a complementar o “nacional” com abordagens inerentes a diversidade cultural, étnica, regionais e políticas próprias de cada região. Partindo das premissas estabelecidas pelas legislações indicadas, podemos identificar “possibilidades para o estudo e pesquisas acerca do ensino de História Regional, visto que este está assegurado como item da formação básica comum nacional” (Debona; Ribeiro e Pinto, 2015, p. 319).

Em relação aos PCNs (1997), foram criados com o intuito de “construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras”, assim como respeitar as diversidades culturais, étnicas, regionais e políticas existentes no Brasil. Em se tratando das intenções educacionais, do papel e importância do ensino de História os PCNs (1998), conforme apontam Fonseca e Silva (2010), ressaltam o caráter formativo da História na “constituição da identidade, da cidadania, do (re)conhecimento do outro, do respeito à pluralidade cultural e da defesa do fortalecimento da democracia.

O documento em questão representa um grande avanço, ao indicar o trabalho com fontes históricas, concebendo o estudante enquanto pesquisador, que deve criticar, analisar e interpretar fontes documentais de natureza diversa, além de reconhecer o papel das diferentes linguagens, dos diferentes agentes sociais e dos diferentes contextos envolvidos em sua produção. Sendo capaz de produzir textos analíticos e interpretativos a respeito do processo histórico, a partir das categorias e procedimentos próprios do discurso historiográfico.

De acordo com os textos oficiais, os PCNs foram elaborados para serem uma espécie de referencial, ou seja, um conjunto de parâmetros pelos quais, os estados brasileiros deveriam se nortearem para elaboração de seus programas de ensino.

Desse modo, por conseguinte, no ano de 1998 foi instituído, durante o Governo de Dante Martins de Oliveira, a Lei Complementar nº. 49 que em seu art. 62 destacava:

Os currículos do ensino fundamental o médio serão propostos pela escola o aprovados pelo Conselho Estadual de Educação, e terão a base nacional comum, complementada pelo Sistema Estadual e pela escola, adaptando-se às características regionais e locais da sociedade, da cultura e de economia locais (Mato Grosso, 1998).

Podemos perceber certa flexibilização do documento ao deixar a cargo das escolas a construção de seus currículos, que deveriam apresentar a base diversificada em acordo com as peculiaridades regionais e locais, sendo estes submetidos ao Conselho Estadual de Educação posteriormente. Com relação ao ensino de História o referido documento, no parágrafo 3º, institui: “O ensino de História dará ênfase à História de Mato Grosso, do Brasil e da América Latina, e levará em conta as diferentes culturas e etnias na construção e reconstrução da História brasileira e latino-americana” (Mato Grosso, 1998).

Este, conforme previsto, deveria focar na história regional, nacional e da América, no entanto, por mais que houvesse essa “preocupação” expressa no documento legal, o que se observa na prática, conforme apontando anteriormente a partir de Silva (2019), é que no fazer diário os professores, na verdade, seguiam os roteiros trazidos pelos livros didáticos adotados

nas escolas do Estado, livros estes que não eram produzidos em Mato Grosso, mas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Seguindo as determinações, em 2012 por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, o Estado de Mato Grosso desenvolveu as *Orientações Curriculares para a Educação Básica*, as OCEs. De forma geral, o documento aborda orientações para o Ensino Fundamental e Médio, como também orientações específicas sobre a educação do campo, educação indígena, educação especial, educação de jovens e adultos e educação escolar quilombola. Em relação a sua construção, o documento apresenta como justificativa:

Esse texto, depois de produzir os consensos possíveis – assume-se como documento organizador da Educação Básica no Estado de Mato Grosso, por expressar não apenas a posição do Governo, mas a vontade das escolas e das comunidades acerca da educação que podemos oferecer, principalmente a educação que queremos oferecer, na perspectiva da emancipação humana, viabilizada por uma organização social cada vez mais justa e democrática (Mato Grosso, 2010.p.14).

Para as Ciências Humanas, uma vez que as disciplinas foram organizadas em áreas, já na apresentação do documento podemos perceber a proposta de organização da educação disposta em áreas de conhecimento com a intencionalidade de promover práticas interdisciplinares numa tentativa de superar a fragmentação do saber e desenvolver um diálogo teórico e metodológico entre as disciplinas que compõe a área de Ciências Humanas.

Importante destacar que, em conformidade com a Lei 11.274 de 2006, que regulamentou o ensino fundamental de nove anos, as OCE's para a Ciências Humanas está organizada por ciclos de aprendizagem, sendo respectivamente 1º Ciclo (crianças de 6 a 8 anos de idade), 2º Ciclo (com idade de 9 a 11 anos) e 3º Ciclo (12 a 14 anos de idade). Assim o livro organizou por ciclos de formação humana, um grupo de Eixos articuladores, Capacidades e Descritores que devem ser desenvolvidos e dominados em cada fase e período, bem como estratégias metodológicas e as capacidades da História que devem ser adquiridas ao longo de cada um dos ciclos. Interessante é que ao mesmo tempo que o documento foi organizado por áreas de conhecimentos, as capacidades que devem ser adquiridas ao final de cada ciclo são apresentadas separadamente por disciplinas. Neste caminho Debona; Ribeiro e Pinto defendem:

Essa forma de apresentar a estrutura dos componentes possibilita dupla interpretação, pois, ao mesmo tempo em que exalta um conhecimento coeso e totalizante das disciplinas que enfatizam a construção do conhecimento relacional, tratam-nas separadamente, como unidades individuais em si mesmas, sem reforçar a proposição inicial de trabalhar com os componentes curriculares construindo e desenvolvendo habilidades e competências que possibilitem aos alunos terem uma compreensão relacional entre os conteúdos

das outras disciplinas (Ribeiro Pinto, 2015, p.335-6).

Para o 1º ciclo de Formação Humana, as Orientações Curriculares evidenciam um ensino de história construído de forma “integrada ou globalizada, ligadas ao processo de alfabetização e letramento” (Oliveira, 2014, p.91). Para o documento, os temas de estudo devem corresponder à realidade social concreta, oportunizando aos estudantes situações de convivência e participação social e contato com as regras e com os costumes próprios do seu convívio (Mato Grosso, 2012, p.11). No 2º Ciclo, o documento aponta que a Ciências Humanas, nesta fase:

[...] está centrada em três aspectos: a construção do conhecimento regional, ou seja, da História e Geografia de Mato Grosso [...], ao afirmar ainda que os conhecimentos de História e Geografia devem ser compreendidos em diferentes escalas geográficas: regional- estado de Mato Grosso- nacional e global e em diferentes temporalidades [...]”⁸.

Observamos também que as temáticas inerentes a História de Mato Grosso e as possibilidades de trabalho com a história local estão presentes no quadro de “capacidades e descritores” para ambas as fases até aqui tratadas, no entanto, de acordo com Oliveira (2014) apesar do 2º Ciclo trazer em um dos eixos a “construção do espaço geográfico, histórico e cultural de Mato Grosso não há nenhuma sugestão de referências sobre conteúdos de geografia e nem de história de Mato Grosso” (p.91).

A ausência de indicação de referências para leitura direcionada aos professores destes ciclos iniciais de aprendizagem, sugere uma “ausência” destes conceitos no currículo real da escola, até mesmo que a prioridade nesta fase acaba sendo o ensino de linguagem e matemática, uma vez que mesmo as avaliações externas privilegiam estes saberes.

Para o 3º Ciclo, o documento aponta que os estudantes, nessa fase, já apresentam condições cognitivas para expandir o grau de complexidade de suas inferências, conjecturas e análises, sendo, portanto, apto a elaborar considerações próprias sobre a realidade que o cerca. Sendo assim, os aspectos relacionados às identidades geopolíticas brasileiras e internacionais, juntamente com o processo de globalização, tornam-se objetos de estudo, contudo, não se deve perder de vista a realidade em que o estudante vive.

As orientações, conforme Oliveira (2014), indicam aos estudantes que façam reflexões sobre o comportamento da humanidade em esferas mundiais e nacionais, no entanto, “a orientação prioriza o estudo da história local e regional, com o objetivo de fazer com que o

⁸ *Ibidem*, p. 22.

aluno possa entender a história a partir das relações sociais que ele vive em seu cotidiano” (p.93). Apesar de trazer como uma das capacidades para o 3º Ciclo, o reconhecimento da formação e as características identitárias dos diversos grupos, as diversas transformações em diferentes âmbitos, incluindo especificamente esses conhecimentos concernentes à História de Mato Grosso, os “Descritores” para esta fase, trazem apenas no eixo “Natureza e Sociedade”, a necessidade do aluno aprender a materializar em produção textual “a importância da construção de relações de transformação, permanência, semelhança e diferença entre o presente, o passado e os espaços local, regional, nacional e mundial” (Mato Grosso, 2012, p.48).

Assim, entendemos que os *currículos reais*, que conforme Bittencourt (2018) corresponde ao que efetivamente é realizado em sala de aula por professores e alunos” (p.81), ao serem elaborados com base nas Orientações Curriculares, tendiam a seguirem uma organização eurocêntrica, além de ter como ponto inicial o contexto global e nacional enquanto a História Regional ficava relegada a um segundo plano, limitando assim a constituição de um saber histórico regional no 3º Ciclo de formação humana.

No que se refere ao ensino médio, as Ciências Humanas, conforme o documento, devem assumir o objetivo de formar cidadãos de consciência crítica e criativas, além de criar condições para o desenvolvimento de atitudes de “protagonismo social”, para alcançar tal objetivo a orientação é o professor propor metodologias que possibilitem aos estudantes participar ativamente de seu processo de aprendizagem. Em resumo, as práticas pedagógicas devem sempre partir do estudante e suas experiências, e não dos conteúdos específicos de cada disciplina. É neste contexto que as Orientações Curriculares apontam para a necessidade de a História superar suas “posturas pedagógicas homogeneizadas e acríticas” e buscar uma reformulação de procedimentos metodológicos e posturas pedagógicas superando as práticas enraizadas a muito tempo na história e seu fazer pedagógico metodológico. Observamos, portanto, que o documento aponta para um ensino de história que tenha o compromisso de desenvolver posturas e consciências críticas, visando a participação ativa e produtiva desses jovens na sociedade.

Para alcançar tais proposituras, são elencados quatorze objetivos para a disciplina de História, dos quais um versa sobre a História Regional, sendo: “Compreender o processo de migração e ocupação de Mato Grosso como grande responsável pela diversidade cultural aqui presente, contribuindo para que o estudante compreenda a importância do respeito às diferenças”⁹.

⁹ *Ibid.*, p.107.

Conforme o Estado Nacional estabeleceu na LDBEN de 1996, a criação de uma Base Nacional Comum Curricular, em 2017, o Ministério da Educação homologou a BNCC que corresponde a um documento normativo que estabelece um conjunto de conhecimentos e aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidos pelos estudantes brasileiros durante todo o processo de escolarização.

O documento estruturou as diferentes disciplinas em áreas de conhecimento e estabeleceu os compromissos que cada uma devem assumir. Para a área de Ciências Humanas, de acordo com a BNCC, cabe o dever de tornar possível aos estudantes desenvolverem “a capacidade de interpretar o mundo, de compreender processos e fenômenos sociais, políticos e culturais e de atuar de forma ética, responsável e autônoma diante de fenômenos sociais e naturais” (2017, p. 356).

Esse novo instrumento legal provocou uma nova mobilização em níveis estaduais para elaboração de um novo currículo de referência em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular. O resultado foi o *Documento de Referência para Mato Grosso*- no ano de 2018 para os Anos finais da educação infantil e em 2020 o *Documento de Referência Curricular para Mato Grosso- etapa Ensino Médio*.

Conforme o DRC-MT, o componente curricular de História deve ter por princípio a formação integral do sujeito crítico, autônomo que se aproprie do conhecimento construído para desenvolver habilidades e competências coerentes às ações humanas e demandas da sociedade atual. Destarte, o ensino de história demanda a utilização de novos “objetos, problemas e abordagens sobre os fatos históricos e sociais” (Mato Grosso, 2017, p. 248). Posto isso, a história nos anos finais do ensino fundamental assume a função de possibilitar os estudantes compreender o ser humano, em “múltiplas dimensões, contemplando as diversidades, suas vivências e experiências que perpassam o campo das relações humanas, contribuindo para a construção física, afetiva, cultural, intelectual e social.”¹⁰.

Estabelecendo objetos de conhecimento e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes para a disciplina de História, o DRC- MT se pauta na perspectiva de que tudo que é produzido pelo homem se constitui história para indicar como metodologia de êxito a ação investigativa. Portanto, as aulas de história devem instigar os estudantes a pesquisar, a ser um indagador e a partir daí ser capaz de problematizar as relações sociais, políticas, contextos e reflexões que permeiam o conhecimento histórico.

Adentrando a questão da História Regional, nosso foco de análise, no texto de

¹⁰*Ibidem*, p. 249.

apresentação sobre o componente curricular de História, a DRC-MT aponta a necessidade do estudo sobre o local e regional e sua importância para a compreensão do processo histórico, pois “possibilita ao estudante entender a história a partir do seu cotidiano, das suas relações sociais, dos seus hábitos, costumes e das memórias construídas culturalmente” (Mato Grosso, 2017, p.247).

O referido documento aponta ainda, enquanto possibilidade de “alternativas metodológicas”, a importância de o docente de história produzir história local com seus estudantes, pois raras vezes esta pode estar contemplada na historiografia oficial e mesmo nas produções acadêmicas da própria região. Orienta ainda que as abordagens, partam sempre da História Local, uma vez que esta apresenta elementos do cotidiano reveladores de partes da estrutura maior, a universal, além de trazer as experiências dos estudantes para o centro do processo, contribuindo dessa forma para sua construção de identidade.

O instrumento justifica ainda a importância de ensinar história local e regional, pois esta permite aos estudantes conhecer seu entorno ao passo que trata das especificidades, partindo do micro para o macro, constituindo uma identidade do local para o global, percebendo o mundo em constante movimento.

Na sequência está elencado pela Diretriz Curricular as “Unidades Temáticas, Habilidades e Objetos de conhecimento para cada fase/série, indo do sexto (6º) ao nono (9º) ano. Disposto em um tabela, podemos verificar que, na grande maioria os objetos de conhecimento estão dispostos numa sequência de abordagens que partem do global, nacional e chegando ao regional. Porém, em todas as fases de aprendizagem a História de Mato Grosso está inserida, no entanto, o currículo não perdeu sua característica *quatripartite* ao elencar os objetos de conhecimento, iniciando no 6º ano com a “Pré-história e finalizando em Medieval, no 7º Ano, História moderna, 8º ano se inicia com as “Revoluções burguesas, finalizando com imperialismo europeu e finalmente no 9º ao, a História contemporânea.

Ponderando a partir das análises de Oliveira (2019) quando este afirma que, nem sempre o que está próximo, que corresponde à realidade vivenciada pelo estudante desperta-lhe interesse. Presumimos que, criar um ambiente de aprendizagem demanda do professor além de domínio do conhecimento teórico também o metodológico e o didático. O que por sua vez exige do professor constante formação e oportunidades de diálogos e troca de experiências, que no ambiente escolar não tem sido ofertado, uma vez que as chamadas “formações continuadas” tem por foco “questões mais amplas em relação ao ensino e aprendizagem”, em que muitas vezes o foco é o português e matemática, devido aos “baixos índices apresentados” nas avaliações externas.

Passemos então para a etapa Ensino Médio. Nessa etapa as propostas curriculares (DRC-MT) compreendem que a área de Ciências Humanas deve favorecer, contudo a formação para o mundo do trabalho, entendido, conforme documento, não como preparação de mão de obra para o mercado, mas como capacidade de articular diversos “com conhecimentos científicos, culturais e sócio históricos, no âmbito da emancipação humana” (Mato Grosso, 2020, p. 196).

O currículo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) também está organizado em competências e habilidades gerais a serem alcançadas conforme o objeto de conhecimento a ser trabalhado. De acordo com DRC-MT/EM o currículo para esta etapa deve ser planejado articulando as vivências dos estudantes e os componentes curriculares da área de CHSA. Os alunos necessitam que os conhecimentos sejam aplicáveis em suas realidades, em suas vidas, para tanto a aprendizagem precisa ser significativa de modo a formar cidadãos autônomos, críticos e autorais.

De acordo com a proposta para o ensino médio, a Área de Ciências Humanas precisa promover abordagens e processos de construção de conhecimento de maneira interdisciplinar, transdisciplinar e integradora, para isso o professor deve estabelecer as conexões necessárias com as disciplinas e demais saberes que integram a área de conhecimento.

A Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas apresenta seis competências gerais, haja vista serem muito abrangentes, estas se dividem em categorias sendo: Tempo e Espaço, Territórios e Fronteiras, Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética e Política e Trabalho.

Quando analisado a presença da História Regional neste currículo formal, constatamos estar contemplada em todas as competências específicas delimitadas para a última etapa escolar do jovem estudante. Temáticas acerca da História e Geografia de Mato Grosso são elencadas tanto como objetos de conhecimentos que devem ser abordados como habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes.

Em relação às metodologias e estratégias para a Área na etapa ensino médio, a DRC-MT salienta a necessária superação da fragmentação, sequenciação e separação de conteúdo, indica a utilização de metodologias ativas, uma vez que estas possibilitam aos estudantes serem protagonistas da ação pedagógica, trazendo para o processo de aprendizagem suas realidades vivenciadas.

Por fim, com a instituição da Lei 13.415/2017 e a instauração do Novo Ensino Médio o que assistimos é uma redução da carga horária das disciplinas de História e Geografia para uma (1) hora semanal. O professor que atua no ensino médio, precisa ser capaz, “dar conta” tanto da história regional, quanto a nacional e global buscando sempre articular as três esferas, para não correr o risco de os estudantes compreenderem de forma fragmentada e desvinculada, e também

ser capaz de dominar outros saberes. Ainda necessita integralizar as demais áreas de saberes, seguindo as orientações sobre a interdisciplinaridade.

Concluindo esta abordagem, ao verificarmos as iniciativas em prol a consolidação de um currículo que contemplasse a história regional em Mato Grosso, percebemos ações e interesses mobilizados por agentes sociais buscando de alguma forma “fabricar” um objeto que agisse em defesa e/ou proteção de um status e interesse próprios. De acordo com Goodson (1995, p. 78), “a elaboração do currículo pode ser considerada um processo pelo qual se inventa uma tradição”, seguindo esses pressupostos, podemos considerar tais iniciativas como um projeto de poder que representa os interesses políticos e sociais de um determinado grupo se sobrepondo a outro.

Passemos agora a analisar as instituições que ocuparam o lugar de produtores dessa história de Mato Grosso a ser defendida como necessária e urgente de ser inserida nos currículos e programas oficiais do Estado conforme apresentamos no subitem anterior.

1.5 Locais de produção acerca da História Regional durante o século XX: O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

As produções acerca da História Regional já compunham o cenário historiográfico brasileiro, mesmo no século XIX, sob a influência da Escola Metódica, as produções deste período em sua maioria correspondem à abordagem de cunho memorialista, buscando tecer considerações acerca de personalidades e grandes nomes, conferindo, em nossa percepção, uma problemática ao privilegiarem determinado grupo social e conforme Ely Bergo de Carvalho (2014) “contribuíram fortemente para a produção da representação negativa das camadas populares brasileiras e das representações ufanistas de “nossa” natureza” (Carvalho, 2014, p. 156).

No Brasil e em Mato Grosso as produções que tinham como objeto a História Regional foram desenvolvidas e dominadas até boa parte do século XX pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seus congêneres, suas versões estaduais. Geralmente integrado por pessoas com posição social elevada e cargos políticos, as produções regionais correspondiam à obras memorialistas, predominando as chamadas *Corografias*.

De acordo com Marcos Lobato Martins (2010), tais produções denotavam a “região” como resultado de ações de figuras “extraordinárias”, uma vez que a “região” era analisada à luz dos grandes acontecimentos e seus impactos naquele “espaço subnacional” (p.141). De forte tendência “positivista”, ao promover o sentimento patriótico, despertar o amor pelo passado,

exaltar as elites locais e seus feitos, as corografias foram até meados de 1960, as referências para elaboração de material didático a serem utilizados nas regiões brasileiras ou elas mesmas o material utilizado por professores e alunos nas aulas de história local e regional.

No estado de Mato Grosso, o Instituto Histórico e Geográfico-IHGMT, inaugurado em 1919 reunia figuras bastante reconhecidas no cenário público que atuaram principalmente na construção de uma memória social e de uma identidade regional. Tendo como sócios fundadores nomes bem conhecidos no cenário público mato-grossense como o Arcebispo Dom Francisco de Aquino Corrêa, o advogado e historiador Estevão de Mendonça, José Barnabé de Mesquita, Virgílio Corrêa Filho, aliás estes três últimos são considerados os nomes de maior expressão no que tange à construção de uma memória historiográfica para Mato Grosso.

A princípio, esses “sujeitos ordinários” da escrita mato-grossense (Certeau, 2014), se debruçaram sobre a tarefa de desconstruir a concepção vinculada pelos viajantes estrangeiros a respeito de um Mato Grosso, “atrasado”, “vazio”, longe, com uma população local incivilizada, o que Sibeles de Moraes (2003) considera em suas análises, destoar do ideal que se pretendia construir sobre o Brasil na segunda metade do século XIX e início do XX. Dessa forma os intelectuais mato-grossense buscaram em suas construções ressaltar a origem bandeirante do povo de Mato Grosso o que segundo Moraes (2003), “paradoxalmente permitia pensar, aos olhos desses intelectuais, um Mato Grosso promissor de riquezas inesgotáveis” (p.14-5).

Neste contexto, podemos situar o livro *Quadro Chorographico de Matto-Grosso* (1906) elaborado por Estevão de Mendonça sendo este referência para a história regional do Estado, sua produção se insere em um contexto de construção da recém instalada República e busca por um novo ideal de nacionalidade. Assim, o *Quadro Chorographico de Matto-Grosso* traduz a memória local, dos grupos políticos que detinham o poder no momento e suas representações sobre o passado mato-grossense.

Além do *Quadro Chorographico de Matto Grosso*, outra obra de grande visibilidade foi o *Álbum Gráfico de Mato Grosso* (1914), que apresentava em suas páginas o rol de municípios do estado, sua economia e meios de transporte, além disso, com referência à memória histórica, “o Álbum reporta-se a um passado glorioso, enfatizando o papel dos bandeirantes e dos defensores fronteiriços” (Franco, 2009, p. 39). O material foi organizado pelos empresários de Corumbá Feliciano Simon e Cardoso Ayala e outras dezoito pessoas, entre estas autoridades civis e militares, empresários, fazendeiros.

De acordo com Gilmara Yoshihara Franco (2009) a confecção do Quadro Corográfico (1906) assim como o Álbum Gráfico de Mato Grosso (1914) se constituem no que ela chama de “luta letrada” para que as elites locais se firmassem no poder e continuassem a reproduzir

suas “condições de dominação” (p. 29). Na produção destes materiais estão envolvidos autores como o já citado Estevão de Mendonça, Virgílio Corrêa Filho e José Barnabé de Mesquita.

Aludindo as reflexões realizadas por Adriana Pinto (2018), os lugares sociais aos quais tais sujeitos estavam ligados, nos permite inferir noções de suas produções, assim como compreendê-las enquanto mecanismos de difusão de interesses pessoais, ou dos grupos coletivos aos quais faziam parte, militavam ou estavam “vinculados de modo profissional ou religioso. Dar visibilidade a essas redes de atuação, espaços de sociabilidade e conformação de ideias e interesses socioculturais, com fundo por vezes moral-educacional” (p. 3). Convergingo no mesmo diálogo Franco (2009) e Adriana Pinto (2018), compreendem as produções intelectuais enquanto uma necessidade de construção de representações positivas da imagem do Estado para se contrapor a imagem negativa concebida acerca de Mato Grosso, principalmente em decorrência das divergências políticas ocorridas na região nesses primeiros anos de Proclamação da República¹¹.

Cabe ainda por em questão que, nas primeiras décadas do século XX com o desenvolvimento econômico de várias cidades ao sul de Mato Grosso e conseqüentemente a formação de um grupo com poder aquisitivo que passaram a buscar participação no exercício político, promoveram uma espécie de “angústia” entre a elite cuiabana que recorreu à intelectualidade como manobra de manutenção de seu status hegemônico e mobilização desta para redefinir sua identidade coletiva.

Portanto, o primeiro projeto a movimentar o IHGMT foi o de reforçar a posição de Cuiabá, MT, enfatizando sua importância histórica, buscando dessa forma sobressair-se à cidade de Corumbá nessa disputa simbólica de poder. Neste contexto podemos compreender as produções intelectuais citadas anteriormente como uma tentativa de produção e apropriação de uma memória e identidade que, conforme Michel Pollak (1992) se tornam “[...] objetos de disputas em conflitos sociais e intergrupais e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (p.5).

Retomando o *Quadro Corográfico*, Silva (2013), avalia a obra como sendo o marco inicial da construção das representações sobre o passado mato-grossense, ou como bem coloca Franco (2009) “a primeira publicação destinada a moldar a memória histórica mato-grossense” (Zorzato, *apud*, Franco, 2009, p.38). Além do mais, foi adotado como material didático nas

¹¹ Nomeamos enquanto divergências políticas aqui, os conflitos de cunho coronelísticos, disputas de parcelas das oligarquias locais entre si para impor seu poder de mando em seus respectivos territórios. Tais conflito também são tratados por memorialistas como “revoluções”, apesar de autores como Pesavento (2003) desconstruir o uso do termo.

escolas da rede escolar mato-grossense, considerado assim o primeiro livro-didático de História de Mato Grosso.

Tendo sido o IHGMT inaugurado em Mato Grosso no ano de 1919, o material em questão produzido por Estevão de Mendonça foi publicado em 1906. Aparecido Silva (2013) nos esclarece que em 1903, um Decreto de nº. 139, relativo ao Regulamento do Liceu Cuiabano, em seu artigo 184 estabelecia uma espécie de concurso para elaboração de livro didático que pudesse ser utilizado pelas escolas de Mato Grosso, sendo este premiado em dinheiro ao final.

O lente ou professor que compuser alguma obra didática de reconhecida utilidade a juízo do Conselho Superior da Instrução Pública, terá direito a um prêmio pecuniário arbitrado pelo governo do Estado, além de fazer imprimir e publicar a obra a expensa dos cofres públicos (Mato Grosso, Regulamento do Liceu Cuiabano, 1903, p.24, *apud*, Silva, 2013, p.106-7).

O material recebeu financiamento do Governo estadual, denotando uma inquietação deste com a memória histórica que as crianças cuiabanas deviam construir em relação ao Estado e mesmo para desconstruir as representações negativas de um território que foi amplamente estigmatizado por uma literatura exógena que circulava nos livros didáticos de todo o Brasil e dominando o imaginário das elites litorâneas. Tais construções sobre Mato Grosso, produzidas por Estevão de Mendonça, dominaram os pressupostos de onde partiam a agremiação cultural do IHGMT, concebendo uma “elite cuiabana, herdeira e descendentes dos heróis do passado e defensora da fronteira e integridade do território brasileiro, no início do século XX” (Silva, 2013, p.129).

O processo de colonização dirigida, resultante das políticas de facilitação de acesso à terra, bem como de incentivo à ocupação territorial promovidas pelo regime militar, que começaram a transformar a sociedade mato-grossense a partir da segunda metade do século XX também foram responsáveis pela retomada de intensa atividade do IHGMT. Somando-se a isso a separação, do Estado em 1977, quando uma nova unidade federativa é formada, Mato Grosso do Sul.

Neste momento, o IHGMT produz vários materiais didáticos, com vistas à massificação da História de Mato Grosso e conforme já tratamos anteriormente, uma tentativa de firmar e proteger aquela que era considerada a identidade mato-grossense. Para Carvalho (2014), esses materiais deveriam ser compreendidos como um esforço de divulgação da história regional.

Dentre esses materiais didáticos pode-se elencar:

MENDONÇA, Rubens de. História de Mato Grosso, Cuiabá, 1967. 127 p.

SILVA, Octayde Jorge da. Extratos da História de Mato Grosso, Cuiabá: ITC, 1980.

SILVA, Octayde Jorge da. *Um estudo de História de Mato Grosso: roteiro para o ensino de 1º e 2º graus*- Cuiabá: Escola Técnica Federal de Mato Grosso, 1982. 100 p.

PÓVOAS, Lenine de Campos. *História de Mato Grosso*. Cuiabá, 1985. 131 p.

PÓVOAS, Lenine de Campos. *Síntese da História de Mato Grosso*. 2a ed. Cuiabá, 1992. 134 p. (Carvalho, 2014, p.159).

Notadamente tais ações, sob a chancela do governo estadual vem de encontro a uma aflição que dominava uma parcela da população naquele período que era divulgar a História Regional nas escolas do Estado, formando a juventude, mas também professores, uma vez que antes de chegar ao estudante, o material didático é manuseado pelo professor para o planejamento de suas atividades.

Com o alvorecer da década de 1970 e a criação de universidades no Estado de Mato Grosso e instalação dos cursos de História, houve uma mudança no circuito de produção desses materiais que divulgavam a História Regional. Em relação a isso, Octayde Jorge da Silva sublinha:

[...] a UNIVERSIDADE, ciosa do seu papel na integração sócio-comunitária [sic.], cônica de suas responsabilidades de agente formador da intelectualidade regional, assumiu a paternidade desse ensino, [História de Mato Grosso], quer regionalizando o caráter dos exames vestibulares quer trazendo para o seu ‘campus’ a pesquisa, o estudo, o debate, a análise interpretativa na área sócio-política (Silva, 1982, *apud* Carvalho, 2014, 161).

Lenine de Campos Póvoas, tendo ocupado inúmeros cargos públicos, sendo professor de Geografia Humana, na Escola Técnica de Comércio de Cuiabá e de direito na Faculdade de Direito de Mato Grosso, incorporada à Universidade Federal de Mato Grosso, onde lecionou até aposentar-se, publicou ao todo vinte e seis (26) livros. Curiosamente sempre explicitava em suas justificativas a intenção de atender um público escolar, algumas obras foram publicada sobre o apoio da Secretaria de Educação e utilizados na rede escolar de Mato Grosso, tornando-se subsídios de apoio aos professores em suas aulas. Em certo momento, Póvoas se posicionou incomodado com a forma que a História de Mato Grosso estava sendo escrita, caracterizada por ele como, “um compartimento estanque da História do Brasil” (Póvoas, 1992, p. 11, *apud*, Carvalho, 2014, p.162).

Dessa forma, a integração da história regional ao nível nacional se torna uma preocupação a ser considerada pelos materiais produzidos entre o período de 1980 e 1990, em todo o Brasil. Neste ambiente, estão situadas as produções da UFMT, o lugar social com validade para as produções da História Regional a partir da década de 1980.

Criada em 1970 pela Lei Federal n. 5647, a UFMT representa um aspecto relevante na área de pesquisas em história regional no estado mato-grossense. O primeiro curso de história foi criado em 1970, sendo instalado somente em 1979 em Cuiabá, anterior a isso a primeira ação para formação de professores de História ocorreu em 1968, com a criação do Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá, a criação do curso de história em Três Lagoas (1970), Dourados (1973), Aquidauana (1983) e Rondonópolis (1986). Tomados pelas novas tendências historiográficas, a criação do curso de história da UFMT promove a chegada de intelectuais de outros estados brasileiros que viria a executar uma renovação das metodologias de pesquisa e análise de fontes históricas, além de diferentes abordagens e novos enfoques.

Com essa renovação historiográfica, a partir da década de 1970 e principalmente em 1980, as produções no campo da história ganharam novas metodologias para análise de fonte, assim como novas tendências de interpretação do passado. Tomados por esses “novos ares”, os pesquisadores e intelectuais que chegaram ao Estado, acabaram por provocar um “mal-estar” entre os representantes do IHGMT e UFMT, desconforto causado principalmente devido às novas produções que, traziam à tona aquilo que “os donos do poder” queriam esconder, camuflar e assim feito pelos memorialistas locais.

Ao formular considerações acerca da História Regional durante as décadas de 1960 e 1970, Martins (2010) defende que este período representa uma nova fase da mesma. A partir deste período, a História Regional será produzida no bojo das universidades através de uma abordagem que se mistura à história nacional, ocorrendo uma generalização de análise em relação ao âmbito nacional a partir de uma produção regional. Um bom exemplo para ilustrar, seria as produções tratando do estado de São Paulo concebido como moderno, centro econômico e cultural enquanto os demais estados fora do eixo sul-sudeste eram os atrasados. É neste momento que as universidades se tornam centros importantes de valorização dos estudos sobre os aspectos regionais e preservação da memória. Em Mato Grosso a UFMT assume esse papel principalmente através do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) criado em 1976.

A partir da criação do NDIHR, observamos ações por parte de professores da UFMT, em ofertar cursos de pós-graduação para professores de História do 1º e 2º grau do Estado, a exemplo do curso de especialização “Mato Grosso: História e Historiografia”. A iniciativa de criação do NDIHR e implantação do curso de especialização denotam uma certa preocupação por parte da Universidade pública em promover pesquisas e produções sobre a História Regional que viessem a prover as escolas públicas de Mato Grosso. Conforme podemos perceber:

A UFMT, a partir de 1976, com a implantação do NDIHR e do Departamento de História vem atuando junto à rede escolar de 1º e 2º graus, tendo detectado as carências existentes quanto ao ensino de História:

- ausência de informações por parte da clientela, sobre a ciência História e seus novos métodos;
- carência de material didático-pedagógico referente à História de Mato Grosso;
- ausência de preparação específica de docentes de 1º e 2º graus quanto a conteúdo de História regional exigido pela lei 5.692;
- desconhecimento de pesquisas já elaboradas e em desenvolvimento sobre História de Mato Grosso;
- necessidade de incrementar a utilização das fontes de pesquisa existentes no acervo do NDIHR, bem como de dinamizar as informações contidas no mesmo (UFMT, 1983, p. 04).

A produção de novas pesquisas a partir das fontes em acervo do NDIHR e divulgação destas através dos cursos de formação para professores do Estado, nos parece cumprir duas funções. Suprir a falta de conhecimento e materiais para o ensino de 1º e 2º Graus, além de ampliar a divulgação das pesquisas produzidas à luz das novas tendências historiográficas dominantes na década de 1980 que de certo modo colocava em questão as produções memorialistas produzidas até o momento.

A preocupação com a produção de uma identidade mato-grossense e apropriação desta pela juventude escolar foi pauta de inúmeras discussões políticas em fins dos anos 1970 e os primeiros anos de 1990, promovendo mobilização de setores governamentais na defesa de um ensino de história e geografia de Mato Grosso. Interessante ressaltar que, durante esse período de inquietações em relação à História de Mato Grosso e como esta estava sendo abordada nas escolas públicas e privadas do Estado, vigorava no Brasil a Lei 5.692 de 1971 que mudou a organização do ensino no Brasil que passa a objetivar em uma formação profissionalizante para o 2º grau escolar.

1.6 História Local/Regional- Aprendizagem Histórica e o Ensino de História

Pensar ensino de história com abordagens que tenham como ponto de partida aspectos de ordem regional e local, conforme já apontamos anteriormente, não se refere a uma abordagem estanque, mas trazer para a discussão, para a análise e investigação dos estudantes a compreensão e percepção da região como um espaço de formação de identidades e de práticas políticas específicas. O “âmbito regional” deve ser compreendido como espaço revelador de características próprias que às vezes não são contempladas em análises de “história geral” ou “história nacional”.

Cabe, portanto, ressaltar que o estudo de história regional não deve ignorar o fato de que

esta “região” adotada como recorte de análise não está isolada, ao contrário, ela integra um todo constituído por diversas espacialidades simbólicas. Os estudantes precisam ter conhecimento que não é possível desvincular o regional e local do universal, pois conforme Neves (1998), “a História do Brasil não deve ser tomada como o somatório das histórias regionais, entretanto, os estudos históricos locais e regionais indicam as variáveis mais relevantes para a compreensão do processo” (p.15) de desenvolvimento e formação do Estado Nacional. Reckziegel (1992) nos auxilia nessa reflexão ao afirmar que ao abordar o regional precisamos tornar esta

[...] veículo para uma leitura do regional por meio de uma análise que reconheça a efetiva complexidade da realidade concreta e suas representações, sem, contudo, perder de vista o modo como as regiões se articulam com as diferentes dimensões dos sistemas que as contém (Reckziegel, 1992, p.21).

Dessa forma, não perder de vista que a “região” está inserida no todo, e que este por vezes pode apresentar determinação que contém a presença do particular e do universal. Se debruçar sobre a História Regional e local é estabelecer relações entre micro e macro histórias, é ressaltar o particular, sem ignorar o geral, numa “intercomplementação” entre ambas (Alves, Batista e Schallenberger, 2005, p. 42).

Além do que, o trabalho com História Regional e/ou Local pode ser um instrumento para a construção de uma história plural, “menos homogênea”, que não silencie a diversidade de vozes, que compõe a “região”, os “espaços” em que estamos inseridos, se considerarmos que mesmo o Brasil não constituiu um todo homogêneo em cultura e diversidade social. Pensar uma história comprometida em eliminar visões distorcidas acerca dos grupos que compõem determinados espaços observando e respeitando as diversidades que o constitui, prezando por um ensino de história que oportunize a construção de cidadãos críticos, deve ser o ponto de partida.

Jörn Rüsen (1994) nos esclarece que o aprendizado histórico deve ser compreendido como um processo de operações mentais de construção de sentido a partir das experiências do tempo presente. Dessa forma, compreendemos a História Regional como uma abordagem que traz a tona possibilidades de análise e reflexão da sociedade e “toda sua organização” que incidem diretamente em nossas vidas e experiências presente.

Shirley Cláudia da Silva e Souza e Renilson Rosa Ribeiro (2021) desenvolveram uma pesquisa com estudantes do ensino médio em duas unidades escolares na cidade de Cáceres, no ano de 2017, com a intenção de através do cruzamento de narrativas de professores e estudantes compreender quais conhecimentos estes apresentavam a respeito da História de Mato Grosso e

do município de Cáceres.

De acordo com a pesquisadora, ao serem questionados sobre como percebiam a História Regional e/ou Local, os quatro (4) professores elencados declararam ser relevante para o processo de ensino aprendizagem as abordagens que busquem aproximar os estudantes da história do seu bairro, do seu município e do seu Estado. Porém, de acordo com os docentes a História Regional e/ou Local eram raramente abordadas em suas aulas, apontando ainda não concordarem com a frequência em que ela aparecia. Uma das professoras entrevistadas, indica que “[...] o espaço dedicado às questões do Mato Grosso e Cáceres são dentro de conteúdos nacionais” (Souza e Ribeiro, 2021, p. 188). A professora ressalta ainda a necessidade de uma carga horária equivalente para conseguir promover a temática em sala de aula, além de projetos de formação continuada para professores para que estes possam se atualizar a partir das pesquisas mais recentes desenvolvidas nos programas de mestrados e doutorados do Estado.

Interpelados sobre os recursos e metodologias utilizados pelos mesmos para trabalharem a História Regional e/ou Local, estes alegaram o manuseio de fontes como jornais impressos, revistas, livros didáticos, internet, artigos acadêmicos, dissertações, entre outros. Dentre as metodologias aplicadas estão, leitura de jornais impressos, documentos históricos (diários, cartas, ofícios do século XVIII).

Souza e Ribeiro (2021), ressaltam que a utilização de materiais como artigos acadêmicos, teses e dissertações fosse uma prática mais tranquila para uma das professoras ouvidas, por esta ser doutora em História com pesquisa voltada justamente para a temática local. Em contrapartida, outro professor que integrou a pesquisa, não sendo um mato-grossense e sua formação também ter sido em uma instituição fora do Estado, alegou ter dificuldades em abordar o tema História Regional em suas aulas, pois não tem acesso a materiais que envolvem o conteúdo.

Na atualidade existem muitos materiais disponíveis, inclusive o mestrado profissional em ensino de História que muito contribui para a produção de materiais sobre as temáticas regionais e locais, portanto, o relato do referido professor que afirma ter dificuldade em encontrar material, evidencia outro problema da prática pedagógicas a falta de formação continuada e a dificuldade de manter os professores atualizados e preparados para a prática do ensino.

Em relação às narrativas apresentadas pelos estudantes envolvidos na pesquisa, a análise de Souza e Ribeiro (2021) apontou que, um número superior a metade dos participantes responderam não saber nada, pouco ou não se lembrarem de nada que tenham estudado na escola sobre a História de Mato Grosso. Alguns ainda disseram ter pouco conhecimento e ao serem interpelados, mencionaram fatores e aspectos sobre a História mato-grossense

correspondente ao período colonial, privilegiando acontecimentos históricos apoiados no discurso econômico, além de realizarem “[...] uma leitura sobre as temáticas sempre remetendo ao passado – quando utilizam termos como “antigamente” e/ou “naquela época” (Souza e Ribeiro, 2021, p.204). Os autores ainda apontam o fato de os estudantes, em suas narrativas, perceberem a constituição de Mato Grosso ligada ao ideal da “nação civilizada”.

Os dados apontados na pesquisa de Souza, nos permitem inferir que, a História Regional possui seu espaço de abordagem e trabalho no ensino de História. No entanto, ela acontece no que a autora trata por “planejamentos paralelos aos planos de ensino” (p.190), a História Regional é trabalhada conforme o professor estabelece uma conexão entre o nacional, o regional e o local. Predominando um conhecimento hierarquizado, o regional sempre analisado a partir do nacional.

Refletindo sobre as narrativas construídas pelos estudantes que participaram da pesquisa, notamos alguns mencionarem a participação dos povos indígenas no processo de colonização mato-grossense e a existência de uma diversidade étnica na região de Cáceres. No entanto, não se faz menção aos sujeitos escravizados inseridos em Mato Grosso ou qualquer outra característica inerente a esse grupo em relação a História Regional.

Inegavelmente a existência de uma multiplicidade de produções e pesquisas historiográficas que contemplem o processo de escravização, as organizações socioculturais de afro escravizados e mesmo suas relações de contribuição à cultura regional não seja justificativa para essa ausência de abordagem e conhecimento pelos estudantes. O que nos remete a refletir acerca da formação inicial e continuada dos professores.

Em relação a essa problemática elencada, Osvaldo Cerezer (2015), aponta que a dificuldade em se trabalhar as questões referentes à diversidade racial e cultural em sala de aula, em parte está vinculada às deficiências de formação inicial e continuada de muitos professores, uma vez que o pesquisador observou nos resultados de sua pesquisa a permanência de projetos de formação acadêmica de bases eurocêntricas refletindo na organização curricular, nos relatos de formadores de professores e dos próprios professores egressos dos Cursos de História, por ele ouvidos e analisados.

Se considerarmos que a Lei n. 10.639 de 2003 e a Lei n. 11.645 de 2008 foram implantadas a pouco tempo e que a partir dela é que vários cursos de História inseriram em suas grades curriculares disciplinas que versassem sobre História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, iremos constatar que um grande número de professores atuantes na rede de ensino, não possuem formação que lhes permitam desenvolver os dispostos nas legislações acima citadas. Soma-se ainda o fato de as formações continuadas que acontecem no espaço escolar,

não serem momentos de discussões, de trocas de experiências e/ou promoção de abordagens inerentes à História e o Ensino de História, mas reduzirem-se ao que Oliveira (2014) considera abordagens e estudos de questões mais amplas em relação ao ensino e à aprendizagem.

Retomando ainda os aspectos da pesquisa de Souza e Ribeiro (2021), o conhecimento sobre História Regional apresentado por alguns estudantes compreendem o início da História do Estado a partir da figura do bandeirante, visto como “desbravador” do sertão mato-grossense. Se tomarmos como base de análise as reflexões de Janaína Amado (1995) que compreende o sertão “[...] como uma categoria construída primeiramente pelos colonizadores portugueses, ao longo do processo de colonização” (p. 148) permeada de sentidos negativos, logo o ensino de História Regional está dominado de uma visão puramente eurocentrada em suas abordagens e enfoques. Termo substituído pela autora Sandra Pesavento (1990) por *sudestecentrismo*, uma vez que a História Regional estaria sendo analisada no espaço escolar à sombra da região sudeste brasileira como sendo centro político, econômico, intelectual cultural e social do país.

Ensinar História, por si só, requer do professor(a) a habilidade de buscar estratégias e significados para o conhecimento que dispõe ao estudante, com vistas a superar a concepção de transmissão de informações ou, conforme afirma Schimdt (2004), não ser o eco do que já foi dito. Transpor as barreiras acima apresentadas constitui, no entanto, grande esforço do professor, pois estas dizem respeito não somente à busca por formação, rompimento com o modelo de História dominante, mas também perceber que a forma como tem acontecido o ensino de História regional e mesmo geral tem contribuído para a manutenção de uma história que exclui as minorias, os silenciados pela tradição histórica.

Se concebemos o papel do Ensino de História como responsável pela formação de cidadãos críticos, é primordial compreendermos que esta não está relacionada somente à participação política, mas sujeitos capazes de refletirem sobre seu lugar na sociedade, sobre as diversidades que constituem a formação sociocultural em níveis local, regional e nacional e promover o respeito e tolerância.

Ensinar História, neste contexto, requer a habilidade de buscar estratégias e significados aos conhecimentos que serão tratados com os estudantes, neste sentido refletimos sobre as contribuições que os programas de pós-graduação podem ofertar aos docentes, com ênfase no Programa de Mestrado em Ensino de História, ProfHistória.

1.7 O Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Ensino (ProfHistória)

O Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) curso de pós graduação

stricto sensu, criado em 2014, ofertado em rede sob responsabilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atualmente atende cerca de 39 unidades acadêmicas. Reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC).

Diferentemente dos demais cursos de pós-graduação, nível mestrado, o ProfHistória é um curso voltado a atender professores de história que estão atuando no ensino básico. Portanto, um curso voltado para a formação continuada de professores que se direciona a aproximar o professor do mundo acadêmico e a universidade da escola.

Ao concluir o Programa, o professor além da pesquisa (dissertação) também deve desenvolver o chamado produto pedagógico direcionado a atender as demandas do ensino de história. São propostas pedagógica-metodológica com vistas a contribuir com o trabalho de professores para o ensino de história. Neste sentido, através de trabalhos já defendidos anteriormente, podemos observar que a temática História Local tem sido bastante privilegiada nas produções, com o objetivo de proporcionar ao professor metodologias diferenciadas para suas aulas de história.

Longe de pretendermos elencar todas as produções na área de História Regional e Local, optamos em pesquisar trabalhos produzidos nos dois programas que ofertam o ProfHistória no estado de Mato Grosso, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). As buscas se reservaram a elencar apenas pesquisas produzidas acerca da História Regional e Local. Dessa forma, inúmeros trabalhos de peso foram levantados, dentre eles podemos citar o trabalho produzido por Ednilson José de Moraes, com o título *“Aprendizagem Histórica através das pinturas de Moacyr Freitas: Os usos e apropriações de imagens no ensino de História Regional”* de 2019, pela UFMT, Cuiabá, sob a orientação do Professor Dr. Renilson Ribeiro Rosa.

O trabalho desenvolvido por Moraes (2019) analisou as possibilidades de uso das obras artísticas produzidas por Moacyr Freitas como recurso didático a ser utilizado por professores e estudantes no ensino de História. As obras em questão retratam aspectos políticos, econômicos e sociais dos períodos colonial e imperial do estado de Mato Grosso.

Dessa forma, a pesquisa procurou evidenciar o quanto o ensino de História Regional pode se apropriar dessas representações imagéticas como suporte operacional e pedagógico em sala de aula para o desenvolvimento de atividades que oportunizem uma aprendizagem histórica significativa sobre a História Regional. Para tanto, o autor analisou as interpretações de pinturas de Moacyr Freitas apresentadas no livro didático regional *“História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais”*, de Elizabeth Madureira Siqueira (ano).

Morais ainda destaca o quanto as produções artísticas contribuíram para legitimar o discurso oficial produzido pelo IHGMT, colaborando assim com o projeto de construção da identidade social mato-grossense, observando que Moacyr era membro do mencionado Instituto quando produziu os quadros. O pesquisador busca, com base em especialistas no assunto, repensar o método de ensino adequado sobre como utilizar fontes iconográficas na sala de aula, destacando que tal utilização não deve se limitar apenas à função ilustrativa.

Como sugestão para superar tal prática Moraes (2019), em seu terceiro capítulo da produção, apresenta três propostas de atividades “Ação dos bandeirantes na História do Brasil, História dos Quilombos em Mato Grosso e cultura negra e A questão indígena em Mato Grosso, que visam promover um reconhecimento da pluralidade cultural mato-grossense e enfatizar a importância dos grupos sociais que contribuíram para a formação sociocultural de nosso estado”. Direcionadas aos anos finais do Ensino Fundamental. As atividades sugerem leituras de imagem, documentos históricos, mapas, notícias, charges entre outros. Todas as três propostas são acompanhadas de uma espécie de roteiro de procedimentos para o desenvolvimento das propostas com os estudantes.

O material em questão, constitui-se um mecanismo de grande contribuição para o ensino de História Regional e a mudança de postura por parte de profissionais docentes ao trabalhar a mesma como um apêndice da História do Brasil. O material produzido por Moraes (2019), permite, por exemplo, desenvolver uma aula sobre as formas de resistência praticadas por afro-escravizados em Mato Grosso e ampliar essa abordagem privilegiando outras organizações quilombolas no Brasil.

Ainda na perspectiva de trabalhos voltados a contemplar a temática História Regional e Local, podemos destacar o trabalho de Roberta Siqueira de Souza Antonello, com o título “*A História Local no processo de ensino e aprendizagem Histórica: O caso do município de Guarantã do Norte-MT*” de 2020, orientada pela Professora Dr^a. Ana Paula Squinelo.

Antonello (2020) aponta sua produção como resultado da falta de material didático-pedagógico que seja acessível a professores e estudantes para o trabalho com história regional/local no ensino de História. De acordo com a pesquisadora, as produções acerca da historiografia mato-grossense que contemplam a história do município de Guarantã do Norte são insuficientes e superficiais, além do que outras produções existentes são produções memorialista, o que já vimos representar um perigo ao ser utilizado enquanto material didático para fins pedagógicos uma vez que apresenta uma história cronológica e tradicionalista, que privilegia determinados sujeitos ao passo que oculta outros.

A pesquisadora elenca a História Regional/Local como campo de abordagem para sua

pesquisa e estabelece um recorte espacial para sua análise sobre o município de Guarantã do Norte. Sua produção analisa a participação dos sujeitos invisibilizados, como os indígenas e as mulheres no processo de colonização e constituição do Município em questão.

Por fim, como produto didático pedagógico é apresentado um livro paradidático de título “*Oficinas de História, Guarantã do Norte-MT: história, patrimônio e sujeitos*”, o material apresenta propostas de aulas-oficinas conforme os pressupostos de Isabel Barca, trata-se de uma metodologia que coloca os estudantes em situação de confronto com os documentos, de modo que provoque nestes a ação-reflexão e, conseqüentemente um posicionamento crítico. Ainda apresenta proposta de oficinas sobre a colonização com base na metodologia de Educação Patrimonial.

O trabalho produzido por Antonello (2020) insere-se num vasto quadro de produções do programa de pós-graduação do ProfHistória, que apresentam como campo de abordagem a História Local/ Regional realizando um recorte “espacial”, sendo, no caso, o que envolve o Município pela autora tomado como fonte de análise. Em nossas pesquisas nos deparamos com inúmeras produções acerca da história de diversos municípios do estado de Mato Grosso.

Optamos aqui, por apontar somente as produções ligadas ao ProfHistória, no entanto, outros programas de mestrado acadêmico com linhas de pesquisas em História e Ensino, por exemplo, apresentam vários trabalhos voltados a temática História Regional/Local que estão disponíveis aos professores podendo ser acessados pelo *site* eduCapes, bem como as produções do Profhistória. Todas estas pesquisas, sobre História Regional e Local nos permitem desenvolver trabalhos em sala de aula que contemplem a História de Mato Grosso, atentando sempre para as especificidades, uma vez que existem, por exemplo, cidades de colonização recente no Estado em que sua história traz elementos distintos se comparadas as cidades históricas, apesar de prevalecer nestas o “*lugar*” ocupado por determinados grupos sociais como os povos indígenas e negros.

Com base nos apontamento de Silva (2019) percebemos que o ensino de História Regional nos currículos mato-grossenses se tornou campo privilegiado para a difusão de uma história de Mato Grosso permeada por questões políticas e sociais, desse modo, entre o período de 1970 e 1990 a preocupação em produzir uma identidade regional mato-grosse tendo o ensino como campo privilegiado que reforçasse a cultura e identidade cuiabana como verdadeira cultura mato-grossense mediante a chegada de migrantes ao Estado mobiliza setores políticos e integrantes da suposta elite cuiabana. Neste ensejo, no capítulo que segue buscaremos compreender a partir das produções literárias alguns aspectos referentes a esta identidade regional mato-grossense presente na linguagem literária.

CAPÍTULO II: ENTRE IDENTIDADE E REPRESENTAÇÕES: ANÁLISE DA CRÍTICA E RECEPÇÃO DA PRODUÇÃO LITERÁRIA MATO-GROSSENSE.

[...]

*Banhada pelo sol fulvo e cantante,
Existe uma cidade legendaria...
É a bela Cuiabá, bicentenária
Que tem o pedestal de ouro ofuscante,
Onde chegou o bravo bandeirante
Em busca da riqueza extraordinária
(Correa, 1985, p. 51)*

O presente capítulo busca refletir a partir das produções memorialistas¹² e da literatura ficcional, inicialmente produzidas por membros do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e da Academia Mato-Grossense de Letras (AML), sobre as representações produzidas acerca de Mato Grosso no século anterior e que dominaram o imaginário social. Esta análise se pautou em um levantamento do estado da arte nível *stricto sensu*, além de materiais disponíveis no site do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT). Um importante instrumento teórico que nos orientamos para essa reflexão foi a obra produzida por Hilda Gomes Dutra Magalhães, “*História da Literatura de Mato Grosso século XX*” (2001), em que a mesma realiza um levantamento bibliográfico de autores e suas produções desde os anos 1930 a 1990 seguidas de análise quanto a estética adotada.

Dentre os memorialistas de maior expressividade para a memória historiográfica elencados nesta pesquisa, apontamos Estevão de Mendonça (1869-1949), D. Aquino Ferreira (1885-1956), José Barnabé de Mesquita (1892-1961) e Virgílio Corrêa Filho (1887-1973). Durante o levantamento de fontes, nos deparamos com inúmeras produções¹³ acerca destas

¹² Os memorialistas, nesta pesquisa são compreendidos como agentes ligados ao aparato político estatal e pertencentes a um grupo social dominante que tratou de produzir uma memória ligada ao seu grupo através de narrativas literárias e registrando elementos históricos.

¹³ Dentre essas produções . Cf. ASSIS, Gracilene Martins Batista de. **O sagrado e o profano em Rio abaixo dos vaqueiros**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários)- Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, 2015.

AMORIM, Moisés Carlos. **A Construção do Espaço em D. Aquino Corrêa, Silva Freire e Manoel de Barros: Imaginário e Pós-Colonialismo**. 2020. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem)- Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2020.

DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim. **José de Mesquita e o Romance Tardio. Polifonia**, [s.l.], v. 13, n. 14, 2007. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1050>. Acesso em: 1 set. 2023.

MORAES, Scheilla Aparecida Monte Castelo. **A Cavallhada de José de Mesquita: Uma Perspectiva do conto em Mato Grosso**. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários)- Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, 2019.

BARBOSA JUNIOR, Dimas Evangelista. **A Nação como fim estético no romance Piedade de José de Mesquita. Revista Moinhos**, [s. l.], n. 1, p. 40–52, 2017. DOI: 10.30681/moinhos.v0i1.2395. Disponível em:

personalidades e suas obras, em sua grande maioria ligadas às áreas de estudos literários e linguísticos. Dessa forma, priorizamos àquelas que contribuem para o pretendido neste momento, ademais uma análise de todas essas produções seria um projeto grandioso e demandaria tempo de pesquisa maior do que dispomos para a elaboração de uma dissertação de mestrado.

Buscando constituir uma identidade ao Estado e inseri-lo no cenário nacional, é possível identificar nas narrativas do plano literário produzidas nas primeiras décadas do século XX em Mato Grosso aspectos como a valorização da cultura local, bem como das belezas naturais mato-grossense. Conforme poderemos perceber no poema a seguir, o projeto concebido por Dom Aquino e José de Mesquita de exaltar os elementos naturais bem como o “povo” mato-grossense está presente em diversas produções literárias principalmente da primeira metade do século XX.

Cuiabá

Era das Bandeiras: Século XVIII!/
No enredamento feraz, das silvas tropicais/
Cheias de ásperas, terríficas surpresas./
Dormias sob o céu estrelado, no
silêncio/ Feito de mil sons da Natureza!.../
Vieram a ti, paulistas desabridos,/
Panache sem par, de homens destemidos/
Homens “de sertão”, impávidos,
fogosos/ Mais feitos de aço, que de carne,/
Trazem a esta solidão,
imensurável,/ O som da língua portuguesa,/
Misturado ao jargão do
curiboca.../ Eles vieram, apresar índios e encontraram/
Tanto ouro, que em vez
de ir, aqui ficaram!/ Berço de aborígenes valentes,/
Paiaguás, borôros, guatós,
coxiponés/ Rebentos das raças ameríndias/
Que, na imensidade do torrão,
viviam/ Há milênios, livres, soberanos.../
Mansos uns, outros agressivos,/
Receberam o invasor, apreensivos./
Coroadas e ricas, de silva e de flores/
Em ti se mesclam, frondes de gramíneas./ – Os épicos bramidos das torrentes,/ Os

<https://periodicos.unemat.br/index.php/moinhos/article/view/2395>. Acesso em: 1 set. 2023.

SILVA, Bruno Rafael Almeida da. **Memória, história e narrativa na obra Senhorinha Barbosa Lopes, de Samuel Medeiros**. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022.

RAMOS, Suzanny de Araujo. **O poeta marginal: a poesia lírica de Antonio Tolentino de Almeida**. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, 2011.

MAGALHAES, Epaminondas de Matos. **Por entre brenhas, picadas a foice, matas bravas : a produção poética em Mato Grosso no século XX e XXI**. 2014. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CLARO, Adenil da Costa. **Poesia mato-grossense de exaltação da terra**. 2005. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.

MIGUEL, Gilvone Furtado. **O imaginário mato-grossense nos romances de Ricardo Guilherme Dicke**. 2007. Tese (Doutorado em Letras)- Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

SOUSA, Marinete Luzia Francisca. **Uma abordagem da poética engajada de Pedro Casaldáliga**. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem)-Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

MENESES, Paula Regina Rodrigues. **Dom Pedro Casaldáliga: os sujeitos e o lugar no Vale do Araguaia**. 2019. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2019.

FAGUNDES, Raymone. **Fronteiras e Utopias da Construção Identitária Mato-grossense: O hino de Dom Aquino Corrêa**. *Revista Fronteira*. [s.l.] v. 4, nº 4, Dezembro/2009. Versão Digital. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/289revistafronteiraz/numeros_anteriores/n4/download/pdf/revista_frenteiraz_impressao4.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

tonos do trovão, o grito das araras,/ Tudo convida a ficar, nela permanecer!/
 Mas, o chocar de inúbias nas monções de caça/ Assusta e impele a luta,
 homens de outra raça/ Porque, do áureo metal, eras matriz,/ Metal que, então
 como hoje, tenta e impele,/ Tendo, no seio virginal a misteriosa flama/
 Atraindo homens como chama a mariposa,/ Enfrentam a luta, afrontando a
 morte!/ Os pés cansados, da interminável jornada,/ Pele curtida, veste
 esfarrapada,/ De Itu, Porto Feliz, de Sorocaba,/ Em grandes levaras, vadeando
 rios/ Galgando serras, varando socavões e brenhas/ Transpondo cachoeiras,
 precipícios,/ Elegeram estes sítios pra morada!/ Moreira Cabral, Sutil, Martins
 Bonilha/ Contemplai Cuiabá, após “Forquilha” (Maria de Arruda Muller, *in*
Sons Longínquos, Cuiabá, 1998, 27).

Maria de Arruda Muller, (1898-2003)¹⁴, autora do poema acima, tornou-se membro da Academia Mato-Grossense de Letras em 1930, integrando um quadro de intelectuais, que sob a influência do então governador do Estado, Dom Aquino Corrêa e do jurista José Barnabé de Mesquita, atuaram por meio do campo literário, produzindo uma identidade civilizatória para o homem mato-grossense e para o Estado que superasse as representações estigmatizadas que perpassavam desde o atraso, incivilidade, à ideia de barbárie e violência local. Mato Grosso tido como fronteira sertão, termo aqui compreendido enquanto território distante da ideia de “modernidade e progresso” representado pelo eixo Rio/ São Paulo, estava envolto em uma construção que o aproximava da selvageria, nas produções que remetem ao século XIX. O espaço mato-grossense bem como a identidade estavam pautados na ideia de sertão como uma negação da civilidade e cultura, amplamente povoado por indígenas representava o atraso, a selvageria, as populações sendo o resultante entre a miscigenação negra e indígena seria moralmente atrasada, preguiçosa, uma “raça” inferior.

Cabe aqui apontar que, a concepção de identidade atribuída ao mato-grossense produzida pela narrativa literária mencionada anteriormente perpassam um ponto de referência espacial, a região de Cuiabá. Deste modo, outras espacialidades a exemplo de cidades situadas ao sul do estado, por exemplo, não integrariam essa identidade mato-grossense produzida pela intelectualidade cuiabana. Tal fenômeno caracterizado a partir de Pierre Bourdieu (1999) como lutas de representação “denunciam as concepções do mundo social e valores que um determinado grupo utiliza para tentar impor a outros”.

O poema escrito em 1936, por Müller é um bom exemplo do projeto pretendido por D. Aquino e Mesquita, o emprego de uma visão canônica e poética para retratar a “terra e o povo”

¹⁴ Sua produção escrita é composta por três obras: *Família Arruda* (1972), *Sons longínquo* (1998) e *Cuiabá ao Longo de 100 anos* (1994), este último em parceria com Maria Benedita Deschamps Rodrigues, popularmente, conhecida como Dunga Rodrigues. Além de ter colaborado em diversos jornais de Mato Grosso e revistas. Entre suas contribuições podemos ainda indicar a fundação da Revista *Violeta*, primeira revista feminina em Mato Grosso.

mato-grossense a partir de Cuiabá, seguindo a estética romântica comum nas produções literárias locais que datam da primeira metade do século passado. Como etapa importante para a execução desse projeto era necessário, no entanto, a consolidação de uma cultura letrada, para isso Dom Aquino fundou em 1919 o IHGMT e em parceria com José de Mesquita fundaram a AML em 1921. Essas instituições deveriam atender um objetivo principal, produzir uma identidade mato-grossense a partir das letras e mobilizando a história. Com raízes no passado histórico, na formação do povo e na reconstrução de figuras históricas que atuaram na construção do espaço que daria origem a Mato Grosso, esse grupo tratou de produzir uma literatura e memória que tratasse do passado histórico e cultural, exaltando as tradições do povo local desde que inscritas numa ordem apropriada para a classe dominante.

A produção de Muller nos permite identificar alguns dos elementos acima mencionados, ao tratar da trajetória dos bandeirantes em alcançarem as futuras terras mato-grossenses. Exaltando o feito desses homens, a autora se refere aos “paulistas” como “feitos de aço”, conquistadores do sertão e propagadores da civilidade por trazem à estas terras o “som da língua portuguesa”. Tais concepções presentes na poesia de D. Maria de Arruda Muller como no trecho “[...] paulistas desabridos, / Panache sem par, de homens destemidos”, ainda que a expressão panache fosse utilizada para referir-se àqueles que chegaram de outros lugares para viver em Cuiabá, no fragmento percebemos uma exaltação da trajetória dos bandeirantes paulistas vinculados a representação de valentes, desbravadores de terras e fundadores do futuro estado de Mato Grosso.

O projeto de construção de uma identidade nacional e regional mobilizou intelectuais e elites políticas no decorrer do período pós instalação da República (1889) no Brasil todo, considerando que “esta” ocorreu em um contexto de pouca unidade política, inexistindo, dessa forma um ideal de sociedade. É neste contexto que, nos Estados brasileiros observa-se um fenômeno de regionalização do poder, viabilizada pela apropriação de extensas áreas territoriais, por uma pequena parcela populacional que ascende ao poder econômico e político e que “passa a pensar o espaço regional como local da própria brasilidade; daí se apresentando como descendentes de bandeirantes”, produzindo um discurso permeado pela “missão civilizadora” de “promover o progresso” (Zorzato, 2000, p. 419). Em conjunto com esse processo ocorre também uma legitimação da estrutura sociocultural voltada a definir o que deve ser ou não destinado a representar a origem daquele espaço e povo.

Conforme Osvaldo Zorzato (1998, p.420) aponta, em Mato Grosso a elaboração “de uma memória historiográfica foi em boa medida a sustentação” do projeto identitário forjado para o estado, a partir de dois pilares principais, sendo estes: primeiro, a produção de uma “memória

de consenso”, que tratava da descendência comum ao mato-grossense com o objetivo de promover a união dos “naturais da terra”, uma forma de grupos políticos se preservarem em lugar de privilégio, mesmo apresentando rivalidades entre si. Em segundo, era necessário desconstruir os estereótipos, aspectos já mencionados anteriormente, produzidos e amplamente divulgados sobre o Mato Grosso a níveis nacionais e internacional por viajantes, militares e comerciantes que vinculavam o estado mato-grossense e seu povo a representações que perpassavam o atraso, selvageria, e seu povo como sanguinária, preguiçosa e ignorante.

Representado enquanto fronteira entre a barbárie e a civilização, Mato Grosso aparece em inúmeras produções situadas entre fins do século XIX e início do século XX como isolado, abarrotado de riquezas inexploradas, terras de populações de “índios” e mestiços indolentes, selvagem, dotada de gente sanguinária, vingativa, preguiçosa e ignorante. Ademais, a violência aparecia como uma constante no Estado em razão das contendas políticas e mesmo em função dos povos indígenas habitarem imensas áreas territoriais, todos esses fatores indicados era tema recorrente nas produções de memorialistas, cronistas e historiadores. Tais representações passaram a incomodar a elite e os intelectuais mato-grossense, que conforme Galetti (2020), deram início a um projeto de redefinição identitária do povo e região, partindo de Cuiabá elegendo e exaltando elementos considerados positivos presentes nessas noções no projeto colonial posto em prática no Estado.

Neste contexto, em Mato Grosso, a partir de 1904, organizou-se um projeto identitário tendo à frente o governador do Estado, Dom Aquino Corrêa (1885-1956), José Barnabé de Mesquita (1892- 1961), Estevão de Mendonça (1869-1949) e Virgílio Alves Corrêa Filho (1887-1973) que trataram de construir uma representação desejada de suas origens e do Estado. Responsáveis por um grande número de produções publicadas em revistas e livros, patrocinados com dinheiro público, buscaram tecer com suas obras uma identidade considerada puramente “mato-grossense”, voltada a destacar as possibilidades e riquezas oferecidas pelas terras mato-grossenses, além de promover o culto aos defensores da fronteira, atribuindo-lhes um discurso heróico. Osvaldo Zorzato (1998), indica algumas produções importantes neste sentido, como: a revista *O Arquivo* (1904-1906), a *Revista Mato Grosso* (1904 e 1914) editada por iniciativa de padres salesianos, estas são consideradas os primeiros projetos em termos memorialistas visando a construção da identidade mato-grossense. Outro instrumento de destaque foi a própria *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso* (RIHGMT), publicação semestral que surgiu com a criação do Instituto, em 1919.

Tais memorialistas citados, foram ainda, os responsáveis em trabalhar na elaboração e enquadramento da memória que alimentou a identidade mato-grossense e povoou o imaginário

social. O que acabou por designar uma identidade aos mato-grossenses, o que nos leva a compreender as produções como articulações de poder e dominação. Uma vez que a neutralidade nesses “discursos” não existe, ao contrário, constituem-se estratégias e práticas que acabaram por impor certa autoridade de um determinado grupo social dominante sobre outra, por eles ignoradas.

No que se refere à construção identitária para o Estado mato-grossense, sobretudo nas primeiras décadas do século XX por membros sociais ligados a grupos dominantes, alguns estudos já foram realizados. Dentre eles, podemos citar: a tese de doutorado de Osvaldo Zorzato (1998)¹⁵ de título “*Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*”, o trabalho de Lylia da Silva Guedes Galetti (2000): “*Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*”, também um trabalho de doutorado. Como importante baliza teórica para compreendermos essa identidade mato-grossense construída pelos memorialistas locais, foi relevante para nossa análise, além dos mencionados acima, a dissertação de mestrado da pesquisadora Gilmara Yoshihara Franco (2007), “*A construção da identidade mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho -1920-1940*”. Sua pesquisa nos forneceu subsídios para apontar como o memorialista, Virgílio Corrêa Filho, “construiu” Mato Grosso buscando suas origens no “mito” bandeirante e europeu e silenciando outros sujeitos como indígenas e negros, forjando dessa forma um sentimento de pertencimento ao grupo que seria de grande valia para mostrar um Mato Grosso diferente do que predominava no imaginário social das regiões sul-sudeste. Encobrir desigualdades sociais, “unir facções políticas rivais”, além de manutenção de uma “primazia do mando”¹⁶, esses eram os parâmetros para os quais os memorialistas deveriam se voltar. No campo literário, em Mato Grosso, o nome de Mário Cezar Silva Leite não pode ser ignorado. Suas análises presentes no trabalho “Literatura, Identidades e Regionalismo: cartografia mato-grossense” (2005), reflete o surgimento de um projeto regionalista em Mato Grosso inicialmente em D. Aquino e posteriormente em Wladimir Dias e Silva Freire.

Dentre as produções que buscaram construir uma representação simbólica positiva acerca de Mato Grosso, insere-se o *Album Graphico do Estado de Matto-Grosso (1914)*, mencionado por Zorzato (1998) como sendo uma referência a toda a sociedade mato-grossense. Elaborado por segmentos sociais ligados ao aparato político-administrativo, jurídico, militar e eclesiástico,

¹⁵ Além deste, também podemos indicar o trabalho “*Alicerces da identidade mato-grossense*” (2000), publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

¹⁶ Conforme pressupostos de Zorzato (1998, p.36), primazia do mando deve ser entendido como: “os herdeiros, ao selecionar e apropriar-se de supostos papéis atribuídos a seus antepassados, e, através desta memória **produzida busca** distinguir-se dos demais **sujeitos continuando** com o controle”.

garantidos pela posse de grandes propriedades rurais e comerciais. O *Album Graphico*, estabelecia uma espécie de parâmetros que deveriam ser cultivados, assim seguidos por todos aqueles que desejavam alcançar status social através da ascensão econômica, isso porque, conforme já tratamos anteriormente, o *Album* além de um guia para atrair investidores externos cumpria a função de levar o leitor a compreender a barbárie que dominou as representações sobre Mato Grosso como algo já superado e o Estado apresentava grandes potencialidades a serem exploradas.

As produções circunscritas no projeto de produção identitária deveriam dar conta de uma identidade mato-grossense construída em torno de alguns pressupostos base, que podem ser sintetizados em: exploração das riquezas naturais adormecidas em terras inóspitas, povo de origem nobre em atitudes e descendência, militares que atuaram como defensores fronteiriços, “grandeza épica de suas conquistas” desbravando e conquistando a natureza e povos “arredios”. Além disso, havia ainda a manutenção do poderio local, diante da chegada dos ditos “forasteiros”, a partir da década de 1940 e sobretudo a partir 1970, mostrar quem era o mato-grossense era parte desse projeto de forjar uma identidade e igualmente uma cultura que deveria ser a base de diferenciação entre mato-grossenses e migrantes. Revelando-se também um projeto que buscava estabelecer uma determinada hierarquia sociocultural, ao mostrar ao migrante que seu “lugar” não está entre os “mato-grossenses nativos”; no entanto esse “naturalmente da terra” também não contemplava todos os segmentos sociais, uma vez que indígenas, negros, migrantes não estão incluídos nesse quadro de povo nobre, de origem paulista e europeia. Ademais, as populações negras, indígenas e trabalhadora ocupavam nessas narrativas memorialistas “lugares” de submissão, aparecendo como elementos úteis para a edificação dessas terras grandiosas em riqueza e belezas.

Dessa forma, podemos verificar tomando os versos do poema de Maria Arruda Muller, a origem paulista, a nobreza de origem portuguesa que se tornam partes dos elementos destacados pelos “memorialistas” para definir a si mesmo e a camada social a qual pertenciam. Para tanto a “negação” também se fez presente, ao negar as origens indígenas e negra em suas narrativas, afirmando uma origem branca, filtrando a memória, retirando dela sua componente indesejável.

Ao refletir sobre esses aspectos, Paulo Roberto Cimó Queiroz (2005) aponta ainda o fato de que a construção de uma “identidade mato-grossense” envolvia um terceiro fator, o desenvolvimento capitalista que se verificou na porção sul mato-grossense, após o fim da Guerra do Paraguai (1870) e a construção da Ferrovia Noroeste (1914). Em razão da liberação das navegações do Rio Paraguai e as novas relações econômicas estabelecidas com o mercado mundial, a região sul do Mato Grosso recebeu um grande fluxo de migrantes que investiram

em áreas de cultivo de erva-mate, casas comerciais e empresas. Cidades como, por exemplo, Corumbá se tornaram regiões de expressividade econômica, essa guinada promoveu o fortalecimento das elites sulistas que a partir de uma concentração de renda em virtude do desenvolvimento do comércio, se fortaleceram politicamente. Esse crescimento incomodou de tal modo as oligarquias cuiabanas ou “nortistas”, que na ocasião de comemoração do bicentenário cuiabano e fundação do IHGMT, buscaram, no âmbito da “identidade mato-grossense”, o “valor histórico e político de Cuiabá como cidade mãe de Mato Grosso e dos cuiabanos como os representantes mais autênticos da raça mato-grossense” (Galetti, 200, p. 310, *apud*, Queiroz, 2005, p.3).

Diante do exposto, o que verificamos é o trabalho de um grupo buscando estabelecer seus valores e reforçar sua posição social que não contempla todos os sujeitos, mostrando-se como homogêneo e considerado oficial para todo o Estado. Essa tentativa de “construção de uma história”, buscou enaltecer a presença de sujeitos brancos, ligados a uma determinada classe social e agentes históricos bem como seus feitos, ao mesmo tempo negando e excluindo outros sujeitos. A história neste sentido, foi mobilizada para legitimar as ações que os “intelectuais” buscaram validar, fazendo o papel de “cimento” para uma coesão do grupo que se pretendia “representar”, ou seja, os cuiabanos.

2.1 Os memorialistas Estevão de Mendonça e Virgílio Corrêa Filho enquadramento identitário

Um dos pioneiros na elaboração de narrativas positivas sobre o estado foi Estevão de Mendonça, que em 1906, elaborou a obra “*Quadro Chorographico de Mato Grosso*”. Além de outras informações como limites fronteiriços, localização, descrição física e das riquezas naturais, Estevão de Mendonça se esforça para representar um Mato Grosso saudável, civilizado, que havia deixado no passado as epidemias e doenças que assolaram a população. De forte caráter propagandístico e com objetivo de estimular a vinda de migrantes e investidores, o livro na sessão- *Descrição Política de Mato Grosso*- aborda os principais acontecimentos históricos do Estado destacando as personalidades, consideradas por Estevão de Mendonça, dignos de culto.

Estevão de Mendonça, em sua obra traçou uma genealogia para o povo mato-grossense a partir dos bandeirantes paulistas, apresentando estes como os primeiros habitantes de Mato Grosso:

[...] esses bandos heroicos não mediam as distâncias nem calculavam as privações; atiravam-se ao acaso, desassombradamente, corajosamente, através

a espessura das matas, transpondo rios, vencendo cachoeiras, escalando montanhas, resolutos, dispostos a enfrentarem toda a classe de contratemplos. [...] Levavam parcos alforjes de provisões, e quando estas se esgotavam recorriam a vários expedientes para obterem da caça e da pesca o necessário alimento; mas prosseguiram sempre, sem a preocupação do dia de amanhã, [...] e os bandeirantes irradiaram-se pelo coração do país devendo se-lhes o descobrimento e o povoamento d'este Estado e dos de Goiás e Minas Gerais (Mendonça, 1906, p. 28-29, *apud*, Silva, 2015, p. 10).

O trecho acima nos possibilita refletir a respeito do discurso amplamente mobilizado, outrora acerca do bandeirante como homem destemido, de raça privilegiada que sob “*o suor e perseverança*” levou a civilidade e anexou ao Brasil os territórios mais distantes. A concepção de civilidade atrelada aos bandeirantes é peça indispensável para a construção dessa identidade mato-grossense que será perceptível também no Hino de Mato Grosso escrito por D. Aquino em 1919. O Hino escrito por D. Aquino apresenta inúmeros propósitos, podemos indicar a intenção de reforçar a concepção presente no imaginário social sobre a Capitania com o Eldorado. Suelme Evangelista Fernandes (2023) indica que se tratava de uma construção pensada, ao ressaltar as riquezas e “vazios demográficos” Corrêa visava atrair colonizadores para o Estado.

[...] Eis a terra das minas faiscantes, Eldorado como outros não há Que o valor de imortais bandeirantes Conquistou ao feroz Paiaguás! [...] Salve, terra de amor, terra do ouro, Que sonhara Moreira Cabral [...] (Corrêa, 1919).

Além de apontar o Estado como uma local de muitas riquezas, nos versos acima, D. Aquino ainda menciona a presença dos indígenas paiaguás. De acordo com Fernandes (2023), em todos os versos que compõe o Hino observamos a presença de apenas dois grupos étnicos, os indígenas e os bandeirantes. Retratado como ferozes e sanguinários, os paiaguás são considerados bárbaros do ponto de vista dessas produções apontadas neste espaço textual, logo o bandeirante representa a oposição, o conquistador que domou a barbárie, a índole violenta e trouxe a civilidade para uma terra dominada por indígenas. Ademais estes, são os pais de Cuiabá e Mato Grosso, com especial atenção para Moreira Cabral o fundador da “*gente mato-grossense*” (Fernandes, 2023, p.48). A ausência dos povos africanos e afrodescendentes é apontada pela pesquisadora em questão como uma influência das teorias racialistas de branqueamento adotado no Brasil e reforçado pelo conceito de raças.

Seguindo essa mesma ordem de pensamento, Mendonça compreende os povos indígenas habitantes das terras mato-grossenses como: selvagens, preguiçosos e avessos ao trabalho ordeiro, porém dispõe de seu trabalho para realizar um mapeamento dessas comunidades. Silva

(2015), aponta que a intencionalidade maior de Mendonça era apresentá-los como força de trabalho à disposição para os interessados em investir em Mato Grosso.

Neste sentido, Estevão de Mendonça atribuiu a genealogia mato-grossense ao bandeirante paulista e aos lusitanos negando os vínculos de descendência indígena e mesmo negra, uma vez que o mesmo apresenta um rol de “heróis”, dos quais os mato-grossenses se constituíram. Dentre estes homens de “bravura” estão, Antônio Rolim de Moura Tavares, primeiro capitão-general de Mato Grosso (1751-1763) “[...] que, segundo o autor, reclama um culto em todos os corações e esse culto será justo [...]” (p. 11). Além deste, é apresentado como segundo herói Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, quarto capitão-general de Mato Grosso (1772-1788) dentre outros. Ocupando lugar de destaque está, Augusto de Leverger, o Barão de Melgaço, décimo segundo presidente da província de Mato Grosso, a quem Estevão dirige um “dos elogios mais inflamados” (p. 14).

O trabalho desenvolvido por Estevão de Mendonça, denota o que podemos considerar um esforço em criar, através dessas narrativas, laços históricos entre os grupos dominantes de Cuiabá e aqueles considerados os “defensores fronteiriços”. O trabalho de Mendonça, pode ser compreendido a partir do conceito de “*representação*”, proposto por Chartier (1990).

De acordo com Roger Chartier (1990), as *representações* manifestam normas, imagens, instituições, construções que conferem identificação, legitimidade e exclusão. Essas construções nunca se apresentam de forma neutra, são sempre permeadas por estratégias que buscam impor uma autoridade às custas de outros, “menosprezados” por elas, com vistas a legitimar um projeto reformador ou justificar, para os indivíduos, as suas escolhas e condutas. Assim, sempre se faz necessário “relacionar o discurso proferido com a posição de quem os utiliza” (Chartier, 1990, p.17).

Mendonça ao buscar construir o sujeito mato-grossense a partir de atributos como “nobreza”, “bravura”, “homens de coragem”, atuou no sentido de desfazer uma “*representação*” produzida acerca do homem mato-grossense anteriormente realizada pelos viajantes e cronistas, reabilitando esse “sujeito” com qualidades consideradas “positivas” para representar o “progresso” e “civilidade”. Para tanto, a exclusão dos indígenas, afrodescendentes e ribeirinhos também é utilizada por estes “representarem” o que deveria ser negado nessa identidade mato-grossense, ou seja, a “marginalidade”, a “vadiagem”, a “selvageria”, “as crenças”, a “cor da pele”, os bens simbólicos e o biotipo ou genótipo como composição genética dos povos originários.

Conforme indicamos no primeiro capítulo, a obra elaborada por Estevão de Mendonça foi adotada como livro didático pelas escolas de Mato Grosso, difundindo entre a juventude

mato-grossense as representações positivas construídas pelo autor em torno destes considerados os “fundadores” e de quem os mato-grossense descendiam. Ademais, conforme aponta Silva (2015), ao produzir tal representação em torno da elite mato-grossense e excluir indígenas e afro-escravizados do processo de constituição da identidade mato-grossense, Estevão de Mendonça legitimava um projeto de afastá-los do poder, conforme verificamos

Deste modo, o autor participa da construção de um imaginário social ligado aos brancos europeus conquistadores e se “esquece” dos outros grupos sociais que estiveram presentes na formação da sociedade mato-grossense (Silva, 2015, p.15).

De acordo com Barros (2005) a leitura de uma “obra”, neste caso nos referindo ao livro produzido por Estevão de Mendonça, gera práticas criadoras, que podem ainda produzir concomitantemente práticas sociais. Assim sendo, a “apropriação” das representações produzidas pelo *Quadro Chorographico* e outras obras aqui elencadas, acabaram por difundir uma identidade mato-grossense puramente branca e elitista, habitantes de Cuiabá, marginalizando os demais sujeitos que não integravam esse grupo. Ao ser levado ao ambiente escolar, essa produção buscou reforçar e mesmo inculcar e difundir certos valores ligados aos poderes dominantes moldando práticas e representações vitais para a ordem política e social naquele momento.

Outra obra relevante para a construção da memória histórica mato-grossense produzida por Estevão de Mendonça é *Datas Mato-Grossenses* (1919), nesta o autor busca registrar as “efemérides” da história local. Conforme Zorzato (2020) a obra possui um caráter de epopeia, em tom aristocrático, marcante nas narrativas dos autores mato-grossense, Estevão pretendeu nesta produção registrar os feitos de personagens considerados heróis para a memória mato-grossense, a exemplo de, Augusto Leverger, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Além de constar também registros da passagem de viajantes, observações de eventos culturais referentes à imprensa e à ação de religiosos e registros genealógicos.

Assim como Estevão de Mendonça, Virgílio Corrêa Filho também é autor de inúmeros trabalhos, entre estes alguns se destacam por tratar exclusivamente do modo de vida típico mato-grossense a partir do cuiabano e as origens deste, estas obras são: *Mato Grosso* (1922), *Monografias Cuiabanas* (1925) e *As Raias de Mato Grosso* (1925/1926), estas tinham o objetivo de conferir uma identidade ao mato-grossense a partir de um movimento de representar a “elite” cuiabana como os herdeiros da civilidade e bravura europeia. Aos “[...] índios, negros e uma parte dos estrangeiros é atribuído implicitamente a concepção de figurantes em um

cenário ocupado por heróis privilegiados por um saber e um berço que, originalmente, distinguiam-nos dos demais” (Franco, 2007, p.103).

Gilmara Yoshihara Franco (2007) ao desenvolver sua pesquisa sobre a construção de uma identidade mato-grossense com base em produções de Virgílio Corrêa Filho afirma que, a partir de seus trabalhos, observa-se uma identidade mato-grossense construída sobre os alicerces de uma valorização da capital Cuiabá, como se configurou a construção de uma “cuiabanidade” mato-grossense, ou seja, as referências culturais tomadas como um traço identitário de todo o Estado, além da personificação de personagens históricos como heróis mato-grossenses.

Formado em engenharia, Virgílio Corrêa Filho, foi professor em Mato Grosso e inseriu-se no campo das produções literárias por desígnio de Dom Aquino Corrêa, na época governador de Mato Grosso, que o solicitou que escrevesse uma *memória* sobre o Estado para integrar as comemorações do centenário da independência. O resultado foi a obra *Mato Grosso (1922)*, na sequência Virgílio Corrêa toma assento como membro do IGHMT.

As produções de Virgílio Corrêa Filho, assim como as de Estevão Mendonça, em nossa análise insere-se num contexto de produções compreendidas como projetos comprometidos com a construção de uma história regional que buscavam forjar uma identidade para Mato Grosso. Atuando em sintonia com o poder político e econômico para construir uma memória que os agradassem e que também fosse capaz de “prospectar” investimentos financeiros para o Estado, conforme Eduardo Mahon (2020). Esse projeto não deve ser tratado como um fenômeno específico em Mato Grosso uma vez que faz parte de um empreendimento maior em nível nacional pois, com a proclamação da república o IHGB e seus congêneres estaduais passaram a desempenhar um papel significativo na produção e legitimação de uma brasilidade.

Neste sentido, a construção dessa memória, no caso dos intelectuais mato-grossense, tratou de evidenciar traços de uma cultura europeia que deveria se sobrepor aos traços considerados “incivilizados” e/ou “exótico”, ocorrendo o que se pode considerar, um ocultamento de sujeitos históricos como os indígenas e negros como parte dessa identidade e memória mato-grossense.

O autor Nataniél Dal Moro (2012) oferece em sua análise elementos que nos possibilita afirmar que, “os agentes ou sujeitos sociais quando possuem controle sobre o espaço social, podem construir as suas histórias e dar os contornos que mais lhes agradam” (p.4). Dessa forma, o que se tem é a materialização de uma “memória” que se sobrepõe a outras “memórias” e histórias e que se consolida enquanto oficial. De acordo com Franco (2007), no caso de Mato Grosso, as produções memorialistas, se inserem num contexto de busca por parte das oligarquias locais em se firmar enquanto poder político. Neste sentido, as obras produzidas por

Corrêa Filho, podem ser compreendidas como produto de um tempo tomado por “conflitos sociais, econômicos e, sobretudo a tentativa de conferir ao passado [...] um sentido histórico construído a partir de Cuiabá, numa ação de preservar sua hegemonia perante as demais regiões do estado” (Franco, 2007, p. 56).

Mediante o exposto, podemos identificar na produção de Corrêa Filho (1922), uma construção em torno do “homem cuiabano” próximo a figura de um “herói”, um ser de “[...] incomparável missão histórica de fecundar, com o seu esforço, a terra maravilhosa com que os nossos avôs integraram a base física da nacionalidade brasileira”. (Corrêa Filho, 1922, p. 258). Em sua obra *Mato Grosso* (1922), o autor trata Cuiabá como local de progresso, utilizando, conforme Franco (2007), o adjetivo “*portentoso*” e ocultando as adversidades, doenças e dificuldades econômicas que o Estado enfrentava.

Cuiabá, na narrativa produzida por Corrêa Filho, constitui-se a materialização do que seria uma cidade ideal, sendo constituída a partir do descobrimento do ouro no século XVIII, o autor ainda segue em sua produção enfatizando a arquitetura, atribuindo a mesma a característica de cidade moderna que possui abastecimento de água e energia elétrica, além de polo intelectual.

O cunho nacionalista, adotado na escrita virgiliana não está fora dos parâmetros de escrita produzida naquele momento, Dom Francisco de Aquino Corrêa, governador do Estado em sua obra *Terra Natal* (1919), buscou “representar” Cuiabá como “Cidade Verde”, Mato Grosso como o estado bravo e civilizado além do engrandecimento dos heróis oficiais, como “Barbosa de Sá, Moreira Cabral, Rodrigo Cesar de Menezes, Rolim de Moura, Luiz D’ Albuquerque, D. Luiz de Castro, Frei Macerata, Augusto Leverger, entre outros” (Magalhães, 2001, p. 47). Dessa forma, a construção de Corrêa Filho se insere num arcabouço de produções que buscaram formar um referencial identitário regional, “a exemplo de outros trabalhos que marcaram, de modo expressivo, o ufanismo da escrita dos anos 20 do século passado” (Franco, 2007, p. 102).

Com base nas obras produzidas por Corrêa Filho, Franco (2007) pondera que, tais produções esboçam “[...] a construção de uma identidade mato-grossense com base nos valores que caracterizam o cuiabano, ligado ao bandeirantismo e à mineração, aos defensores fronteiriços e a tudo o que havia sido desenvolvido” (p. 67) sob a tentativa de hegemonia cuiabana. Ser cuiabano não diz respeito, nas construções dos autores àquele natural de Cuiabá, mas aos considerados, por eles, homens evoluídos, de sangue nobre, envolvidos na defesa e construção de bens simbólicos do território mato-grossense.

Cabe aqui, no entanto, apontar que, Corrêa Filho (1922) ao refletir sobre a “essência do mato-grossense”, indica como composição desta também o elemento indígena e negro, todavia

o modelo indígena adotado pelo autor é aquele ligado à representação do “bom selvagem” cunhada pelos romancistas literatos do século XIX¹⁷. Conciliando os elementos considerados “de melhor” no indígena com as virtudes europeias, o mato-grossense, ou melhor o cuiabano seria o resultado da junção do “melhor” geneticamente situado entre o indígena, o negro e o paulista bandeirante.

[...] a esses primeiros - índios e mamelucos - somaram-se portugueses legítimos e negros, ressaltando que “a finura e a vivacidade de espírito” denotavam características portuguesas, ou seja, o traço superior, a inteligência, era legado do europeu. Assim, da fusão dessas raças, em que “[...] cada qual contribuiu com as suas qualidades peculiares, em maior ou menor dose para a formação da mais legítima estirpe dos bandeirantes, que povoou Mato Grosso”, forjou-se “o tipo cuiabano”, em outras palavras, aqueles que deram origem a história de Mato Grosso (Corrêa Filho 1922, *apud*, Franco, 2007).

Sobre este aspecto Zorzato (2000) nos aponta que, em se tratando da estrutura identitária local, outros segmentos sociais, fora da elite econômica, política e cultural, “aparecem somente na medida em que cumprem papéis a eles atribuídos: disciplinados, submissos e úteis” (p.421).

Corrêa Filho produziu ainda outras obras de relevância no que diz respeito à constituição de uma memória e identidade mato-grossense. Além de *Mato Grosso* (1922), temos ainda *Monografias Cuiabanas* (1925-1926)¹⁸, publicadas em um período conturbado da história mato-grossense, momento de inúmeras divergências entre a região sul mato-grossense e o norte em relação à manutenção da hegemonia cuiabana, *As Raias de Mato Grosso* (1925/1926) entre outras. Para fins de nosso interesse de pesquisa, não iremos discutir as demais produções, pois a partir das três obras mencionadas anteriormente podemos perceber que as obras virgilianas partem de um pressuposto comum, a construção de uma identidade mato-grossense com bases nos valores que caracterizam o cuiabano, descendente de bandeirante, defensores fronteiriços que zelaram pela manutenção das fronteiras, ligados ao desenvolvimento e civilidade cuiabanos.

Na produção, *As Raias de Mato Grosso*, Virgílio Corrêa evidentemente atribui a formação de uma identidade regional ligada à ação de “homens ilustres”, como a exemplo de Rolim de

¹⁷ Como José de Alencar e Gonçalves Magalhães responsáveis pelo “mito do bom selvagem” ao produzir romances indigenistas, construindo uma representação do indígena valente de características próximas ao europeu.

¹⁸ Composta de sete volumes sendo: *Questões de Ensino* (1925), *Evolução do Erário* (1925), *A sombra dos Ervais Mato-Grossenses* (1925), *A Cata de ouro e diamantes* (1926), *A propósito do boi pantaneiro* (2002), *A Pestes das Cadeiras* (2002), *Indústrias Mato-Grossenses* (2002). As últimas publicações citadas, foram republicadas pelo IHGMT em 2002.

Moura, Luís de Albuquerque¹⁹, Augusto Leverger²⁰, o “*bretão cuiabanizado*”, que são evocados enquanto “heróis” responsáveis pela defesa e constituição da fronteira mato-grossense “adotados” como mato-grossense por tais autores. Conforme analisa Franco (2007),

[...] as *Raias de Mato Grosso* (1925/1926) contribuem, não só para a informação, mas para a formação de um referencial identitário regional e nacional, a exemplo de outros trabalhos que marcaram, de modo expressivo, o ufanismo da escrita dos anos 20 do século passado (p. 102).

Todavia, identificamos ocorrer nas produções acima tratadas a construção de uma representação da identidade mato-grossense a partir dos considerados “homens” de descendência nobre- os “heróicos” bandeirantes paulistas que lutaram contra a natureza e os povos “selvagens” - ficando assim os trabalhadores pobres, indígenas e negros como um grupo fora dos moldes “cuiabanos”. Representando estes, uma cultura popular e identidade alheia à construída pelos memorialistas. As narrativas memorialistas ligadas a homens como Virgílio Corrêa Filho, Estevão de Mendonça produziram uma representação para Mato Grosso que não expõe as dificuldades econômicas e sociais, vivenciadas naquele momento pelos demais grupos sociais do estado mato-grossense.

Cabe ainda refletir que, toda essa construção simbólica produzida por esses intelectuais é transportada para as festividades cívicas do Estado, transformando-se também em monumentos e símbolos. Dessa forma, esse processo de “invenção de tradição”, termo proposto por Hobsbawm e Ranger (2012), torna-se fator importante na formação de um imaginário social acerca da história do estado de Mato Grosso que seria ensinada nas instituições escolares e disseminada entre os demais segmentos sociais, tornando-se assim parte das estruturas do imaginário coletivo.

De acordo com os autores acima mencionados, “as tradições inventadas” se iniciam quando uma determinada memória é institucionalizada e tomada enquanto oficial, se tornando uma história que passa a ser cultuada. Nesta perspectiva, podemos analisar o projeto identitário memorialista mato-grossense como uma “*invenção*”, a partir do momento que estes buscaram produzir raízes históricas para o povo mato-grossense voltado a atender aos interesses dominantes. Para tanto estabeleceu um diálogo com o passado, na medida que este fortalece a ideia de “tradição”. O próprio Hino do estado de Mato Grosso pode ser compreendido como

¹⁹ Imortalizado por Virgílio Corrêa como “*fronteiro insigne*”, *Governador da Capitania de Mato Grosso*, nomeado em 1771 pelo Marquês de Pombal.

²⁰ Governador da Capitania de Mato Grosso, assumindo em 1850. Recebeu o título de Barão de Melgaço ao atuar na Guerra do Paraguai, morreu em 1880. Mas foi cultuado e referenciado como símbolo mato-grossense pelos intelectuais chamados “herdeiros de Leverger”.

um objeto integrante dessa “invenção”, escrito por D. Aquino constituindo um elemento identitário, assim como o brasão, analisados posteriormente.

Ao reforçar as representações produzidas pelos intelectuais mato-grossense, as festividades comemorativas do bicentenário de Cuiabá, em 1919, trataram de difundir essa identidade personificando os ditos “heróis” desbravadores e fundadores de Mato Grosso, assim como ações dos concebidos como defensores fronteiriços que garantiram a integridade territorial, sendo dessa forma os “cuiabanos” descendentes destes. O que acaba por constituir, ao nosso entender uma problemática, ao negar/ marginalizar os indígenas e afro-brasileiros e populações sertanejas dessa constituição social, sendo excluídos dessa representação acerca dos cuiabanos.

Essa *representação*, resultaria em uma produção de identidade que não confere sentido a todos os grupos sociais. A *apropriação*, segundo Chartier (1990), confere liberdade de criação e torna possível uma negação, dos sentidos impostos por quem a produziu, sendo, portanto, socialmente, institucionalmente e culturalmente determinadas, *apropriação* confere diferentes sentidos de interpretação da realidade, suscitando práticas nunca idênticas as que o autor/produtor e/ou artista pretendeu na sua obra.

2.2 José Barnabé de Mesquita- A literatura e a construção da identidade mato-grossense na produção ficcional

Um dos idealizadores desse projeto identitário “produzido” nas primeiras décadas do século XX, a partir do centro irradiador de intelectualidade literária, a AML e talvez o mais notável em termos de produção escrita seja José Barnabé de Mesquita²¹. Nas palavras de Rubens de Mendonça constituiu-se “o mais profícuo escritor mato-grossense”. Formado em direito, foi um dos que mais publicou na revista do IHGMT, produziu diversas obras, entre romances e poemas de cunho épico. Entre 1925 e 1954 publicou várias crônicas intituladas “*Gente e Coisas de Antanho*”, “*Genealogias Cuiabanas*”, além de “*Nobiliário Mato-Grossense*” produzido em tom descritivo, aborda a biografia de vários “nobres” que viveram em Mato Grosso, destacando a descendência aristocrática do mato-grossense.

²¹ Poeta parnasiano, romancista, contista, ensaísta, historiador, jornalista, genealogista e jurista brasileiro. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1913. Foi Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, do qual foi presidente por 11 anos seguidos (1929-1940). Um dos principais incentivadores à fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso em 1919 e, da Academia Mato-Grossense de Letras em 1921, sendo Membro Fundador junto a D. Aquino e, presidente desde a sua fundação até o seu falecimento em 1961, ocupou a cadeira nº. 19, cujo patrono é José Vieira Couto de Magalhães. É patrono da cadeira de nº. 7 da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras. Disponível em: Biblioteca Virtual José de Mesquita. <http://www.jMesquita.brddata.com.br>

José de Mesquita, um dos principais nomes à frente da Academia Mato-Grossense de Letras, em conjunto com D. Aquino formou a dupla de mentes constituidora da “missão” de produzir uma identidade para Mato Grosso a partir da literatura. Desse modo, cabia à literatura naquele momento a função de instituir uma identidade apropriada ao Estado e seu povo. Conforme Scheilla Moraes (2019), em se tratando de seus contos, Mesquita se apropria de elementos como:

[...] elementos de fator social (ambiente, costumes, traços, folclore) para conduzir a criação fictícia e constituir o que há de essencial nas obras, revelar o espírito mato-grossense em uma perspectiva centrada no projeto nacionalista. Em cada conto o autor se dedicou em apresentar: **a Cultura** (a formação da raça, língua, os costumes e valores da sociedade cuiabana e do sertanejo); **a história** (a colonização, as lutas, as guerras, e a garra do povo); e o **espaço geográfico** (a terra, paisagens, serras, rios, estradas) (p.43).

Dentre as várias obras de José Mesquita e as acima citadas, o único romance escrito por este, foi *Piedade* (1937), não sendo, porém, um romance histórico, foi publicado em 1937 e narra a história dos primos Paulo e Maria Piedade. Em análise acerca da obra a pesquisadora, Maria Francelina Drummond (2007) aponta que José de Mesquita trouxe para o romance as transformações sofridas por Cuiabá a partir da chegada do “de fora”, provocando mudanças que foram sentidas nos costumes e valores que os personagens vivenciam durante o enredo. Conforme Drummond (2007), José de Mesquita apresenta o conceito de *cuiabania* dada a entender como “significantes do complexo cultural desenvolvido a partir da área de influência de Cuiabá e sua baixada” (p.136), designando um certo padrão de cultura urbana, tradicional específico dado em razão de seu isolamento dos centros dinâmicos.

No entanto, a pesquisadora nos indica que, por volta da década de 1950 a vida urbana cuiabana, definia-se por relações interpessoais e expressões próprias de uma cidade pequena, “*uma aldeia de bugres*”²² em razão da composição básica e original da região, apresentando os traços bororos em predominância aos brancos e negros.

Dessa forma, o termo “*cuiabania*” faz alusão a uma certa mentalidade, padrão cultural urbano e tradicional que se desenvolveu em Cuiabá e deve ser compreendido como referente a uma parcela populacional ligada aos setores dominantes e tradicionalistas, na trama de José de Mesquita implicitamente está ligada as mudanças geradas pela presença de migrantes, advindos do programa “Marcha para o Oeste”, engendrada pela política do governo Getúlio Vargas. O romance, conforme análise de Drummond, trata de um saudosismo do passado, dos valores e

²² Termo utilizado pela autora para se referir a presença majoritária de indígenas bororos na composição da população cuiabana.

tradições familiares mediante o receio que as mudanças traziam em conjunto com o modo de vida industrial, burguês e moderno, que começava a tomar forma.

Em relação ao negro, Drummond (2007) aponta que apesar de se fazer presente no romance, através da figura de Roberta, ex-escravizada e mãe-preta por quem a família de Paulo, os Monteiros, tinham forte apreço, sua participação no enredo é rápida e “sua imagem idealizada” (p.139), o mesmo lugar é designado aos mestiços, quando aparecem, são ridicularizados por “maçantes e inconvenientes”, rejeitados socialmente. Isso é perceptível no tratamento que Paulo confere ao colega Ricardinho, que José de Mesquita apresenta como “sujeito mulherengo e pedante, fisicamente desabonado, mestiço de cor terrosa, testa estreita, nariz rombo, olhos acanhados e ajaponezados” (*Ibidem*), tratado com intolerância e superioridade por Paulo.

Ademais, Luiz Renato de Souza Pinto (2006) ao desenvolver sua pesquisa sobre as representações construídas por Mesquita em relação à mulher, nos informa que: “Mulheres brancas, negras e índias se encontram na obra de Mesquita, notadamente afetadas por questões evolucionistas, ligadas a aspectos instintivos, não raro com deformações congênitas” (p.119).

Em consonância com as afirmações de Drummond (2007), em relação a posição do negro e indígena na produção de José de Mesquita, Loiva Canova *et.al* (2013) discute a presença do conteúdo eugenista na obra *Gente e coisas de antanho*, escrita em fins do século XIX. Enquanto redator do jornal católico *A Cruz*, de circulação local, José de Mesquita divulgava discursos que atribuíam os problemas sociopolíticos que se apresentavam aos padrões burgueses aos descendentes de indígenas e africanos escravizados, considerados pelo mesmo como propensas a vícios, primitivos e dados à impureza.

A obra *Gente e coisas de antanho*, é organizada em dezoito capítulos, os primeiros cinco capítulos traçam o retrato biográfico dos intelectuais mato-grossense, os que são responsáveis pela constituição de uma imagem de cidade culta, integrada por elite letrada, instruída e viajada para Cuiabá. Nos capítulos seguintes, é apresentado os crimes mais “famosos ocorridos em Cuiabá e seus arredores”, sendo apontados pelo escritor como resultado dos males provocados pelo álcool.

José de Mesquita relata ainda casos de violência cometidos por indígenas, negros e mestiços, justificando que estes por fazerem uso frequente do álcool estavam mais dispostos aos crimes, segundo o mesmo entre a classe média o crime era resultado de “explosão de estados de *psychose* individual, de ódios reprimidos, vinganças políticas, afrontas, vexames à dignidade e a honra” (Mesquita, 1978, p. 52, *apud*, Canova *et. al*, 2013, p.91), porém entre a “plebe” este

ocorria em função do vício do álcool que estimulava os mais “baixos sentimentos da animalidade motivadas pela libido ou pela ambição”²³.

Além das produções mencionadas acima, José de Mesquita publicou ainda o livro de sonetos *Da epopéia matogrossense* (1930), seguido dos contos de cunho histórico, reunidos em *A cavalhada* (1927), o conto sertanejo, *Corá* (1931) e *Espelho das almas*, este último premiado pela Academia Brasileira de Letras em 1932. Nessas obras, o autor buscou, registrar o homem “voltado para sua região, revelando traços específicos e predominantes de Mato Grosso”, (Drummond, 2007, p. 141).

José de Mesquita atribuía ao branco descendente de europeu os conceitos de “raça”²⁴ mais responsável, honesta, virtuosa e pura, assim a descendência negra e indígena da população cuiabana comprometia a imagem dos cuiabanos, uma vez que estes apresentavam “defeitos” decorrentes da miscigenação. O escritor ainda atribuiu, às doenças que assolaram a cidade cuiabana também ligadas aos grupos resultantes do processo de miscigenação, indígenas e afro-escravizados.

Em *Corá* (1931), conto publicado na *Revista Nova* de São Paulo, José de Mesquita constrói uma trama em que “cultura e sabedoria popular se mesclam” (SOUZA PINTO, 2006, p.99). O conto traz três personagens, *Pai Chico*, *Corá* e *Manézinho*, e o descontentamento de *Pai Chico* com o romance de seu filho com *Corá*, tentando dissuadir *Manézinho* de casar-se com *Corá*. Nesta produção de Mesquita, é possível identificar expressões da cultura negra e indígena resultante do processo de miscigenação como o emprego de expressões: “caruru”, “vancê”, “carimbola”, “bácora”, no entanto, o enredo traz para o protagonismo a figura de *Corá*, “personificação da mulher como um enviado do demônio, uma cobra capaz de enfeitiçar a todos que a rodeiam” (p.98). Sendo esta “morena clara”, considerada inferior, mais fraca, conforme as teorias científicas dominantes em fins do século XIX, Mesquita a constrói como uma mulher “cruel e sedutora, maligna e brincalhona” que desrespeita o marido, em viagem e aproveita para seduzir o sogro (p.104), símbolo de desgraça, sendo constantemente comparada a uma cobra coral.

Conforme Souza Pinto (2006), é em função da dissimulação de *Corá* que *Pai Chico* acaba dando fim na nora, permitindo assim refletir sobre a concepção de Mesquita em relação a miscigenação. A construção em torno de *Pai Chico*, “homem do interior, sertanejo, “mestiço”,

²³ *Ibidem*

²⁴ Os termos “raça”, “mestiços” e “mestiçagem” aparecem neste texto mediante a perspectiva do próprio escritor, haja vista que suas produções se inserem no contexto de domínio da teoria eugenista, conforme aparecem em sua obra.

pobre, reprodutor da cultura negra” e assassino é reveladora da compreensão de Mesquita em relação tanto à miscigenação como em relação a esses grupos sociais, ou seja, um desequilíbrio que acabava por trazer inferioridade aos sujeitos não brancos que estariam assim mais vulneráveis as corrupções do corpo e alma. Em conformidade com essa afirmação, Souza Pinto²⁵ destaca

O lugar social do escravo, primeiramente associado ao paganismo, já o colocava em situação de inferioridade, era o do negro, que sempre foi também o do pobre, independente de cor. Corá, por sua vez, personagem fictícia de MESQUITA, é uma mulher pobre, afro descendente e afetada por um comportamento instintivo que o autor busca reforçar para demonstrar deformação de caráter, ligando-a à construção elaborada ao longo do final do XIX e primeiras três décadas do XX de que o negro (homem ou mulher) está fortemente ligado ao tempero, quer seja na cama, ou na mesa (Souza Pinto 2015, p.119).

Em contraste com essa construção em torno de *Corá*, Souza Pinto²⁶ (2023) afirma que, em se tratado das mulheres da sociedade cuiabana (elite), Mesquita “se dirige sempre com muito cuidado, lisonjeiro, sutil e delicado, que deixa transparecer um ar austero em seus princípios, observador atento que edifica seu discurso enaltecendo atitudes [...]”²⁷. Constantemente fazendo uso do discurso de caráter religioso e moralista, José de Mesquita se refere às mulheres como as responsáveis pelos bons costumes, pela preservação dos valores familiares, o que para Souza Pinto “é um construto forjado para desqualificar quem não tivesse esses predicados”²⁸, a mulher, “mãe e professora, crédula e temente é um estereótipo que Mesquita atribuía as mulheres brancas da classe dominante.

Curiosamente José de Mesquita ao tratar de Teresa de Benguela, ex- escravizada que governou o quilombo de Quariterê após a morte de Zé Piolho, em *Epopéia mato-grossense*²⁹ (1930), remete à Teresa por sua coragem e bravura, conforme os versos a seguir;

La por onde o Galera as águas vai fluindo,
Foi de Quariterê o quilombo afamado,
Em que a negra Teresa o seu poder infindo
Exercera, em cruel e trágico reinado.
No mais ermo da matta ergue o seu throno lindo
A rainha que traz a seu sceptro curvado
O quilombo, a que vai nova gente affluindo,
Na ânsia de livre ser, longe do jugo odiado.

²⁵ *Idem.*, 2003.

²⁶ *Ibidem.*, p. 16.

²⁷ José de Mesquita, em suas produções, representa a mulher sobre dois paradigmas: Maria como sendo a casta e santa, enquanto Eva, sendo a lascívia e pecadora.

²⁸ *Ibidem.*, p. 13.

²⁹ Livro dividido em 8 partes, a saber: *A Terra Virgem, A Colônia, A Era das Fundações, Cyclo Imperial, A guerra, O Sul, Era Nova*

Mas já de Villa Bela a tropa numerosa
 Na pugna árdua e feroz os leva de vencida
 E, presos, se lhes reabre a vida dolorosa...
 Não Teresa, porém, que, esmagada e ferida,
 Prefere a morte ao jugo e mostra, intemerada,
 Que é a liberdade só que dá valor à vida
 (Mesquita, 1930, p. 320, *apud*, Souza Pinto, 2006, p. 57).

Em referência à Teresa de Benguela, Mesquita não dispensa a mesma representação que a atribuída às mulheres de origens afro em outras obras suas. Neste mesmo caminho, percebemos que o escritor também lança mão de “dois vocábulos” lhe bastante “caros” para tratar de uma indígena, a *Índia Rosa*³⁰.

Linda flor dos sertões de minha terra agreste,
 Mais que às tuas irmãs te foi cruel a sorte:
 Iracema de luz romântica se veste
 E Lindoya encontrou o consolo na morte
 (Mesquita, 1930, p. 318, *apud*, Souza Pinto, 2006, p. 57).

Destarte, apesar de mencionar Teresa sob os atributos de bravura e coragem, a indígena Rosa retratada com versos denotando “paixão e sacrifício”, a narrativa de Mesquita não ultrapassa tais construções poéticas, não dispensando maiores esforços em tratar dessas duas mulheres não brancas.

Mesquita, a partir de suas obras ficcionais, para além da preservação dos valores do grupo social do qual fazia parte, tratou de representar o que era ser “mato-grossense”, para tal, fez uso de sua “liberdade criadora”, circunscrita no que lhe possibilitou uma negação, mesmo regulada uma vez que menciona ter ocorrido “uma confluência de raças” resultando no homem mato-grossense, no entanto, esta “construção de Mesquita” reforça a “representação” elitista e branca que indicava o cuiabano como o “verdadeiro” homem mato-grossense, marginalizando dessa forma todos os demais grupos sociais, no que refere-se aos afro-descentes, indígenas, sertanistas, enfim, “não brancos” como não pertencentes a essa identidade.

2.3 Dom Francisco de Aquino Corrêa- O projeto de pacificação e produção identitária

O pesquisador Jérri Roberto Marin (2018) nos oferece subsídios para analisar o papel do bispo e arcebispo de Cuiabá Dom Francisco de Aquino Corrêa na construção da identidade cultural mato-grossense entre 1910 a 1930, período analisado pelo pesquisador. D. Aquino

³⁰ A indígena de nome Rosa foi descrita por Estevão de Mendonça como sendo braço direito do alferes Antônio José Duarte na pacificação dos Borôros. Tendo sido capturada juntamente com sua filha por bandeirantes enviados contra esse grupo e entregues aos “cuidados” da esposa do Major Antônio Thomaz de Miranda Rodrigues, D. Clara de Miranda Rodrigues.

Corrêa também foi governador de Mato Grosso no período de 1918 a 1922, designado pelo presidente Venceslau Brás, durante a intervenção em Mato Grosso em função de embates entre grupos políticos que disputavam o poder local. Entre 1920 e 1940 ficou conhecido como o maior poeta mato-grossense, reconhecido nacionalmente devido sua atuação social e política, religiosa e intelectual, no entanto suas produções já circulavam em 1904, época de surgimento da *Revista de Matto Grosso*³¹.

Em função de um acordo entre os partidos políticos locais, o Partido Republicano Mato-Grossense (PRMG), dirigido por Pedro Celestino Correia da Costa, e o Partido Republicano Conservador (PRC), liderado pelo senador Antônio Azeredo, D. Aquino Francisco Corrêa, foi indicado como uma via de conciliação, paz e fim dos conflitos. Neste sentido, o projeto de D. Aquino de produzir uma memória histórica e uma identidade, pretendia ainda a superação dessa divisão da sociedade mato-grossense unindo as elites com vistas à manutenção da estabilidade social e política.

Seu governo também marca um período de grande agitação cultural sob as premissas da religião e civismo com objetivo de promover desenvolvimento cultural dos setores elitistas. Para tanto, além do IHGMT, já explorado anteriormente, outra instituição significativa durante o governo de D. Aquino que contribuiu nessa construção identitária foi o Centro Mato-grossense de Letras, fundado em 1921 e posteriormente tornou-se a Academia Mato-grossense de Letras, em 1932. Ambas instituições eram integradas praticamente pelo mesmo grupo de intelectuais. De acordo com Marin (2018), a política de cooptação para ocupar tais cargos na constituição dessas instituições também contribuiu para silenciar as diferenças entre os grupos rivais e trazer homogeneidade para os discursos regionalistas.

O Centro Mato-Grossense de Letras (CML), deveria, conforme o próprio D. Aquino, tratar da inserção do cenário regional na nacionalidade e na universalidade (Corrêa, 1940, p.30-33). Para tanto, o foco da produção seria a exaltação dos temas regionais e divulgar Mato Grosso. Em função disso deveria explorar as tradições, heróis, belezas naturais, riquezas inesgotáveis, expressões artísticas, população, e o inevitável progresso. O CML deveria emprestar no parnasianismo³² as bases para suas produções de “entusiasmos puros”, “virtudes generosas”, “crenças fortes”, “patriotismos sinceros” e os “heroísmos que glorificam toda uma

³¹ Grafia original

³² Epaminondas de Matos Magalhães em sua pesquisa “*POR ENTRE BRENHAS, PICADAS A FOICE, MATAS BRAVAS: A PRODUÇÃO POÉTICA EM MATO GROSSO NO SÉCULO XX E XXI*” (2014) nos informa que Dom Aquino acabou por promover uma política de cerceamento contra a influência e produção da estética modernista já em desenvolvimento nos centros Rio/ São Paulo, dificultando assim a vinculação da produção literária modernista em Mato Grosso até o fim da década de 1930.

raça”³³. Grande parte desse ideário, de culto à grandeza do passado e da terra, foram publicados nas revistas *Mato Grosso*, editada pelo Liceu Salesiano, e o *Jornal Mato Grosso*.

Nas duas primeiras edições da Revista do IHGMT (1919), é possível encontrar partes da antologia *A Mato Grosso- minha terra natal no seu bicentenário* escrita por D. Aquino, aspectos como a exaltação a beleza e riquezas regionais, culto aos heróis mato-grossense. Nestes poemas, D. Aquino retratar cidades, fatos e personagens constituindo “lugares de memória e, conseqüentemente, subjetividades e pertencimentos”³⁴. Além de produções circunscritas na esfera literária, D. Aquino também instituiu o brasão de armas de Mato Grosso que reafirmava uma herança portuguesa por meio dos sertanistas paulistas, sendo o mato-grossense, dessa forma, herdeiros da tradição católica e da ação civilizatória promovida pela tradição paulista, além de herdar destes o gosto pelo trabalho e patriotismo. “Como decorrência, geraram uma raça forte, superior e progressista (Corrêa, 1919, p. 162-164)”.

Ainda se tratando de produções, o *Hino de Mato Grosso*, de autoria de D. Aquino também torna possível perceber a exaltação do homem, da natureza, e do passado mato-grossense. O escritor recupera a ação das bandeiras paulistas em excursão pelo interior para aprisionar indígenas, corroborando para uma visão harmônica, difundido pela sua escrita um ideológico de glorificação dos “bandeirantes paulistas” e do Mato Grosso de belezas naturais, transformado em riquezas. O hino apresenta-se como uma afirmação dos valores apresentados no brasão, conforme aponta Marin (2018)

Os sertanistas são elevados a heróis bandeirantes, por terem conquistado o “feroz Payaguá”, por integrarem a região à nacionalidade brasileira e por trazerem a civilização, da qual os mato-grossenses eram herdeiros. O passado, representado como heroico, podia ser atestado na expansão das fronteiras a oeste e na defesa da soberania nacional durante a Guerra do Paraguai. A grandeza de Mato Grosso assentava-se na grande extensão territorial, na exuberância da natureza, nas potencialidades oferecidas pelo clima e pela natureza (Corrêa, 1919 d, p. 19-20, *apud*, Marin, 2018, p.790).

Os discursos poéticos produzidos por D. Aquino criaram determinadas representações que corresponderam às intenções maiores, como a desconstrução do Mato Grosso pitoresco, selvagem, violento e desordenado que acabam por construir um arcabouço simbólico projetado para o imaginário coletivo que ao fim se valida como uma realidade.

Conforme podemos perceber, um dos aspectos por vezes valorizado era a ação mato-grossense em assegurar a integridade das fronteiras, se concebendo dessa forma como heróis

³³ *Ibidem*. p.24-25, p.36-38

³⁴ *Ibid*. p. 788

atuando na defesa de interesses nacionais. Aliás, para D. Aquino, as maiores virtudes de um indivíduo seriam o patriotismo e a religião, sua marca poética. Agir em nome e defesa da pátria permitiria o homem transcender para a divindade, seria a “máxima ascensão da alma humana para Deus” (Corrêa, 1985, p. 27, *apud* Marin, 2018, p. 796). Tendo suas ações amenizadas, de exterminadores indígenas representados como conquistadores, os bandeirantes, na ótica de D. Aquino souberam subjugar os indígenas, mencionados como sendo “ferozes e selvagens”, consistindo assim numa produção de apelo à valorização da gente e das belezas da terra. D. Aquino buscava em seus discursos a exaltação de um passado glorioso, enobrecer os mato-grossense herdeiros desse passado, porém acabava também por “dissimular as diferenças étnicas e sociais constitutivas da sociedade e os conflitos intraelite”³⁵.

D. Aquino acreditava ainda ser necessário um esforço de produção e divulgação da história de Mato Grosso, pois esta era aos olhos do governador pouco conhecida e agindo contra isso deveriam atuar a História e a Literatura- respectivamente o IGHMT e o CML- “como guardiãs da tradição, dos fatos, do culto dos heróis”, imortalizando essa história. Para tanto o governo investiu em publicações de pesquisas e textos, patrocinando propagandas, reportagens que tratassem do estado como uma terra de grandes potencialidades e belezas imensuráveis.

Conforme apontamos anteriormente, nas produções de Virgílio Corrêa, o mato-grossense seria o resultado da fusão de grupos étnicos como os portugueses, paulistas, indígenas e escravizados. Sobrepondo às demais “raças”³⁶, o que prevaleceu foi a superioridade destacada do europeu. Da mesma forma D. Aquino também enfatizou a predominância da crença na “superioridade” branca que predominou através de “seleção natural” resultante do que ele chama “mescla de grosseira superstição do africano e a theogonia primitiva do indígena” (Corrêa, 1919b, p. 6). Ao mesmo tempo que percebemos a frágil inclusão dos povos indígenas e negros na constituição social mato-grossense, logo estes são negados ao afirmar a superioridade da descendência europeia, que resultou numa sociedade mato-grossense “harmoniosa”, “nobre” e “católica”.

As produções se inserem num quadro de ocultação da existência de pessoas não pertencentes ao grupo “eleito como mato-grossense”, por se tratarem de pessoas empobrecidas, pertencentes à determinados grupos sociais que representavam a incivilidade ou a barbárie aos olhos desses autores em questão. Tanto D. Aquino, quanto Virgílio trataram do mundo e dos

³⁵ *Ibid.* p. 792.

³⁶ Termo utilizado nas produções mencionadas relacionadas à Dom Aquino Corrêa e Virgílio Corrêa

valores de sujeitos ligados à suposta elite mato-grossense por estes serem os representantes de uma identidade que deveria ser difundida a respeito dos mato-grossenses.

Maria Augusta de Castilho e Nataniél Dal Moro (2015) ao analisarem as narrativas produzidas a respeito da cidade de Campo Grande pelos autores memorialistas no período de 1960, apontam que a literatura produzida tratou de mostrar as “pessoas comuns” como sujeitos pitorescos e cômicos inviabilizando qualquer forma de considerá-los sujeitos produtores de história. Mesmo alguns periódicos locais, propagavam materiais que apontavam tais grupos sociais como “elemento indesejável” que se opunham aos “homens de bem” da sociedade.

D. Aquino, ainda, criou um panteão de heróis, compostos pelos paulistas “sertanistas”, participantes da Guerra do Paraguai e outros indivíduos de destaque na “defesa fronteiriça” que deveriam ser reverenciados. Sendo mato-grossenses ou não, todos foram representados como tal com o propósito de construir um passado glorioso, devendo ser homenageados em conferências, discursos, produções poéticas afim de difundir uma “estrutura afetiva para criar uma unidade e um todo harmônico” (Marin, 2018, p. 799).

Essa “invenção” de personalidades revestidos de bravura e heroísmo também será cultuada em outras produções literárias de autores ligados à Academia mato-grossense de letras como, por exemplo, o poeta Antônio Tolentino de Almeida (1876-1938)³⁷ em sua obra *A retirada de Laguna* (1930)³⁸. Conforme Suzanny Araújo Ramos (2011), em sua construção, Tolentino enaltece a bravura e coragem de heróis de importantes fatos históricos em Mato Grosso. Nesta obra em questão “o herói” é Visconde de Taunay. Predominantemente patriótico “*A Retirada de Laguna*” é dedicado à memória de Taunay, enaltecendo suas ações em prol do bem-estar do sertão e da nação.

Comungando do mesmo “pão”, José de Mesquita e D. Aquino por meio de suas produções literárias e no âmago da história pretenderam construir uma identidade mato-grossense buscando nas raízes, na origem do processo de colonização os elementos que trariam reconhecimento e identificação, pelo menos por parte da elite a esse projeto, a esse grupo social. Conforme pudemos verificar, a literatura, além da história, foi objeto de mobilização para essa

³⁷ O poeta nasceu em Santo Antônio do Leverger, Mato Grosso. Tendo sido jornalista, promotor público na cidade de nascimento. Apesar de não completar o curso de direito na Faculdade de Direito do Estado de São Paulo, exerceu a função de advogado e destacando-se como poeta com uma significativa produção literária, nomeado Patrono da cadeira n.º. 39 da Academia Mato-grossense de Letras. Quanto à sua produção poética, Tolentino de Almeida foi considerado por Rubens de Mendonça (1970, p.46), como o poeta mais espontâneo de sua geração. Publicou cinco livros de poesias, são eles: *Ilusões Doiradas*, 1910; *A Índia Rosa*, 1910; *Mil vezes salve*, 1929; *A Retirada da Laguna*, 1930 e *Romeiros do Ideal*, 1937. Algumas de suas obras já são consideradas perdidas, como *A Índia Rosa* (1910) e *Mil vezes Salve* (1929)

³⁸ De acordo com Suzanny Ramos (2011), o título remete à narrativa de Taunay, *A retirada de laguna*, em que este narra a retirada das tropas brasileiras durante a Guerra do Paraguai.

construção identitária. A literatura, dessa forma, constitui-se parte importante do acervo memorial produzido pelos intelectuais empenhados no projeto de produção de identidade regional mato-grossense.

Tais pressupostos podem muito bem ser identificados nas produções de José de Mesquita, especificamente nas três coletâneas de contos produzidas pelo mesmo. Na primeira, *A Cavallhada: contos mato-grossense* (1927), o autor aborda “contos voltados à identidade, ao tradicionalismo dos costumes, ao folclore, descrição da natureza, à história e expressões da língua local” (Moraes, 2019, p.50). Nestes podemos ainda encontrar a concepção do “*espírito cuiabano*” concebido por Mesquita, como o resultante do processo de mistura étnica entre o branco e o negro, e os fatores históricos, em outro conto *Renuncia* (1927), o escritor trata da mistura racial como sendo resultante de indígenas e os “brancos bandeirantes”, o resultado seria o “sertanejo”, representado como o “bom selvagem”³⁹. Na segunda coletânea *Espelhos de Almas* (1932), são observáveis descrições de praças, ruas em grande maioria existentes em Cuiabá, “personagens ambientadas” no espaço burguês da capital. Na terceira coletânea, o autor se apropriando da história a dissolve na narrativa e traz uma mistura de fatos históricos e fictícios resultando na consolidação do projeto identitário regional. Basicamente todos os contos contidos em *No tempo da Cadeirinha* (1945) é possível identificar espaços e momentos históricos de Mato Grosso como a Rusga (1834-1835), a Guerra do Paraguai (1864-1870).

As produções de D. Aquino e José de Mesquita integram, um rol de geração de poetas mato-grossense, parte da AML que se empenharam em uma revisitação histórica do passado para a instauração de uma identidade construída a partir da exaltação à terra, à valorização de uma descendência branca e nobre que em linhas gerais acabaram por contribuir para a instauração de um projeto literário permeado de racismo e xenofobia.

Ao estabelecerem o conceito de “cuiabanidade”, como uma espécie de civilidade cuiabana como referência a um grupo social e modelo a ser seguido pelo migrante sulista que chegava para “investir” em Mato Grosso, Aquino e Mesquita discursivamente construíram uma certa “supremacia” em torno daquele considerado o mato-grossense, a saber não incluindo os não brancos e migrantes. Tal consideração pode ser identificada nos versos seguintes que constituem o poema “*Paus- Rodados*” (1985) escrito por D. Aquino:

PAUS-RODADOS

Das altas cabeceiras verdejantes,

Por onde o Rio-Manso e o Cuiabá,

Enlaçam no colar dos seus diamantes,

³⁹ *Ibid*, p.50.

Qual safira bem digna dum rajá,
 A Serra Azul, tronituate,
 Precipita-se e tomba a bruta enchente
 E cresce e espuma e tudo arranca e invade,
 Té que se vê, aos seus soturnos rancos,
 Passarem pelo porto da cidade,
 Raízes, galhos e moirões e troncos,
 Que o meu rio natal leva arrastados,
 Numa pompa triunfal de paus rodados.
 Uns são negros, esqueléticos e feios,
 Tostados pelo fogo das queimadas;
 Nas suas ramas frescas e enfolhadas,
 Abre-se a última flor da orquídea linda,
 E passam ninhos baloiçando ainda.
 Aquele é arrogante, audaz, sombrio.
 Emerge fora d'água e agita, no ar
 Os braços hirtos, como em desafio,
 E vai, além, ruínas espalhar,
 Esbarrondando, em rudes solavancos,
 Canoas, cercas, muros e barrancos.
 Este, em vez, é pacífico e tranqüilo,
 Vem boiando à mercê da onda brava
 E onde a barranca lhe oferece asilo,
 Aí se apóia, o seu terreno cava,
 Apruma-se, e enterrando as cem raízes
 Revive ao sol seus dias mais felizes.
 E dentro em breve, à sua sombra amiga,
 Brota um rancho de amor por entre flores,
 Nas roças verdes vai medrando a espiga,
 Enquanto, ao descantar dos pescadores,
 Responde a japuira em cada galho,
 A canção da alegria e do trabalho.
 Salve, meu belo rio! ó gratas cenas
 Que desde a infância os olhos me encantais!
 Lembrais da vida as quadras mais serenas,
 E embora o que se foi não volte mais,
 Sinto que à vossa evocação tão santa,
 Todo um passado reflorece e canta! (Corrêa 1985, p. 186, *apud* MAHON, 2021, p. 62-3).

O próprio D. Aquino, enfatizou em nota de rodapé que a “expressão” - *paus rodados-se* referia aos “filhos de outros Estados” (p. 156). Ainda presente no Estado mato-grossense, a expressão fará parte das produções literárias de fins do século XX em razão da intensa onda migratória sulista. Resultado das políticas de ocupação do cerrado e amazônia mato-grossense incentivadas e facilitadas durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985).

O sentimento anti-migrante já presente nas produções literárias de Aquino e Mesquita se tornam traços marcantes também nas produções dos escritores, chamado por Eduardo Mahon (2021) de “Geração Coxipó”, posteriormente analisados aqui.

2.4 A influência modernista e a produção literária em Mato Grosso a partir de 1950.

Novos escritores, nova gente, retomada de velhos conceitos e representações.

No que concerne à produção literária mato-grossense, algumas questões merecem ser apontadas em relação à década de 1950 adiante. Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), houve investimentos de construção e melhorias em vias terrestres ligando Mato Grosso a outros Estados brasileiros, com ênfase para a capital federal Rio de Janeiro e São Paulo, além da ampliação e instalação de linhas telegráficas. Dessa forma, a influência modernista na produção literária mato-grossense surge em meio ao controle de D. Aquino e sua ditadura parnasiana/romântica, conforme afirmações de Magalhães (2014).

O período seguinte às décadas de 1950/60 foi marcado por uma produção literária, que buscava nos moldes do modernismo, fazer “oposição” ao academicismo representado pela AML e ao parnasianismo de D. Aquino e Mesquita. Diante do exposto acima, escritores que se situavam fora do eixo dominante por Aquino/Mesquita, como Lobivar Matos (1915-1947)⁴⁰, Manoel de Barros (1917-2014)⁴¹ que viveram no Rio de Janeiro e em contato com o

⁴⁰ Nascido em Corumbá, atual Mato Grosso do Sul, motivo que suscita debates entre os críticos, em decorrência de uma “identidade” enquanto poeta mato-grossense ou sul mato-grossense. Susylene Dias de Araújo (2009) apresenta, por meio de sua pesquisa de doutorado, “*A vida e a obra de Lobivar Matos: o modernista (des)conhecido*”, considerações importantes para compreender as produções de Lobivar Matos. Cf. ARAÚJO, Susylene Dias de. A vida e a obra de Lobivar Matos : o modernista (des) conhecido. Tese (Doutorado em Letras) Universidade Estadual de Londrina– Londrina, 2009. 269 f.

⁴¹ Manoel Wenceslau Leite de Barros, nascido em Cuiabá, 1916, mudou-se para Corumbá. Em 1939 formou-se em Direito, retornando para Corumbá em 1949. Sua primeira obra publicada foi em 1937 “*Poemas concebidos sem pecado*”. Deve-se destacar aqui, que essa publicação ocorreu no Rio de Janeiro, visto que Mato Grosso vivia a égide do parnasianismo de D. Aquino e Mesquita, uma vez que Barros estava mais voltado a uma “rejeição desse projeto”. No entanto, suas produções só ganham visibilidade, só serão reconhecidas a partir dos anos 80, a partir dos depoimentos de Millôr Fernandes e Antônio Houaiss. De acordo com MAGALHÃES (2014), BARROS perpassa diferentes fases do modernismo, mas não se filia a nenhuma delas, não sendo possível também as colocar sob uma determinada tendência literária. Reconhecido em níveis nacionais e mundiais, suas obras e sua trajetória despertam indagações que guiaram e guiam várias pesquisas científicas ao nível de mestrado e doutorado pelo Brasil. Apesar de Hilda Magalhães o “classificar” enquanto o escritor modernista, estudos contestam tal perspectiva, a exemplo de TORRES (2018), para quem a poética de Barros constitui-se um projeto único em decorrência de sua linguagem original. Cf. TORRES, Alan Bezerra. *Manoel de Barros: a poética da*

modernismo produziram um projeto literário diferente do que era produzido até então em Mato Grosso. Aliás, Lobivar Matos fará uma “oposição” ao ideal aquiniano em suas produções poéticas voltadas à “intenção de denúncia e engajamento social” (Magalhães, 2014, p.34). Dessa forma, mesmo que haja uma “predominância” das produções de D. Aquino e José de Mesquita, haviam escritores preocupados em levantar questões como: a situação do negro em Mato Grosso, a exemplo de Matos que poeticamente tratava dos “homens e mulheres pobres e excluídos, moradores do Sarobá, lugar definido como a *mancha negra bulindo na cidade mais branca do mundo*” (Matos, 1936, p.06-07 *apud* Araújo, 2009, p.12).

Tendo escrito *Areotorare* (1935) e *Sarobá* (1936), Matos, na perspectiva de Magalhães (2001) incluiu as classes menos favorecidas em seus escritos, suas poesias falam dos bairros periféricos, sua narrativa poética é construída em torno do “sujo”, do “marginalizado”, “[...] pondo a nu a podridão que a sociedade encobre por conveniência” (Castro, [s.d.], p.69-70, *apud*, Magalhães, 2011, p.130). Conforme podemos observar nos versos a seguir:

Beco sujo
 Beco estreito, beco sujo.
 O vento está soprando o único lampeão
 que continua aceso.
 O vento não gosta de luz
 e quer apagar a lua que se estirou molenga
 no silêncio da noite.
 Sombras esguias, sombras frouxas, são cabides para meus
 sentidos assustados.
 Passa uma mulher magra que é esqueleto só.
 Atrás dela vem um cabra danado,
 zigue-zagueando
 desenhando linhas curvas,
 tropeça aqui, agarra lá.
 - Psiu! ... Psiu! ...
 Vá para o inferno, peste!
 Passa uma cadelinha sarnenta correndo e atrás um vira-lata latindo.
 Lá adiante, no fim do beco,
 um chorinho-chorado tá dizendo que há samba gostoso,
 que a tristeza virou alegria,
 que a carne não tem cor [...]

(Matos, 2008, p. 113 e 114, *apud* Magalhães, 2014, p. 36).

infância como procedimento da linguagem poética. 2018. 193f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Nessa perspectiva, MARTINS (2015), aponta que Barros antes de tudo, procurou através de suas produções “construir um paradoxo contra a modernidade” (p.4). MARTINS (2015) busca apontar em sua comunicação que a construção poética de Manoel de Barros se insere mais em um “contexto de crítica” em relação às transformações socioculturais que se operam em decorrência do processo industrial que afetava a vida e a sociedade. De acordo com Martins ao tratar as “coisas” sem importância, a lama, os insetos, o mato entre outros “elementos” constantes em sua poesia, Barros busca valorizar aquilo que a sociedade moderna, capitalista ignora. Cf. SILVA, Fernanda Martins da. OLHARES SOBRE O MODERNO E A MODERNIDADE NA OBRA DE MANOEL DE BARROS: CRÍTICA E RECEPÇÃO. Fênix - Revista de História e Estudos Culturais, v. 12, n. 1, 15 jun. 2015. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/831>. Acesso em: 08/05/2023.

Os versos acima denotam uma transgressão de Lobivar ao que predominava, em relação à produção poética do período em Mato Grosso. A denúncia social quanto ao “negro”, o retrato do dia a dia de indivíduos engolidos pelo contexto de pobreza e dominação, “[...] o “beco sujo” aponta para dois sentidos: o de sujeira e esquecimento; e o de sujo por habitarem ali, negros, demonstrando a condição de preconceito da sociedade [...]” (Magalhães, 2014, p.36). O fato da “rebeldia” de Matos ter ganhado maior repercussão e circulado se deve ao fato deste estar fora dos domínios da AML, uma vez que outros que se lançaram nessa “onda inovadora” em termos literários em Cuiabá, não conseguiram se projetar durante o período, como bem coloca Mahon (2021), este já vivia “à margem por ser de Corumbá” (p.120).

Um dos mecanismos de divulgação desses novos ares tomados pela produção literária foi através da Revista *Pindorama*⁴², lançada em 1939, trazendo as bases do modernismo para Mato Grosso. Curiosamente, no ano de sua publicação, Matos publicou uma “*Carta Aberta*” aos editores da revista *Pindorama*. Nesta, Matos se refere a AML como academia de “imortais”, que vivem na inércia e nada de novo produzem, com exceção de um poeta bororo, se referindo a Rubens de Mendonça (1915-1983).

Rubens de Mendonça, filho de Estevão de Mendonça entrou para a AML em 1945 ainda sob a áurea de Mesquita, tendo lançado o livro “*Poetas bororos*” em 1942. Ao apresentar a obra de Rubens de Mendonça, Mesquita, reconhece estar essa fora dos “moldes da AML”, ao utilizar o termo “a ala moça” para se referir a Mendonça.

Mahon (2021), avalia a postura de Rubens de Mendonça como ambígua, o Rubens de “*Pindorama*” representava juntamente com Gervásio Leite, o grupo de escritores tomados pelo modernismo e inquietos com a estetização academicista resultante do parnasianismo/romântico que ultrapassou o conservadorismo literário cuiabano. Contraditoriamente, ambos enquanto membros da AML acabaram se acomodando, assim como Silva Freire. Ademais, é com Silva Freire que a cuiabanidade é retomada como cuiabania para se firmar a identidade cuiabana mediante os fluxos migratórios sulistas de ocupação do norte mato-grossense, a partir de 1960.

⁴² De acordo com Rubens de Mendonça, um dos principais idealizados juntamente com Gervásio Leite e João Batista Martins de Melo, a *Revista* constitui-se um grito de revolta contra o academismo, característica por ele atribuída à produção de Dom Aquino.

De acordo com Magalhães (2001) o projeto se mostrou “inexpressivo enquanto tal que, em 1940, D. Aquino lança a terceira edição de *Terra Natal*, em comemoração à marcha para o Oeste e não tece nenhuma referência aos modernistas de Mato Grosso” (p.127), no entanto, Almeida (2012), discorda de Magalhães ao compreender que a Revista representou uma fagulha, ao se oporem ao projeto literário, lançando as bases do projeto estético modernista em Mato Grosso.

A necessidade de reafirmar a identidade produzida para o Estado de Mato Grosso, durante as décadas de 1950 e 1960, traz também a busca por novos elementos que se distanciaram dos valores lançados nos primeiros anos do século XX.

Em razão das intensas ondas migratórias, sob os auspícios da política de Integração Nacional Varguista, a região sul-mato-grossense recebe uma guinada significativamente expressiva no plano econômico em virtude das transações econômicas entre São Paulo e Mato Grosso. A necessidade de autoafirmação da identidade mato-grossense a partir da “cuiabanidade” gerou até mesmo um “apagamento” de autores sul-mato-grossense de produções que partiam de Cuiabá, a exemplo de *“História da Literatura de Mato Grosso”* (1970) de Rubens de Mendonça lançado antes da divisão e já optou em não mencionar escritores da região sul do Estado que haviam lançado livros mesmo antes da divisão. De acordo com Mahon (2021), mesmo Lobivar Matos, sul-mato-grossense criticava duramente os “homens de letras” “nortistas”, ou seja, Cuiabá (p.107).

Concomitante a isso, o processo divisionista geopolítico ganha maior visibilidade e toma corpo nas discussões⁴³, concretizando-se na década de 1970. Neste mesmo período, um novo grupo de escritores mais alinhados com a atualização literária em voga no eixo Rio/São Paulo, tenta uma guinada na literatura mato-grossense. Assim, além de um aumento na quantidade de produções e escritores observa-se também um crescimento qualitativo na literatura mato-grossense e em razão de tantas transformações no plano político e social a retomada do movimento identitário e a necessidade de reafirmar a identidade mato-grossense.

Hilda Magalhães (2001) aponta alguns escritores representativos do período de 1950/60, como Wladimir Dias-Pino (1927-2018)⁴⁴, Silva Freire (1928- 1991)⁴⁵, Ricardo Guilherme Dicke. Tendo os dois primeiros criado as revistas *“O arauto da juvenília (1949)”* e *“Sarã”*

⁴³ De acordo com Cimó Queiroz (2005) o movimento divisionista possui sua gênese já em fins do século XIX nos movimentos rebeldes dos coronéis sulistas em relação ao domínio das oligarquias cuiabanas, ou “nortistas”.

⁴⁴ Tendo nascido no Rio de Janeiro, veio morar em Cuiabá aos 9 anos de idade, retorna ao Rio novamente para cursar Direito, onde dividiu casa com Silva Freire. De volta à Mato Grosso, em 1951 lança o movimento intensivista, logo retornando para o Rio de Janeiro vivendo lá por 20 anos onde participou da Primeira Semana de Arte Moderna Mato-Grossense. Mais tarde volta para Cuiabá e ingressa no quadro da Universidade Federal de Mato Grosso. Dada a sua grande expressividade, algumas pesquisas foram produzidas acerca de suas criações, dentre estes podemos apontar: *“Vanguardas poéticas em permanência: a revalidação de Wladimir Dias Pino e Silva Freire”* (2011), de Isaac Newton Ramos, *“A escritura do silêncio: Uma poética do olhar em Wladimir Dias Pino”* (1997) de Sérgio Dalate.

⁴⁵ Benedito Sant’Anna da Silva Freire nasceu em Mimoso, em 20 de setembro de 1928. Exerceu as profissões de advogado, professor da Universidade Federal de Mato Grosso, poeta e jornalista, ocupou a cadeira nº. 38 como membro da Academia Mato Grossense de letras. Publicou *Águas de Visitação* (1979), *Depois da lição de abstração* (1985, seu discurso de posse na Academia Mato-grossense de Letras), *Barroco Branco* (1989) e *Trilogia Cuiabana* (1991) – volumes I e II, além de poemas em vários jornais e revistas de Mato Grosso.

(1951), sendo importantes veículos de divulgação dos novos valores literários que surgiam em Mato Grosso no período mencionado.

Silva Freire em suas produções poéticas retratou um Mato Grosso diferente daquele construído na poética de D. Aquino. Enquanto o último tratava de um Mato Grosso de maneira ufanista, utópica, exaltando sua beleza geográfica, Silva Freire permeia as *simplicidades* do espaço, ao falar do homem, de elementos do cotidiano como a pesca e o garimpo. Conforme Magalhães (2014), há em Silva Freire um “projeto de representar o homem mato-grossense nas suas variadas nuances, na sua maneira simples de viver e conviver com o espaço geográfico” (p.154).

Em Silva Freire, o Estado será apresentado através das profissões, espaços produtivos, o extrativismo, o artesanato, a criação de gado, o garimpo, o cerrado. Amorim (2020) aponta que Silva Freire construiu Cuiabá emprestando dos conhecimentos indígenas suas origens, trazendo à cena de sua poética o conhecimento excluído pelos colonizadores que nas construções telúricas de Aquino são protagonizados pelos bandeirantes. Silva Freire coloca o indígena como protagonista para o surgimento de Cuiabá.

De fato, Benedito Sant’Anna da Silva Freire foi um dos nomes ao lado de Rubens de Mendonça, Dias-Pino que se lançaram contra os domínios academicistas de D. Aquino e Mesquita - o Movimento Intensivista - munidos do modernismo, criando revistas e vinculando publicações clamando por renovação literária. Mendonça, por exemplo, em 1951 publicou o poema “*Cuiabá*”, no qual percebemos uma “denúncia” da exploração sexual de mulheres indígenas pelos bandeirantes, a desconstrução do bandeirante aventureiro, desbravador se tornando o predador movido pela ambição. No entanto, o mesmo poeta, Silva Freire, diante dos fluxos migratórios das décadas seguintes a 1970 declarou: “Precisamos, após a ocupação física do território mato-grossense, promover a ocupação cultural” (Mahon, 2021, p.99). Silva Freire influenciado pelo movimento modernista, crítico do projeto que cunhou uma identidade mato-grossense com bases branca, elitista, ignorando massacres indígenas, a escravização de africanos e afro-descendentes, a destruição ambiental, a marginalização de populações sertanejas, trouxe para suas produções “questões” e sujeitos acerca de toda essa colonialidade que cerceou as produções memorialistas e parnasiana de moldes românticos. Nas análises de Mahon⁴⁶, o escritor nunca rompeu com o academicismo, embora fizesse parte dos movimentos de oposição e mantivesse apoio a Dias-Pino, de acordo com o pesquisador, Silva Freire “ainda

⁴⁶ *Ibid.* p.147-8

apresentava em sua força telúrica as amarras convencionais da tradição literária mato-grossense”.⁴⁷

Larissa Spinelli (2018) em sua tese de doutorado afirma que, Silva Freire permite pensar a partir de suas produções os efeitos do processo de colonização empreendido no Brasil e em Mato Grosso. Suas obras trazem os sujeitos desconsiderados, ignorados, tratam de espaços populares, ligados aos setores não brancos. Corroborando com essa assertiva, Mahon (2021) afirma que: “Talvez a maior resistência tenha sido de ordem etnográfica. Ao centrar a atenção nos tipos cuiabanos, inventariando aspectos populares, promovendo uma rotação temática” (p.150).

Mas foi esse mesmo Silva Freire quem tratou o migrante como um forasteiro, que conforme sua poética provocava uma “curra” nas terras mato-grossense e a identidade cuiabana, através do poema “*Rosa-das Rugas-do-Tempo*” (1991). Vemos neste sentido, a revitalização da cuiabanidade, elaborado por Aquino e Mesquita para tratar o sulista que chegava ao Mato Grosso a partir da década de 70.

Mas é com base em Spinelli (2018) que buscamos compreender tal postura de Silva Freire. A pesquisadora traz para sua análise o posicionamento político ideológico de esquerda de Silva Freire, para compreender suas produções entre as décadas de 1970 e 1990. Dessa forma, enquanto uma crítica à cultura modernizante, ao sistema latifundiário e capitalista devastador do meio ambiente e de populações nativas, o migrante nesse contexto é visto por Silva Freire enquanto o representante de todo esse processo de devastação e marginalização.

Outros autores situados no período de 1970 a 1990 e adentrando os anos 2000, com ampla produção voltada à crítica e engajamento social, mas sufocados no cenário letrado mato-grossense, diga este a Academia Mato-grossense de Letras, estão, Ricardo Guilherme Dicke, Marilza Ribeiro, o já mencionado Wladimir Dias-Pinto, Manoel de Barros, Pedro Casaldáliga e Lucinda Persona.

⁴⁷ *Ibid.* p.147

Ricardo Guilherme Dicke (1936-2008)⁴⁸, conforme indicam Luciana Soares e Kelcilene Rodrigues (2015) se fez nacionalmente reconhecido no universo literário, em 1968, quando recebeu o Prêmio Walmap⁴⁹ com a obra *Deus de Caim*, publicado no mesmo ano⁵⁰.

Uma das grandes contribuições em termos de pesquisa que se apresenta como importantes aportes para a compreensão das produções de Dicke remete a Gilvone Furtado Miguel, no seu trabalho de mestrado voltada ao enfoque sociológico presente na obra de Dicke, “*O entre-lugar das oposições no sertão: um estudo do romance Madona dos páramos*” (2001), e posteriormente de doutorado com o título “*O imaginário mato-grossense nos romances de Ricardo Guilherme Dicke*” (2007). Miguel (2007), analisa a construção simbólica acerca da região e do homem mato-grossense a partir das narrativas de ficção romanescas de Guilherme Dicke.

Soares e Grácia-Rodrigues (2015) afirmam que a linguagem utilizada por Dick em sua escrita é “densa, forte, quase agressiva. Em virtude dos temas turbulentos que permeiam suas obras, são poucos os que aventuram a analisar seus livros” (p.98-9), o que justifique os poucos estudos a cerca desse escritor, fato é que, os trabalhos levantados integram a área de estudos literários⁵¹.

Diante do processo de alterações socioculturais advindos do processo modernizador, visando exploração territorial, capitalização de riquezas naturais para a implantação e ampliação do comércio agropecuário no Brasil. Mato Grosso sofreu um novo impacto cultural

⁴⁸Ricardo Guilherme Dicke nasceu em Raizama distrito de Chapada dos Guimarães em 1936, falecendo em Cuiabá no ano de 2008, o pai era de nacionalidade alemã e veio fugitivo para Mato Grosso durante a Guerra do Paraguai, ao estabelecer em Raizama o pai torna-se garimpeiro. A mãe era brasileira, descendente de indígenas Bororos De acordo com Silva (), apesar de muitos enquadrar as obras de Guilherme Dicke enquanto literatura regional, suas produções ultrapassam essa fronteira, alcançando-se a literatura nacional, apesar do pouco reconhecimento mesmo em nível de Estado.

⁴⁹O Prêmio Walmap foi criado em 1964, pelo banqueiro José Luiz de Magalhães Lins e pelo escritor Antônio Olinto, para incentivar a divulgação de obras literárias. Na época, era considerado o mais importante do Brasil.

⁵⁰ Dicke possui outras obras também premiadas como: *Caieira* (1978), *Como o silêncio* (1968), *Madona dos Páramos* (1982), *Último Horizonte* (1988), *A Chave do abismo* (1989), *Cerimônia do esquecimento* (1995), *Conjunctio Oppositorum no Grande Sertão* (1999), *Rio Abaixo vaqueiros* (2000), *Toada do esquecido & Sinfonia Equestre* (2006), *O salário dos poetas* (2001).

⁵¹ Ainda assim encontramos várias produções, a maioria situada na área de Estudos de Linguagem e Estudos literários. Cf. A dissertação de mestrado de Teviani Rizzi Kölzer, “*O Universo Mítico-Simbólico em Os Semelhantes, de Ricardo Guilherme Dicke* (2017)”, Ederson Fernandes de Souza, “Imagens em estilhaços: toada do esquecido de Ricardo Guilherme Dicke” (2012- Dissertação), a pesquisa de mestrado de Max Francis Fernandes Cancillieri, “*A vozes sociais e o poder das personagens das novelas dickeanas*” (2011), o trabalho de mestrado de Everton Almeida Barbosa, “*A Transculturação na Narrativa de Ricardo Guilherme Dicke*” (2006) e sua tese de doutorado “*Narrador, Tempo e Memória em “Cerimonias do Esquecimento”, Ricardo Guilherme Dicke* (2014). Ainda trabalhos em áreas como Estudos de Cultura contemporânea como o de Anna Cristina Garcia e Silva, “*Memórias de um Ditador no romance O Salário dos Poetas, de Ricardo Guilherme Dicke*” (2017), O trabalho de Juliano Moreno Kersul de Carvalho, “*Do Sertão ao Litoral: a trajetória do escritor Ricardo Guilherme Dicke e a publicação do livro “Deus de Caim” na década de 1960*” (2005- dissertação de mestrado em História). Todos esses trabalhos foram identificados no banco de repertório da UFMT.

advindo do processo migratório. Dessa forma as narrativas produzidas por Dicke trazem o processo de transformação do estado, a migração sulista, a mão de obra oriunda do Nordeste. De acordo com Adriana Lins Precioso e Iouchabel Sarratchara de Fátima Falcão (2014), Dicke se apropria de “fontes míticas” em sua maioria de origem judaico-cristã e greco-romanos para reconstruir em suas narrativas a expansão urbana, a imposição capitalista, os conflitos rurais, o posicionamento do mato-grossense frente a “invasão da modernidade” (p. 136).

Esse Mato Grosso em Dicke é tomado por uma ambiguidade que os personagens são apresentados como *isolado*, *exilado* e *alienado* que não se traduz em falta de conhecimento, mas em sentimento de impotência diante das transformações provocadas pela globalização, expansão urbana perceptíveis em suas narrativas. Levando em consideração seu local de vivência ao longo de parte da vida, a exploração mineral do meio ambiente através do garimpo, Dicke pôde observar a “invasão” da “modernidade”, as transformações provocadas pelo processo de colonização do Estado, isso acreditamos refletir em suas produções. Em consonância com essa afirmativa, Falcão (2017), afirma que o “lugar” ocupado por Dicke o conferiu a característica de “agente transculturador”, uma vez que faz uso de elementos que o cercam para produzir uma “leitura própria e única”.

Apesar de atualmente Dicke ter reconhecimento em nível nacional, Soares e Rodrigues (2015) nos levanta um questionamento importante, o fato de Ricardo Guilherme Dicke não integrar o rol de cânones da literatura brasileira, mesmo lhe constando várias premiações e ampla produção. Sem pretender adentrar essa questão, mas tomando como subsídio para respostas a outras indagações, concluímos que Guilherme Dicke só adquire notoriedade a partir das duas últimas décadas do século XX.

Essa questão pode ser melhor analisada a partir da pesquisa de Eduardo Mahon: “*A Literatura contemporânea em Mato Grosso*” (2021), que aponta o fato de Mato Grosso ter “adotado” um atraso estético na produção literária nas primeiras décadas do século XX. Esse atraso, segundo o autor, não deve ser compreendido em razão do distanciamento geográfico de Mato Grosso em relação aos “grandes centros”, Rio/ São Paulo, mas em função do domínio ideológico exercido por Dom Aquino. Contrário a qualquer outro movimento fora da estética romântica e a estilística parnasiana, o projeto “Aquino/ Mesquita” tratou de relegar à “marginalidade” todo e qualquer autor e obra que não contemplava o programa regionalista de amor à terra e cunho patriótico. Não sendo ao menos admitidos na Academia Mato-grossense de Letras.

Em razão disto, Lobivar Matos, Manoel de Barros, Ricardo Guilherme Dicke e Wladimir Dias-Pino, abordados anteriormente, “convenientemente” não obtiveram reconhecimento de

suas produções no período. De acordo com Mahon (2021), tais autores só entram no centro dos debates literários, a partir de estudos sistematizados pela Universidade Federal de Mato Grosso, que “trouxe” tais autores para o centro das análises acadêmicas e debates literários, realizando o levantamento de fontes e obras ligadas a estes. Desse modo, mesmo tendo trazido os pressupostos do movimento modernista que já dominavam os debates e produções em São Paulo e Rio de Janeiro e Minas Gerais, como “a marginalidade urbana retratada por Lobivar Mattos, o banditismo mítico-sertanejo abordado por Dicke, a exclusão social pontuada por Tereza Albues, o imaginário pantaneiro de Manoel de Barros e a poesia visual de Wladimir Dias-Pino⁵²”, ainda assim estariam no “mesmo espaço que vários outros autores esquecidos ou apagados”.

Tendo abordado estes pressupostos, é possível compreender a produção de Maria Arruda Mullher, elencada no início do capítulo. Mesmo havendo ampla produção nível acadêmico a partir da UFMT nos anos que seguem da sua criação em 1970, conforme apontamentos já realizados no primeiro capítulo, o discurso histórico fundacional em torno do bandeirante desbravador e antecedente dos mato-grossenses, o contato romantizado entre conquistador e conquistado ainda predominava no centro produtor e irradiador de produção literária, a Academia Mato-grossense de Letras, consequentemente a literatura que circulava em Mato Grosso, difundida tais representações.

Como parte importante dessa literatura de engajamento social, não podemos deixar de mencionar o poeta Dom Pedro Casaldáliga Plá (1928-2020). Natural da Espanha, veio para o Brasil em 1968, durante o período de ditadura civil-militar, passando a atuar em prol da defesa dos direitos humanos, em 1971 foi ordenado bispo em São Félix do Araguaia, região onde passou a promover ações humanitárias, em defesa de indígenas, camponeses pobres que viviam na região do Araguaia, povo compreendido como vítimas do processo de espoliação provocado pela usurpação da natureza para fins econômicos e políticos.

A década de 1970 é marcada pela divisão do estado de Mato Grosso, assim como também a política de incentivo e apoio às atividades agropecuárias, através de programas de colonização promovidos pelo Governo Federal, que acabaram promovendo grande fluxo migratório de sulistas para o Estado. Essa política de financiamento direcionada principalmente aos empresários e aos latifundiários provocou o empobrecimento de inúmeros pequenos proprietários, que se vendo em situação de miséria, se tornaram mão de obra ou migraram para

⁵² *Ibid.* p.23-4

outras partes do território mato-grossense. Em meio a todo esse cenário, os conflitos agrários se intensificam, tornando-se mais fortes nas décadas seguintes.

Dessa forma, a poética de D. Pedro Casaldáliga se insere num contexto marcado pelo poder econômico e político que se instaura na região do Araguaia, grupos ligados ao governo federal, que deveriam garantir a expansão agropecuária, oprimindo, perseguindo, marginalizando e usando de violência contra indígenas e camponeses. Através de seus versos, Casaldáliga clama por justiça, pela igualdade de acesso à terra, traz as tensões presentes em um Estado que envolto no discurso de progresso e desenvolvimento favorecia o crescimento de uma elite agrária, o crescimento do capital econômico na região do Araguaia em detrimento da opressão e exclusão daqueles que não integravam esse quadro, além de bloquear qualquer tentativa de reforma agrária.

O processo de colonização dirigido pelo regime civil-militar foi amplamente marcado pela violência. De um lado, o governo buscou assegurar a ocupação das “fronteiras vazias”, por outro favorecia em vias estaduais e federais a constituição de empresas colonizadoras e cooperativas, que favoreciam a migração de um tipo considerado “ideal”, os agricultores da região sul do Brasil que já possuíam capital para investir, nas áreas. Assim, a apropriação de terras originalmente ocupadas por indígenas e camponeses são adquiridas através da “posse jurídica”, colonos ou indígenas que não possuem títulos sobre essa terra são expulsos e quando resistem, incomodam são eliminados. Esse Mato Grosso, vai aparecer na literatura produzida por Casaldáliga, um Estado onde os conflitos entre posseiros, retirantes, indígenas Xavante, Karajá, Tapirapé e latifundiários tecem um cenário de violência, massacre e destruição ambiental.

Casaldáliga produziu várias obras⁵³, enquanto representante da Teologia da libertação, suas obras, conforme Magalhães (2001) se sustentam sobre dois pilares, religião e política, a poesia é a forma de resistência utilizada como mecanismo para conscientizar o povo, denunciar as atrocidades cometidas pelo poder econômico e político, além de afirmar o compromisso da Igreja em socorro aos “desfavorecidos”.

Olga Maria Castrillon Mendes (2014), ao tecer algumas considerações comparativas entre Dom Aquino e Dom Pedro Casaldáliga, nos demonstra como a “terra” é “construída” pela

⁵³ *Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social* (1971), *Creio na justiça e na esperança* (1978), *Clamor continental* (1971), *Tierra nuestra libertad* (1971), *Cantigas menores* (1979), *A cuia de Gedeão* (1982), *Missa da terra sem males e Missa dos Quilombos*, *Em rebelde fidelidad*, *Com Deus no meio do povo*, *Nicarágua, combate e profecia*, *El tempo y la espera* (1986), *Encara avui respiro catalã*, *Al acecho del reino*, *El vuelo del Quetzal* (1988), *Cantares de la entera libertad* (1984), *Antologia retirante* (1978) e *Águas do tempo* (1989).

narrativa de ambos poetas e religiosos. Para D. Aquino, homem e natureza são tratados em sua forma heróica e imponente, a natureza é exaltada, o homem representa a opulência, conquistadores representam o progresso, “a luz civilizadora”, em Casaldáliga, a “figura histórica fundadora de cidades” de D. Aquino é o latifundiário movimento pelo capitalismo que destrói, que cala o sertanejo. O herói de Casaldáliga “é o homem que labuta na terra e tira dela o seu sustento, cuidando-se para não se deixar manipular, mas ao contrário, construir uma rede indevassável pelo coletivo popular”⁵⁴.

As produções de Casaldáliga, em razão deste ser um ativista das causas sociais, religioso ligado à Teoria da Libertação e um homem que assim como vários outros homens e mulheres naquele contexto de migração, não detentores de capital econômico remetem a outro Mato Grosso que não está “escrito” por Aquino/ Mesquita, uma vez que estes elegem a capital Cuiabá para suas produções.

Feito todo esse trajeto em apresentar Casaldáliga e Dicke, podemos compreender os motivos pelos quais a Geração Coxipó se inspirou para suas produções e movimentos.

Esse grupo de escritores, que se organizou a partir da Universidade Federal de Mato Grosso e circulavam pelo “Baixo Coxipó”, bairro cuiabano, se reunindo em bares iniciou suas ações já na segunda metade da década de 1980, entre estes, podemos citar: Luciene de Carvalho, Lucinda Persona, Gabriel de Mattos, Ivens Cuiabano Scaff, Marta Cocco e Aclyse de Mattos.

Para fins dessa análise empreendida aqui, o recorte que nos interessa é justamente a pauta que mobilizava as produções literárias desse grupo: a reação à migração sulista e a defesa do meio ambiente. Referindo-se ao fluxo migratório como “invasões bárbaras”, o grupo vai buscar pela literatura a afirmação da identidade cuiabana, retomando o conceito de cuiabania ou “cuiabanocentrismo” como forma de descaracterização da cultura exógena que promovia atentados culturais ao Estado e aos cuiabanos.

A expressão Geração Coxipó aparece inicialmente em 1986, durante a 10ª edição do Salão Jovem Arte em Cuiabá, momento que esses jovens intelectuais distribuíram um manifesto, “*Apelidar como quem roga praga*” que ironizava a reprodução dos padrões artísticos e estéticos regionais, reagia à chamada invasão e tudo que ela representava, além de manifestar o descontentamento, ou ressentimento pela divisão do Estado oficializada em 1979.

Somos, na medida em que se buscam novas particularidades, totalmente (com a proteção no Neguinho da Desavença), contra o caipirismo figurativo e caboclo que logotepeia (na medida de suas necessidades) essa merda de pacto Centro-Oeste.

⁵⁴ *Ibid.* p. 125

[...]

À adaptação da invenção bovina, Mato Grosso tem que opor a vocação amazônica de nossa gente.

[...]

Soltemos nosso esquadrão *Aedes aegypti* contra esses paus-rodados.

[...]

(Geração Coxipó, 1986, *apud* Mahon, 2021, p.158-9)

Mato Grosso neste momento, recebia outra grande onda migratória sulista, dessa forma, as produções vinculadas por estes escritores, mencionados acima, tratavam de, por um lado estigmatizar o “invasor”, de denunciar a expansão do agronegócio que desmatavam, mas por outro também afirma o que era ser mato-grossense. A afirmação da identidade cuiabana, estava ligada à referências aos valores inerentes à terra, utilizando o elemento “nossa gente como referência”, ao mesmo tempo o retorno do termo “pau-rodado”, identificando o migrante, o forasteiro, apontado por Mahon (2021) como o pior termo presente no repertório cuiabano para se referir à alguém.

Conforme o autor aponta, as produções literárias partiam de um sentimento de resistência:

“Trata-se de resistir”, como consta no manifesto. Resistir contra a invasão alienígena, contra o desmatamento florestal, contra a poluição dos rios e contra a exploração da mão de obra local. Resistir contra a grande empresa capitalista e seus ganhos exorbitantes, contra a descaracterização cultural imputada ao fluxo migratório, contra a imposição de uma visão sobre outra. Esse grito de resistência identificava o morticínio indígena, a devastação ambiental, tudo em razão da pecuária e, logo depois, do agronegócio em geral. A resistência também era dirigida lateralmente contra o empreguismo público, que subordinava os artistas e o sistema de avaliação em certames (p.157).

Assim, a retomada da “cuiabanidade” nos anos 1990 e adentrando 2000 partiu de um interesse em mostrar-se enquanto grupo dominante naquele “espaço” e ao mesmo tempo reivindicar e firmar-se enquanto o mato-grossense, visto que após a divisão do Estado, a disputa identitária se deu fortemente na busca por elementos que constituíssem uma identidade para ambos os Estados.

Tendo sido, conforme tratamos anteriormente aqui, criado pelos memorialistas e Mesquita cristalizado-o, como:

O cuiabano sempre foi de um largo espírito de hospitalidade, que mede meças ao tradicional acolhimento da gente montanhesa, e, além disso, de uma extrema tolerância. Quando, porém, ferido no seu pundonor, na sua hombridade, na pessoa de um de seus filhos diletos, levanta-se como um leão e reduz o agressor, pela força do ridículo, às mais grotescas proporções (Mesquita, 1978, p. 238-240 *apud* Mahon, 2021, p.92).

O conceito de cuiabanidade é retomada no contexto de fins do século XX, para expressar a identidade regional cuiabana ligada à elite, representante dos valores morais e “genuinamente” portadores da cultura regional, conforme podemos verificar nas palavras de Lenine Póvoas através de seu livro *Cuiabanidade* (1987). Póvoas recomenda aos migrantes sulistas a convivência com a “elite cuiabana” (p. 15 *apud* Mahon, 2021, p.104) e que se rendam à tradição cuiabana, deixem de lado o segregacionismo- hábito do paulistano- e se entrosam na sociedade⁵⁵.

Póvoas ainda enquadra os migrantes em dois grupos. O “forasteiro” que se integra à cidade cuiabana e vive se beneficiando da comunidade solidária e hospitaleira, ao mesmo tempo que compartilha das mesmas dificuldades e o “forasteiro” que possui um caráter “fraco e ambicioso” e veem para o Estado com uma intenção clara, investir contra a terra e o povo. D. Aquino ao escrever o poema “Paus rodados” fez a mesma distinção dos migrantes que chegavam no Estado.

Ainda como recurso de firmar a cuiabanidade como uma identidade puramente ligada aos mais “significativos” membros da sociedade, representantes da vida culta e moral, Póvoas irá atribuir o “linguajar cuiabano”, às camadas mais incultas, pois segundo este

[...] trata de uma expressão de empregadas domésticas e de ribeirinhos, completamente divorciada da cultura erudita da elite: “Desde criança, aprendi que esse falar carregado [é] apenas de uma parcela da população, da camada mais inculta do povo cuiabano” (op. cit., p. 17, *apud* Mahon, 2021, p.104).

Percebemos assim, que Póvoas se colocava entre aqueles considerados os cuiabanos, representante de uma identidade “genuinamente” e os demais, que se constituíam os ribeirinhos, empregadas domésticas, e porque não indígenas, afro-brasileiros eram os incultos, aqueles que não integravam a cuiabanidade. Ademais, o conceito sempre pretendeu, desde Aquino, Mesquita e Virgílio afastar os hábitos e manifestações desses sujeitos sociais, da identidade cuiabana, uma vez que estes representavam uma identidade marginal, periférica.

Neste ponto, observamos a diferença entre as produções que partiram do grupo “Geração Coxipó” e de Póvoas. Em razão destes já integrarem o que Eduardo Mahon (2021) chama de “topografia alternativa”, o nativismo, as manifestações culturais populares e indígenas, o “linguajar” permeado de expressões ligadas aos povos ribeirinhos, indígenas e afro integram suas produções, mesmo estas apresentando um caráter xenofóbico, uma hostilidade

⁵⁵ Póvoas 1987, p.16 *apud* Mahon, 2021, p.104.

letrada direcionada ao migrante. Indicado como um ser de terrível maldade, o migrante é visto como o “*capeta*” por Antônio Carlos Lima, no poema “*A peteca do capeta*”

Pra escapar do tédio
de um inferno pacato, de terno, sapato e capote,
o capeta catou seu pacote,
saiu de pinote e caiu
...logo em Cuiabá.
Chegou pra encarar, pra inquirir
e querer tocar fogo em tudo que já arde
aqui, no mundo e no País:
mato, barraco, índio, mendigo, juiz...
Mas o pobre-diabo logo entrou de tacape
na oca de uma cabocla louca de pacote
e não segurou a peteca:
deixou cair a munheca
antes de ralar a mandioca
e, sem molhar a minhoca,
capotou e empacotou
com o calor de Cuiabá.
Bem feito! Quem foi que mandou
não tirar o capote, o sapato, o terno,
o tédio do inferno pacato, o pacote?

Através do poema de “*Toninho*”, é possível compreendermos como o migrante sulista é representado pela literatura da “Geração Coxipó”. Pejorativamente descrito como diabo, chega à capital vestido com roupas como “terno”, “sapato”, inapropriados para as altas temperaturas de Mato Grosso. Sendo esse “diabo” o empreendedor capitalista, que precisa derrubar, fazer queimadas, “tacar fogo em tudo”, mendigo, juiz, barraco, “índio”, uma referência aos embates entre os latifundiários a partir da expulsão, desapropriação e violência contra indígenas, sertanejos.

Mahon (2021) aponta que as pautas que mobilizaram as produções ao longo da década de 1980 em diante, denotando resistência foram:

- a) Contra a descaracterização cultural por ocasião dos fluxos migratórios;
- b) Contra as transformações urbanas no centro de Cuiabá;
- c) Contra a devastação ecológica no Cerrado;
- d) Contra o avanço do agronegócio ao Norte;
- e) Contra a debacle sociocultural da cuiabania (p.34).

Neste sentido, a literatura, foco de nossa abordagem, que buscava por “inovação” e romper com os pressupostos produzidos pelos academicistas e memorialistas, acabou por manter uma concepção de idealização étnica em torno dos homens e mulheres cuiabanos. Ao tratar o migrante enquanto um sujeito que estava destruindo o espaço, corrompendo as tradições, atentando contra a cultura e contra os cuiabanos, a produção da literatura buscou na “terra” os elementos necessários para construir essa identidade do espaço mato-grossense.

Sandra Jataí Pesavento (2000) ao refletir sobre a literatura romântica e como essa se imbuíu da tarefa de criar um imaginário social sobre o Brasil, nos permitem pensar na tarefa cumprida pela literatura mato-grossense a partir de D. Aquino e Mesquita. Com base em Pesavento (2000), podemos afirmar que a literatura através da narrativa ficcional reproduziu uma concepção romantizada da ação bandeirante, que enobreceu “homens” e o uso de armas, que tratou da mistura étnica como um processo que se deu em circunstâncias naturais e pacíficas, o que contribuiu para “enobrecer mais ainda a figura do branco dominador” (p.14), no caso do homem mato-grossense.

O projeto memorialista e literário desenvolvido em Mato Grosso, reforçaram os laços culturais conferindo um passado comum ao mato-grossense através de uma “tradição inventada” que compreendia Cuiabá como polo irradiador da verdadeira identidade mato-grossense.

Tomando as produções literárias como um sistema de ideias e imagens, produzidas no decorrer do século XX, estas conforme os pressupostos de Baczko (1985) sobre imaginário social, constituíram-se representações coletivas acerca do homem mato-grossense, que os mesmos produziram como forma de conferir sentido ao mundo, ou pelo menos ao mundo daquele grupo social do qual faziam parte. O imaginário social é compreendido por Baczko (1985) como um “local estratégico”, pois este constitui-se local privilegiado para que um grupo possa operar de forma a preservar, por meio de um sistema simbólico, o “lugar” que atribuem a si mesmo. Para tanto busca-se, assim como fizeram os escritores da então “Geração Coxipó”, produzir representações dos migrantes, por meio do imaginário, desvalorizando o outro, no caso do migrante.

CAPÍTULO III: POR UMA HISTÓRIA MATO-GROSSENSE PLURAL E DIVERSA: ANÁLISE DA OBRA BAOBÁ: A ÁRVORE DA VIDA

As obras de arte têm ressonância em todo o social. Elas são máquinas de produção de sentido e de significados. Elas funcionam proliferando o real, ultrapassando sua naturalização. São produtoras de uma dada sensibilidade e instauradoras de uma dada forma de ver e dizer a realidade (Albuquerque Jr., 2001, p. 41).

Em uma palestra proferida por Antonio Cândido (1988), o autor reflete acerca da literatura enquanto um direito fundamental que deveria se estender a todos e aponta a relevância desta para o desenvolvimento de nossa *humanidade*. Entendendo por “humanidade” nossa capacidade de reflexão em relação à complexidade que envolve a condição humana e seus desafios em busca de aperfeiçoamento, o “afinamento” das nossas emoções em relação ao outro e à sociedade na qual integramos. A literatura nesse viés teria uma função transformadora de organização dos pensamentos, interferindo em nossa produção de sentidos e significados. Nesse mesmo caminho, Albuquerque Jr. sugere o potencial deste objeto em influenciar nossa percepção em relação ao mundo que nos circunda, ao mesmo tempo em que mobiliza nossos sentimentos e interfere na forma como percebemos e atribuímos significados a nossas interações sociais, em como influencia nosso modo de falar e pensar o mundo. De fato, não podemos ignorar toda a sua “potencialidade” no que tange o âmbito educacional, não por acaso as narrativas ficcionais são historicamente empregadas com intuitos políticos para “moldar” imaginários.

A partir destes pressupostos, o presente capítulo se propõe trazer para a análise uma obra literária que tem como personagens centrais os sujeitos marginalizados ao longo de boa parte da produção literária de Mato-Grosso, como podemos verificar no capítulo anterior. Neste sentido, objetivamos aqui desenvolver uma análise da história de Mato Grosso a partir da obra *Baobá (2020): A árvore da vida* observando de que maneira a mesma apresenta determinados signos e personagens que estão contextualizados na História de Mato Grosso e as possibilidades de diálogos que podem ser estabelecidos entre a obra e o ensino de história ao abordar elementos da história mato-grossense associada à história e cultura afro-brasileira. Uma vez que a obra apontada acima parte de um lugar de produção que valoriza sujeitos históricos afro-escravizados que foram negligenciados e silenciados pelas fontes históricas incompletas sobre suas vidas, assim como diversos outros sujeitos como estes, vislumbramos fornecer elementos para uma história de cunho descolonial, porquanto esta centra-se em sujeitos negros silenciados

por um mecanismo de dominação imposto pelo colonizador voltado à manutenção da mesma e que reverbera até hoje em nossa sociedade.

Ainda que a resistência em tomar a literatura enquanto fonte histórica tenha sido superada com os novos estudos voltados ao imaginário, às sensibilidades, à compreensão e “[...] recuperação das formas de ver, sentir e expressar o real dos tempos passados” (Pesavento, 2006, p. 2), as fontes literárias ainda são timidamente exploradas em sala de aula por outras disciplinas que não a específica, a Literatura. Produzidos através de uma linguagem metafórica e alegórica, os textos ficcionais, como o proposto nesta pesquisa, são permeados por expressões, formas de agir e pensar, reveladores de representações e mesmo do simbólico. Capaz de emocionar, mobiliza a dimensão sensível dos leitores e fornecem ao pesquisador e leitor a possibilidade de acessar o universo cultural e social de um determinado grupo e período. Deste modo, utilizá-la em aulas de história permite compreender e estudar as sensibilidades de uma época, assim como também dos estudantes, da própria turma e sociedade na qual este se insere. A narrativa literária não deve ser compreendida unicamente como uma porta de acesso à verdade sobre o passado do qual este fala, mas torna possível vislumbrar a concepção de passado concebida naquele tempo em que o texto literário foi produzido.

Neste caminho, o professor (a) precisa ter evidente como ele irá empregar esse tipo de linguagem literária em suas aulas de modo a alcançar as sensibilidades dos estudantes e por meio desta trabalhar com o imaginário destes. Tomemos a obra *Baobá* (2020) como referência, ainda que o enredo trate de personagens históricos reais, o professor (a) deverá se atentar aos sentimentos dos estudantes, bem como o imaginário presente e a partir deste ponto abordar temas como preconceito e estereótipos atribuídos à população negra ao invés de buscar as “verdades” no texto, ou seja, o verdadeiro exercício é levantar os signos presentes na ficção e explorá-los com os estudantes.

Ainda tratando da utilização do texto literário no ensino de história, é importante que os estudantes compreendam que este corresponde a uma produção intencional, pois o artista ao produzir sua obra imprime nesta muito de sua posição social se orientando conforme os padrões de sua época, se inclinando a abordar determinados temas ou não. De outro lado, ao entrarmos em contato com a obra lhe atribuímos significados de acordo com as concepções e demandas de nosso tempo, que podem ou não corresponder aos pretendidos pelo autor.

Destarte, a partir do exposto acima, percebemos que uma obra para se realizar enquanto tal são necessários os elementos, autor e público. Cândido (2006) aponta que este sistema: autor, público e obra são indissolúveis. Dito de outro modo, se toda obra literária “[...] é uma evidência histórica objetivamente determinada” (Cardozo 2021, *apud* Chalhoub 1998), refletir sobre a

mesma, requer dialogar com o seu autor, tempo de produção e público, pois para Cândido⁵⁶, a obra somente está acabada quando “atua”, produz efeito sobre os leitores e são estes que vinculam o autor a sua obra.

3.1 Da posição do artista ao contexto político-social de produção da Obra

Toda obra artística requer a presença do criador, o artista. Portanto, analisar uma obra literária também demanda conhecer o autor desta e as ideias que o mesmo defende, uma vez que os elementos necessários para a criação de uma obra de arte partem do mesmo e de suas concepções. O autor, de acordo com Candido (2006) se orienta conforme os padrões de sua época, partindo de aspectos reais de seu tempo e lugar, todavia o exercício de análise deve levar em consideração alguns questionamentos como: a função social do artista, sua posição social e os limites de sua autonomia criadora (p.34).

Bruno Pinheiro Rodrigues é historiador e atualmente professor do Instituto de Geografia, História e Documentação (IGHD) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), mesma instituição onde concluiu seu curso de história, mestrado e doutorado. Suas pesquisas estão voltadas à análises acerca das insurreições urbanas, rotas de comércio escravista da costa africana até a fronteira oeste da América portuguesa, suicídio de escravos, contatos interétnicos entre negros fugidos e indígenas e formação de quilombo, nos territórios luso-brasileiro e espanhol.

Anterior às suas produções bibliográficas, Rodrigues integrou uma banda de rock com o nome Tiasques (2006-2011), exercendo as funções de vocalista, tecladista e produzindo letras com denúncias de corrupção, conforme o próprio Bruno declara ao anunciar o fim de sua banda. Além da banda musical, também fez parte de um grupo chamado Operação Cavalo de Tróia, que se auto denomina uma “fraternidade cultural”, apoiando e fomentando o rock em Cuiabá e valores transversais ao gênero musical tais como: “liberdade política, circulação e acessibilidade à produção cultural e científica e autonomia artística”, criado em 2007, além da realização de eventos culturais na capital, publicações virtuais sobre arte e cultura, o grupo também participava de debates acerca de políticas públicas.

No *blog* do grupo existem inúmeras publicações de autoria de Rodrigues que vão desde a divulgação de eventos e bandas a questionamentos de ordem política como a matéria: “*Onde foi parar o IPVA que pagamos?*”. Uma crítica acerca da situação das ruas cuiabanas descritas como “completa escuridão recheada de buracos meteóricos.”

⁵⁶ *Ibidem*

A obra *Baobá: a árvore da vida* (2020), é o primeiro romance do gênero narrativo do escritor, publicado no ano de 2020. Este, ainda possui outras obras publicadas, no entanto, são adaptações de sua pesquisa de mestrado, com o título: “*Paixão da Alma: suicídio de cativos em Cuiabá (1854-1888)*” publicado em 2018, e doutorado intitulado: “*Homens de Ferro, Mulheres de Pedra. O itinerário de resistências de africanos escravizados entre a África centro-ocidental e América espanhola. Fugas, formação de quilombos e conspirações urbanas (1720- 1809)*” publicado em 2019.

Sendo o autor de *Baobá* (2020) um historiador e pesquisador percebemos que, a narrativa literária de sua autoria está construída de acordo com as interlocuções produzidas em suas pesquisas acerca da história de afro-escravizados no contexto de África e América.

Considerando o contexto social de sua produção, *Baobá* (2020), conforme o autor aponta o texto foi escrito durante o período de isolamento social vivenciado pelo mundo todo em razão do contexto pandêmico provocado pelo Sars-cov-2 ou Covid-19⁵⁷. Em decorrência das desigualdades sociais produzidas pelas raízes racistas do Brasil homens e mulheres negras ficaram mais expostos e vulneráveis à pandemia. Uma vez que a população negra no Brasil representa a maioria dos trabalhadores informais, de serviço doméstico, comercial, da alimentação, transporte, entre outros que tiveram que se manter ativos durante a crise pandêmica, além do mais o acesso à saúde, água tratada e saneamento básico por parte deste grupo social foram outro fator que acabou por expor ainda mais a população negra ao Covid-19, conforme apontamentos de Emanuelle Goes, Dandara Ramos e Andrea Ferreira (2020). Destarte, o cenário produzido pela pandemia de Covid-19 acabou por tornar mais evidente, se é que já não estava, as condições desiguais determinadas pelo racismo e a ausência do Estado em criar políticas para a superação deste e das desigualdades produzidas por ele e que atingem as populações negras.

Ainda nesse mesmo contexto, outro acontecimento promoveu enormes impactos no cenário político do ano de 2020, tanto em escala mundial quanto em nosso país, desencadeando uma intensa mobilização social e midiática, assim como inúmeros protestos que denunciavam a violência policial racista e clamavam por “igualdade”. A morte de George Floyd, homem

⁵⁷ A Sars-cov-2 foi uma das maiores crises sanitárias em escala global do mundo moderno, o Covid-19 promoveu um sentimento de temor pela vida, além de desencadear inúmeras outras questões psicoemocionais, sociais e econômicas. O Brasil, no primeiro semestre de 2020 registrou altos índices de morte por Covid-19 que o fez ocupar o segundo lugar em número de óbitos e casos confirmados no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos gerando por sua vez uma grave crise de saúde pública que atingiu as esferas econômicas e políticas. Diante do exposto acima, estudos produzidos nesse viés evidenciaram que a população negra foram os mais atingidos pela pandemia tanto em relação à saúde quanto às condições econômicas.

negro, em 25 de maio de 2020, nos Estados Unidos vítima de uma abordagem policial que com força excessiva o asfixiou deitado no asfalto, se tornou mundialmente símbolo de vários protestos contra a violência e racismo sofridos por pessoas negras. Ainda que tenha ocorrido nos Estados Unidos, o fato desencadeou uma onda de manifestações contra o racismo institucionalizado, o lema *Black Lives Matter* (em português, Vidas Negras Importam) foi anunciado em escala global e assumiu contornos próprios em cada país. No Brasil, as manifestações foram acrescidas pelo assassinato do menino negro de 14 anos, João Pedro que morreu em 18 de maio, uma semana antes de George Floyd, após sua casa ser alvejada com mais de 70 tiros, em razão de uma troca de tiros entre policiais e traficantes no Rio de Janeiro. Ainda envolvendo casos de violência racial, a morte de João Alberto Silveira Freitas assassinado por seguranças da Rede Carrefour resultando em grande mobilização nas redes sociais e diversos protestos por todo o Brasil.

Cabe apontar ainda, que o Estado brasileiro já se via envolvido em um momento tenso decorrente das recomendações de isolamento social e medidas de higienização que não eram coerentes com as condições de “pobreza, trabalho precário, desemprego, trabalho informal, trabalho doméstico, encarceramento em massa” vivenciadas pelas camadas populares e negras no país, conforme indica Nilma Gomes (2020, p.197). Ademais, seguindo as reflexões de Gomes (2020) para quem o ano de 2020 correspondeu a uma exposição pública e sem constrangimentos do racismo através de discursos que retomam a ideia de democracia racial, mestiçagem e diversidade por parte do governo federal, outras manifestações também devem ser registradas, como as contrárias a posse do jornalista negro Sérgio Nascimento de Camargo como ministro da Fundação Cultural Palmares e as que cobravam dos setores judiciais o apuramento da morte da vereadora Marielle Franco, mulher negra, assassinada em 14 de março de 2018 no Rio de Janeiro e seguia sem esclarecimentos e punição aos autores do crime.

Gomes (2020), defende que o ano de 2020, no que tange o movimento negro e a população negra representou um tempo de grande incertezas, pois o que verificamos foram constantes ataques às instituições, aos conhecimentos e saberes, às conquistas obtidas pela população negra por parte do Governo de extrema-direita e seus apoiadores, como fez Sérgio Camargo que fez inúmeras declarações desqualificando a Fundação Palmares, o movimento negro e seus símbolos e revalorizando o papel da Princesa Isabel na abolição da escravidão (Lopes e Neves, 2022).

Conforme os apontamentos acima expostos, o ano de 2020 sinalizou para um ano de luta para a população negra e aqueles que defendem a igualdade e respeito às diversidades brasileiras. De acordo com Gomes (2020), foi um momento de “tomada de consciência”, para

a necessidade de “construção de uma solidariedade e de uma maior articulação entre as vítimas do racismo e das mais variadas desigualdades sociais” (p.363).

Retomando a discussão referente à produção de uma obra literária é relevante sempre observar como estes sofrem influência do meio social, não somente na construção do enredo como também na estrutura. Sendo a arte, independentemente de sua forma, um sistema simbólico de comunicação inter-humana, a obra literária nesta perspectiva apresenta expressões de realidades que estão enraizadas no próprio autor que a utiliza como canal de transmissão de suas aspirações individuais (Candido, 2006, p.35). Neste sentido, desde a escolha dos elementos para compor a capa e títulos, já temos indicativos da posição do artista, o que pressupõe uma interpretação desses elementos no contexto de uma análise acerca da obra.

Vale ressaltar ainda, que muito embora a obra literária tenha sido produzida e publicada em 2020, ela é fruto de uma longa pesquisa que estrutura a construção da obra, desde seus personagens, cenário e a construção do enredo.

3.2 Da Oba: *Baobá* (2020) seus signos e símbolos

A necessidade de atribuir forma e materialidade às ideias para que estas fiquem “impressas no imaginário dos homens deu origem as imagens. Inicialmente relacionada à condição de finitude, as imagens possuem a capacidade de se prolongar e permanecer no imaginário influenciando nossas emoções e sensibilidades, No entanto, em função de sua eficácia simbólica, as imagens se tornaram instrumentos potentes de propaganda política e controle de opinião pública.

Assumindo atualmente múltiplos sentidos, as imagens podem ser utilizadas para a *construção*, como também para a *desconstrução*, para afirmar e mesmo despertar o questionamento, denotando sua potencialidade em gerar conhecimentos acerca de múltiplos temas ao ser empregada em sala de aula. Considerando se tratar de uma pesquisa voltada à área de ensino de história, é necessário ressaltar que a utilização de uma obra literária demanda também considerar os elementos visuais, pois as imagens não devem ser tratadas apenas como ilustrações.

Se todas as escolhas são intencionais, iniciemos então observando os elementos externos, capa e título. A obra *Baobá: A árvore da vida* (2020) é integrada por uma capa que apresenta uma pintura da artista mato-grossense Gilda Portella. Conforme aponta Douglas Souza Angeli (2019), as imagens cumprem um papel invisível, independentemente de seu contexto e tempo de produção, apresentam a capacidade de dizer algo ao observador disposto a ouvir. Sua

característica de ser intemporal, torna a imagem um poderoso veículo de propaganda política. em razão de sua capacidade de sensibilização, de sedução e atração.

Assim é a obra de Portella que se apresenta na capa de *Baobá* (2020), seduz o expectador pela beleza de suas cores e representação. Luana Soares de Souza (2018) aponta que a negritude e a mulher negra são os temas mais recorrentes nas produções artísticas de Portella. A artista por sua vez, defende que sua opção por essas temáticas reflete seu posicionamento político, uma vez que traz uma parcela da população oprimida para a cena, para os salões de arte, galerias, “rompendo rótulos”, a artista aponta que:

[...] ao olharmos para as telas, vemos mulheres negras no status do belo, sendo que, as obras são levadas a espaço abertos, públicos, praças, bares-cafés e saguões de instituições até mesmo para quebrar esse paradigma de que o povo não gosta de arte e não sabe apreciar. Por outro lado, é também uma forma das mulheres negras anônimas se verem e reelaborarem a forma de auto percepção, melhorando o relacionamento consigo mesmas e com o mundo ao redor (Souza, 2018, p.219).

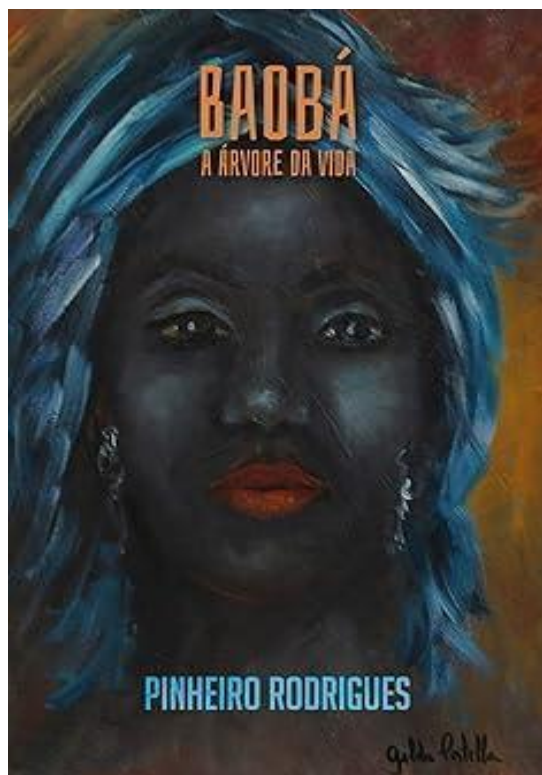
Percebemos dessa forma que, para além de retratar mulheres negras e romper com inúmeras questões reproduzidas em torno destas, Gilda Portella também procura empoderar mulheres negras, valorizando suas belezas, na intenção de que ao observarem suas obras se enxerguem, se “identifiquem e ressignifiquem suas vidas”⁵⁸.

A obra de Portella que ilustra a capa de “*Baobá (2020)*” chamada “Tereza” compõe um conjunto de telas com o mesmo título, cada uma com características físicas distintas, retratando a diversidade da beleza de mulheres afrodescendentes. A artista se diz inspirar em “mulheres negras anônimas da história brasileira e mato-grossense” para suas produções que celebram “a historicidade das mulheres representadas pela líder quilombola Tereza de Benguela”⁵⁹.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 220.

⁵⁹ *Ibidem*.

Figura 1: Capa da obra *Baobá: A árvore da vida* (2020)



Fonte: *Baobá: A árvore da vida*. Bruno Pinheiro Rodrigues, 2020.

Conforme podemos observar, a capa da *Obra* apresenta uma mulher negra retinta, seu olhar é firme como se estivesse encarando o leitor, transmite confiança e altivez, mantendo a cabeça erguida. Usando um turbante azul na cabeça que, conforme foi pincelado parece uma plumagem de pássaro, sua boca vermelha em destaque, remete ao estereótipo de poder atribuído ao batom vermelho, conferindo dignidade ao sujeito representado. Em nossa percepção, o autor pretendeu com a capa de sua obra trazer ao leitor uma Tereza, forte, que representasse a beleza da mulher negra, uma representação de mulher negra que transmite segurança, haja vista que Tereza de Benguela foi uma líder política e militar à frente de uma comunidade que conseguiu resistir por um considerável período, de 1730 a 1795, conforme apontam as fontes historiográficas. Uma mulher que inspira confiança e disciplina, certamente características essenciais para que Tereza conseguisse assegurar sua liberdade e daqueles que viviam sob sua proteção.

Historicamente as mulheres negras no Brasil sempre estiveram associadas à estereótipos referentes à sexualização e subalternização. Retomando a discussão empreendida no capítulo II desta pesquisa, temos o caso de *Corá* (1932), personagem de um dos contos de José de Mesquita retratada como uma mulher lascíva, capaz de seduzir o sogro, traiçoeira e perigosa como a própria serpente de mesmo nome. Essas características atribuídas à *Corá* por Mesquita

integram um lamentável capítulo da realidade brasileira, onde a mulher negra e seu corpo sofreram com a objetificação e sexualização. Com suas raízes fincadas pela colonização, tais estereótipos atribuídos à mulher negra é resultante de um processo de desvalorização estética e social. Dessa forma, ao pintar mulheres negras usando batom vermelho, turbantes, brincos e outros acessórios, Portella atua em um movimento de desconstrução necessário em torno de mulheres negras e seus corpos representando “[...] a beleza estética, cultural e espiritual desse universo feminino que, apesar de ter sido relegado, oprimido e ocultado, é particularmente múltiplo, diverso, rico, repleto de lutas, marcas, cicatrizes, alegre e cooperativo [...]” (Souza, 2018, p.220) contribuindo para a recomposição da identidade da mulher negra.

A escolha para a capa da obra, em nossa concepção, revela um posicionamento do autor ou enfrentamento dos discursos e concepções que se instituíram no Brasil ao longo de séculos. *Tereza* (Gilda Portella) desconstrói a imagem de mulher negra apenas como a subalternizada, vulgarizada, em situação de vulnerabilidade, pois expressa feminilidade, transmitida pela sua aparência, traços femininos, adornado com o turbante, característico da cultura afro. Seu olhar, expressa força, tal como Teresa de Benguela é descrita nos Anais de Vila Bela.

Cabe ainda ressaltar que a representação produzida por Portella não se compromete unicamente em retratar uma “Tereza” especificamente pelo fenótipo de mulheres negras, mas é uma leitura de sua personalidade, dos signos que temos no imaginário sobre Tereza de Benguela que são ressignificados em sua obra.

No bojo dessa discussão a respeito da simbologia de “*Tereza*”, no que permeia o enfrentamento de estereótipos negativos atribuídos às mulheres negras, identificamos no título da obra de Rodrigues outro símbolo de força e resistência presente no universo afro-brasileiro, a majestosa árvore baobá, que dá título ao livro.

Concebidos como testemunhas de tempos esquecidos pelos homens, o baobá é símbolo do continente africano e possui valores sociais muito importantes para milhares de aldeias africanas. Para os povos iorubás, por exemplo, os baobás representam a conexão entre o mundo sobrenatural e o mundo material, também nomeadas como “árvore do mundo”, possui uma simbologia que apresenta significados profundos atribuídos à ancestralidade africanas e afro-brasileira, no que tange principalmente à resistência e grandiosidade de África e de seu povo.

Nativa das regiões semiáridas de Madagascar, a árvore baobá⁶⁰ pode atingir cerca de 30 metros e viver até 5 mil anos. Em países como a exemplo do Senegal, o baobá é considerado a

⁶⁰ Com o nome científico *Adansonia digitata*, em regiões como Moçambique e Angola, o Baobá é conhecido como Imbondeiro ou Embondeiro. De acordo com Machado (2016), são conhecidas 8 espécies diferentes de baobá, 6 delas são originárias de Madagascar, 1 é originária das extensões subsaarianas e uma única espécie que não tem

árvore da vida, com grande capacidade de armazenamento de água, cerca de 120.000 mil litros, pode fornecer água em períodos de estiagem, bastando fazer um furo em seu tronco. Além de servir de alimento é base para remédios, óleo vegetal, corantes e quando morta, seu tronco se transforma em casa, prisão ou santuário, esta é a baobá que empresta o nome para dar título ao romance de Rodrigues.

Conforme aponta Elaine Cristina Moraes Santos (2020), o baobá apresenta uma carga simbólica por meio do qual pode-se interpretar a identidade social africana. Segundo a autora cada parte da árvore representa membros da comunidade, dessa forma as raízes representam os ancestrais, o tronco as crianças e jovens em crescimento que “precisam estar enraizados de maneira profunda nessa ancestralidade para sobreviver às variações do tempo e seguir em direção ao ápice de suas vidas (p.18)”. Os galhos, simbolizam o amadurecimento, que perdem as folhas para alimentar o solo, fortalecendo as raízes e retomando o ciclo.

Em decorrência de sua milenar longevidade, estas árvores são reverenciadas como guardiãs das tradições, ele testemunha tudo que se passa na comunidade ao longo de diversas gerações, o que as tornam referência na organização das relações sociais das comunidades conforme Sara Abreu da Mata Machado (2016, p.18) aponta. No entanto, após a dominação colonizadora promovida pelos portugueses, o baobá será utilizado também como recurso para reforçar o domínio europeu sobre os povos e suas crenças.

De acordo com Santos (2020), os europeus buscaram como estratégia de dominação a aproximação cultural dos povos nativos, por meio desta manobra tomaram conhecimento da dimensão simbólica, sagrada e ancestral do baobá que foi utilizada no processo de escravização dos povos africanos. Eram nos pés do baobá que homens, mulheres e crianças deveriam esquecer/ abandonar suas identidades e liberdade, através de um ritual de “desenraizamento”. Este ritual era realizado após os prisioneiros caminharem distâncias longínquas durante a noite para não encontrarem o caminho de volta em caso de fuga e antes de embarcarem nos navios para serem escravizados no Brasil. Antecedendo o momento de serem amontoados como objetos nos navios, mulheres deveriam dar sete voltas em torno do baobá e os homens nove voltas, deixando ali sua ancestralidade, suas raízes. Aos olhos do colonizador o ritual resultaria no completo “esquecimento”, daquele momento em diante, não se lembrariam quem foram, não recordariam de sua terra natal, de suas famílias, suas crenças, sentimentos.

Ecléa Bosi (2003) defende que, o vínculo com o passado é vital para a formação da identidade, dessa forma, ao realizar o ritual envolvendo o baobá, os comerciantes escravagistas

origem na África, sendo esta da Austrália. No Brasil é possível encontrar o baobá nos estados de Alagoas, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

buscavam retirar as raízes desses povos, destituindo-lhes de suas memórias e vínculos, promovendo o “desenraizamento identitário”. Ao destituir-se de suas raízes deixavam de pertencer a um grupo, a um lugar, perdendo seu referencial de pertencimento, tornando mais fácil subjugar-los. Deixando para trás também seus nomes, estes tornavam-se objetos, que mais tarde receberiam nomes cristãos que se relacionavam com seus compradores.

Rodrigues (2020) ao conceber “*Baobá: A árvore da vida*” traz para ao leitor a importância que a árvore assume no interior das sociedades africanas e consequentemente para os afro-escravizados. Conforme podemos perceber no trecho a seguir, onde o personagem Sebastião narra a relação dos homens e mulheres que foram tirados de África com o baobá

[...] em nossa terra ancestral [...] a quem a chame de embondeiro, renala, calabaceira..., mas eu prefiro mesmo é “baobá”. É a árvore mais bonita e útil [...] Elas também são as mais antigas, pois vivem milhares de anos e testemunharam a história desde o tempo da criação do mundo! De onde eu vim, depois que o homem branco chegou, ficou conhecida como “árvore do esquecimento” Depois que nos capturavam, nos obrigavam a dar várias voltas em torno dela para esquecermos quem éramos nós. Mal sabiam eles que esse “esquecimento” nunca sucederia, porque cada homem e mulher com ancestralidade na África sempre será uma semente que levará na alma a memória de todos que vieram antes dos nossos dias. Assim como as baobás, somos testemunhas do tempo desde as épocas mais remotas. Da mesma forma que as baobás carregam água em seu interior que permite a vida, carregamos sangue em nossas veias que jamais nos deixará esquecer quem somos” (Rodrigues, 2020a, p. 131-132)

Embora arrancados de suas tradições, famílias e sociedades, assim como uma árvore arrancada do solo, os povos africanos não deixaram para trás o baobá e sua significação. Santos (2020) aponta que, durante o desenvolvimento de sua pesquisa se deparou com relatos escritos de que na região do atual Senegal, pessoas embarcadas nos navios tumbeiros, carregavam consigo, escondidas nos cabelos, sementes do baobá, pois acreditavam que a ligação com suas ancestralidades estaria reestabelecida ao plantar sua árvore, mesmo tendo sido retirados de sua terra e cultura.

Maurício Waldman (2012) ao analisar o papel do baobá enquanto marcador socioespacial em diversas comunidades africanas aponta que em milhares de aldeias por toda a África, o baobá ocupa o centro do povoamento, dando a compreender seu papel conferido pela sociedade. Segundo Waldman “[...] o Baobá testemunha tudo o que de importante acontece na aldeia” (p.225), eixo da vida social, sob seus galhos se reúnem os anciãos, atuam e são sepultados os

*griots*⁶¹, os tradicionalistas⁶² se agrupam com a comunidade para compartilhar conhecimento e demais interações sociais. Em função de sua longevidade, conforme mencionado anteriormente, o baobá, ainda é “[...] o guardião de sentidos e significados endossados pelos povos da África, pelas suas sociedades e culturas, seus modos de ser, suas aspirações, expectativas de vida e religiosidade” (p.225).

Como detentora de grande sabedoria, o baobá aparece na obra de Rodrigues como um ser com capacidade de aconselhar aqueles que a ela recorrem ou para quem busca se manter conectado com seus ancestrais “[...] quem precisa de um conselho ou conexão com os ancestrais dirige-se diretamente à base do tronco da árvore. A baobá é a árvore da vida porque ela nos alimenta, escuta e aconselha” (Rodrigues, 2020a, p.134), denotando sua sabedoria ancestral.

Embora o colonizador compreendesse o indivíduo afro-escravizado como um objeto atribuindo-lhe um tratamento brutal, destituído de qualquer identidade e humanidade, podemos verificar que em diálogo com *Lukamba* (filho de Tereza e Sebastião), Sebastião narra o mito de criação do baobá, apresentando elementos referentes ao campo simbólico que este possui, bem como o peso que a “memória” tem para as sociedades africanas tradicionais.

Este pobre mundo sofrido em que vivemos precisa de mais respeito com os guardiões da nossa memória, pois o ser humano não é nada se não recorda dos caminhos que teve de percorrer para chegar onde chegou (Rodrigues, 2020a, p.134).

Sebastião por meio deste diálogo com *Lukamba* busca na estrutura do baobá a referência para tratar da importância do “enraizamento”, das referências ancestrais representados pela estrutura da árvore para os povos em África. A “memória”, no âmbito das sociedades africanas apresentam grande valor, envelhecer “[...] significava honrar e ser honrado por esses tesouros que permanecem escondidos e registrados dentro de cada um de nós” (Santos, 2020, p.19).

Transcendendo sua natureza física, o baobá é símbolo de resistência, sabedoria e identidade para as sociedades afro-brasileiras, acreditamos que Rodrigues ao trazer o baobá com toda sua simbologia para a ficção retoma os sentidos e significados desta árvore que é

⁶¹ Em países como Mali, Gâmbia, Guiné, Senegal, Fula, Hausá e entre os árabes da Mauritânia, os *griots* são os responsáveis por cuidar da tradição histórica de seu povo. Com maior predominância na África Ocidental, os *Griots* são considerados guardiões da memória coletiva e participam ativamente na transmissão intergeracional de conhecimentos culturais. Desempenham um papel fundamental na preservação da história oral, transmitindo conhecimentos, genealogias e tradições por meio de narrativas, música e poesia. Os *griots* representam uma conexão vital com a identidade cultural e histórica das comunidades africanas.

⁶² De acordo com Hampaté- Bâ (1980, *apud* Santos, 2020, p.18), “os grandes depositários da herança oral são os chamados tradicionalistas”. Conhecidos também como Doma ou Soma, que significa os “Conhecedores”, ou Donikeba, fazedores de conhecimento. Ainda conforme o autor, um *Griot*, “não é necessariamente um tradicionalista “conhecedor”, mas que pode tornar-se um, se for essa sua vocação” (Hampaté-BÂ, 1982, p.176)

símbolo da capacidade de ser imbatível, ativo, remetendo à africanidade e fonte de inspiração e de luta. Sentidos estes que perpassam o enredo da obra e conduzem as tramas dos personagens, a constante busca por liberdade, respeito e afirmação de uma rica herança cultural negada e estigmatizada na sociedade brasileira que consequentemente também esteve ausente dos currículos escolares até a sua obrigatoriedade com a criação da Lei 10.639/03.

Conforme Waldmam (2011), atualmente os baobás reaparecem em cena, nas sociedades africanas como símbolo de luta contra a extração predatória de recursos naturais, em movimentos defensores da não violação de territórios de populações tradicionais. No Brasil, a árvore se tornou fonte de inspiração ao povo afrodescendente na afirmação de sua identidade, na busca por liberdade de manifestar suas culturas que foi inferiorizada, negada, perseguida e que resiste apesar disto. Portanto, ao nomear a obra como *Baobá*, o autor está retomando todos esses signos de resistência, ancestralidade e identidade africana e com isto, reafirma o quanto de África existe na construção da cultura brasileira.

3.3 Os Personagens Tereza e Sebastião de Benguela: Resistência e liberdade.

O romance enquanto forma literária é caracterizado por uma narrativa ambientada em um determinado espaço e tempo e é a imaginação do autor a responsável em entrelaçar fatos ficcionais e “reais. Sem nenhum compromisso com a verdade científica ou com provas documentais, o romance histórico, tipo escolhido pelo autor, se apresenta como um recurso narrativo que permite a compreensão de determinados fatos históricos. Produzido com base em costumes e culturas de uma determinada época, neste os personagens vivem de acordo com o tempo que é narrado, os cenários, as organizações sociais são “construídas com base em documentos e dados históricos. Ao combinar elementos fictícios e históricos, como eventos, cenários, personagens, o romance histórico permite ao leitor mergulhar em um período específico do passado. Este gênero é capaz de oferecer uma combinação única de entretenimento e aprendizado histórico, ao mobilizar o imaginário de seus leitores.

O romance histórico pode também assumir uma função de denunciar a realidade social de uma determinada época apresentando sujeitos sociais, por exemplo, ignorados pela historiografia. De todo modo, um romance nos conta mais sobre seu tempo de produção do que revela sobre a própria narrativa.

Baobá: a árvore da vida (2020), é uma obra que, conforme o autor, pretende abordar sob outra perspectiva os sujeitos centrais envolvidos. A narrativa é construída em torno de dois personagens reais e históricos, Tereza de Benguela e Kinguri (nome que o autor utiliza para fazer referência à Sebastião de Benguela), ambos afro-escravizados, Sebastião ao que indica foi

capturado na região de Benguela, África e trazido como escravizados para o Brasil e depois para Mato Grosso, assim como inúmeros outros milhares de africanos. A ficção literária de Pinheiro Rodrigues entrelaça personagens, locais, eventos reais, fatos relacionados a história do Brasil e de Mato Grosso que podem ser encontrados em documentações produzidas por colonizadores.

Dividida em oito capítulos que tratam de momentos distintos da vida de cada personagem narrador, o enredo tem como ponto de partida o tempo presente dos personagens que vão detalhando momentos vivenciados e adentrando em suas memórias acerca do passado. As narrativas não seguem uma linearidade temporal, os capítulos se alternam entre Tereza e Sebastião informando ao leitor suas experiências no presente e a partir deste “visitando” o passado. Além do mais, os capítulos apresentam a trajetória de Tereza e Kinguri a partir do ponto de vista dos próprios personagens, ambos vão narrando suas respectivas histórias ao leitor, suas concepções, suas crenças, tristezas, paixões e principalmente a vontade de retomar a liberdade que lhes foi tirada.

Deste modo, a obra coloca o leitor na posição de contemplar determinados fatos a partir do olhar e dos sentimentos de Tereza e Sebastião. Este movimento, essa mobilização do imaginário e da sensibilidade não é possível lendo, por exemplo, os documentos históricos que fazem referências aos mesmos.

Em relação a isto, Rodrigues aponta que as duas principais fontes que abordam Tereza e Sebastião são documentos produzidos por agentes da escravidão. Dessa forma, através da narrativa literária ele buscou “tentar dizer alguma coisa que não está na fonte histórica”⁶³. De fato, em relação a Tereza de Benguela, as fontes conhecidas até o presente momento, que apresentam informações a respeito da mesma são: o relato do provedor da Fazenda, Filipe José Nogueira Coelho e o texto registrado nos Anais de Vila Bela de Santíssima Trindade tratando sobre a investida que pôs fim ao Quariterê no ano de 1770, com uma abordagem cheia de inconsistências em relação a mesma.

Atualmente Tereza de Benguela é símbolo de força e resistência, um dos mais significativos ligados aos debates em torno de questões que envolvem a valorização da história e culturas africana e afro-brasileira, além de impulsionar debates em torno das questões raciais e de mulheres negras. O nome de Tereza de Benguela é mencionado em diversos espaços,

⁶³ Entrevista concedida a Caroline Mesquita ao portal G1 MT. C.f. MESQUITA, Caroline. **Livro lançado por professor de MT no mês da Consciência Negra conta histórias de rainha de quilombo e de guerreiro africano**. 2020. G1 MT. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/11/26/livro-lancado-por-professor-de-mt-no-mes-da-consciencia-negra-conta-historias-de-rainha-de-quilombo-e-de-guerreiro-africano.ghml>. Acesso em: 20 mar. 2023.

livros, poemas, canções, eventos culturais, samba enredo, além do dia 25 de julho Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra instituída oficialmente pela Lei nº 12.987/2014 no Brasil em consonância com o Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-americana e Caribenha que refletem a carga simbólica representada por Tereza de Benguela que lutou contra a escravidão em favor da retomada de sua liberdade, ainda assim, Rodrigues (2020) afirma que poucos são os trabalhos nível acadêmico produzidos acerca de Tereza de Benguela.

Amplamente conhecido, o nome Tereza de Benguela também remete ao matriarcado exercido pela mesma à frente do maior quilombo conhecido nas terras que atualmente constitui o estado de Mato Grosso. O poder político exercido por Tereza a tornou, mesmo naquele período conhecida por sua simbologia conforme podemos perceber a partir das memórias produzidas por Filipe José Nogueira Coelho, provedor da Fazenda Real, que a compara às mitológicas *amazonas* e mesmo a famosa rainha egípcia, Cleópatra

(...) Quando foi presa esta Amazona parecia *Pestesilea furens, mediisque in milibus ardet*. E foi tal a paixão que tomou em se ver conduzir para esta Villa, que morreu enfurecida. Imitou no animo a grande Cleopatra, que antes quiz a morte do que entrar no triumpho em Roma. Presou mais a vida Zenobia, rainha dos Palmyros, que entrou n'aquella cidade em cadeas de ouro (...) (Coelho 1850, p. 1822 *apud*, Rodrigues, 2020, p.503-504).

Rodrigues (2022) aponta que, tais comparações de Tereza estabelecidas por Filipe José Nogueira Coelho não eram comumente feitas à lideranças quilombolas daquele período na história.

No capítulo anterior, vimos que nas produções memorialistas mato-grossenses produzidas entre as primeiras décadas do século XX, os afrodescendentes, indígenas e migrantes foram estigmatizados, excluídos, ridicularizados, e analisados conforme as bases da teoria evolucionista que concebia o indígena e negros enquanto mais próximos aos “animais” e o homem branco como o civilizado, evoluído e moderno. Em específico, em produções de José de Mesquita, homens e mulheres afro-brasileiros são retratados como indivíduos vulgares, propícios aos vícios carnavais e do álcool. No entanto, ao tratar de Tereza em *Epopeia mato-grossense* (1930) não deixa de mencionar sua bravura. Conforme podemos vislumbrar no trecho a seguir:

[...]
 Não Teresa, porém, que, esmagada e ferida,
 Prefere a morte ao jugo e mostra, intemerada,
 Que é a liberdade só que dá valor à vida
 (Mesquita, 1930, p. 320, *apud*, Souza Pinto, 2006, p. 57).

Ainda que Mesquita a mencione como uma “tirana” à frente do reinado do Quariterê, o escritor não deixa de reconhecer a “força” que o quilombo tinha, ao tratá-lo como “*quilombo afamado*”, nem nega a luta e coragem de Tereza.

Em relação a Sebastião, também protagonista de “*Baobá*” (2020), é mencionado pela documentação por coragem e bravura com que lutou pela vida. O escravizado Sebastião, proveniente da região de Benguela, África, era conduzido juntamente com um grupo de escravizados em 1733, por uma monção que totalizava 50 canoas lideradas por Jozé Cardoso Pimentel. Porém, um ataque surpresa de indígenas Payaguás pôs fim a viagem e vida de inúmeros viajantes. No entanto, segundo testemunhas, Sebastião resistiu lutando e aplicando golpes contra os indígenas, o relatos dos sobreviventes, quatro ao todo, narravam que:

(...) Achou se no mesmo conflito hum negro por nome Sebastião de nação Benguella corpulento, e forçozo, peleiou este primeiro de sua canoa com hum varejão com tanta vantagem, que cada bordoada, que com elle dava, era hum inimigo morto e vendo que na canoa não esgremia a seo gosto, saltou para o campo, aonde deo que fazer a turba, que toda cahio sobre elle para o prenderem, e não matar, e querendo-o amarrar sacaram lhe o varejão das mãos, porem elle avanssando abraços, a hum arancou a lingua, e a outro torsseo o pescosso, que lhe pós a cara para as costas, thé que a sugeitarão, e levarão vivo com toda a mais companhia, sem que escapassem mais que quatro pessoaz, que por terra trouserão a noticia (Suzuki, 2007, p.67).

Rodrigues (2015) aponta que Sebastião impressiona pelo seu preparo militar, sabendo aplicar golpes de luta, sua rapidez em se defender num embate corpo a corpo e mesmo com arma. Tais características de Sebastião, conforme dispõe o autor, é um grande indício de que tenha sido feito prisioneiro no sertão de Benguela, entre os povos Ovimbundus e Imbangalas. O destino de Sebastião é desconhecido, não é possível afirmar que tenha morrido durante o enfrentamento, se foi comercializado pelos Payaguás, prática comum entre essa etnia durante o período colonial, ou mesmo incorporado na sociedade indígena, fato é que, no documento que menciona a bravura de Sebastião e luta pela vida não traz nenhum outro registro acerca do escravizado.

Como vimos, os personagens escolhidos por Rodrigues para construir seu romance são sujeitos vítimas do tráfico humano e diáspora forçada que destituiu homens, mulheres e crianças de suas dignidades enquanto seres humanos ao submetê-los à violências múltiplas. O autor afirma que seu objetivo em escrever *Baobá* (2020) é trazer para ao conhecimento elementos referentes à história e culturas africanas sob uma perspectiva mais positiva, uma vez que “grande parte das referências sobre a história afro-brasileira estão vinculadas ao processo escravista e estereótipos negativos. Sua pretensão era uma produção literária voltada ao público

de ensino médio ou quem está se formando e possui poucas referências sobre a história da África e afro-brasileira.

Levando em consideração que um texto literário são documentos históricos e culturais produzidos, conforme já reforçamos, a partir do contexto do tempo presente do escritor. Desse modo, observamos que as questões que envolvem o ensino de história e cultura e africanas e afro-brasileiras ainda são bem sensíveis. Conforme percebemos anteriormente ao tratar do contexto histórico envolvendo o ano de 2020, o racismo, a intolerância religiosa principalmente em relação as religiões de matriz afro, a resistência da própria comunidade escolar frente às temáticas inerente ao assunto é muito recorrente no contexto atual.

Infelizmente ainda hoje, verificamos que um considerável número de adolescentes e jovens que ainda apresentam percepções negativas, estereotipadas em relação à história e cultura africanas e afro-brasileiras. Dessa forma, observamos a necessidade de descolonizar o conhecimento, questionando as estruturas epistêmicas dominantes e reconhecendo outras formas de conhecimento marginalizadas pelo sistema colonial imposto até mesmo ao sistema educacional. Colaborando com essa questão, Rodrigues (2020) aponta que os estudantes da educação básica estão em maior contato com conhecimentos relacionados à história da Europa e muito pouco com as histórias e culturas africanas e afro-brasileira. Os jovens sentem mais fascínio ao estudar elementos referentes à Europa Medieval, por exemplo, do que a história de África e mesmo a brasileira. Isso se deve em certa medida ao que Vera Candau e Luiz Fernandes de Oliveira (2010) apontam como uma das ações da colonialidade que atinge entre outros níveis as Ciências Humanas que “legitimadas pelo Estado, cumpriram papel fundamental na invenção do outro” (p.20) e na criação da ideia de progresso que estabeleceu uma linha temporal onde a Europa aparecia como superior. Essa “colonialidade do saber”, compreendido enquanto repreensão de outras formas de produção de conhecimentos não-europeus produz a concepção de superioridade em torno da cultura e conhecimento europeus relegando os demais a condição de subalternidade.

A colonialidade ainda opera criando uma espécie de fetiche cultural produzido pelo próprio europeu em torno de sua cultura, estimulando os sujeitos não europeus a naturalizarem e aspirarem a cultura e história europeia, tornando o eurocentrismo a perspectiva cognitiva também dos indivíduos educados sob a hegemonia do imaginário europeu (Candau e Oliveira, 2010, p.19).

Retomando o personagem Sebastião (Kinguri), este reforça que, ao contrário da percepção que vigorou nas abordagens por séculos que representavam homens e mulheres

africanos trazidos para a América na condição de escravizados como submissos e mão-de-obra, estes eram pessoas com conhecimentos, preparação militar como o caso de Sebastião.

Conforme apresentamos no capítulo II deste trabalho, as produções literárias da primeira parte do século XX produziram uma concepção do legítimo mato-grossense vinculado à ideia de “cuiabania”, ou seja, ser mato-grossense correspondia de acordo com os moldes propostos ser cuiabano e portador de todos os elementos necessários, como a descendência bandeirante. Neste contexto, a obra literária de Rodrigues (2020a) se apresenta como um contraponto a esta concepção, principalmente por não produzir uma narrativa centrada em Cuiabá, mas trazendo para o foco de sua trama, a região do Vale do Guaporé, Vila Bela da Santíssima Trindade, abandonada após a transferência da capital do Estado para Cuiabá em 1835. Região que, no contexto das produções literárias apresentadas no capítulo anterior não poderia ser incluída na identidade mato-grossense, primeiro por estar fora do centro irradiador de cultura, Cuiabá. Segundo, em decorrência de apresentar uma população majoritariamente afrodescendente e ser palco de conflitos entre migrantes e moradores locais por posse de terra durante o processo de interiorização, século XX que promoveu ocupações ilegais de terras com uso da violência. Em outras palavras, a região do Guaporé naquele contexto representava tudo que os mato-grossenses pretendiam excluir do projeto identitário: população negra e indígena e palco de violência.

O romance inicia com Kinguri (Sebastião) narrando seu desembarque após cruzar o oceano Atlântico em 1730, o personagem descreve o momento em que recebe o nome cristão como um *renascimento*. Observando que desde o momento que eram capturados em África, a travessia, a chegada e vivência em terras da América portuguesa, estes homens e mulheres estavam se recriando na busca por sobrevivência. Suas experiências cotidianas atreladas as trazidas de África lhes possibilitaram identificar brechas e utilizá-las como forma de resistência, como o caso dos quilombos que trataremos posteriormente.

Retomando a obra, na sequência Sebastião trata, da fome, do frio, da falta de higiene e a forma como eram tratados após permanecerem amontoados por meses em um navio sem as devidas condições de sobrevivência e higiene necessárias a um ser humano. De acordo com o próprio Rodrigues (2015) após desembarcarem no Rio de Janeiro os dias que se seguiam eram decisivos para a vida dos afro-escravizados que aqui, em terras brasileiras aportavam. Durante aquele período no *Valongo*, tendo sobrevivido, uma vez que as condições não favoreciam, “seria determinado a quem serviriam e qual trabalho realizariam” (p.157). *Kinguri* descreve brevemente a rotina no *Valongo*,

“[...] colocaram-nos no centro do pátio da grande casa, jogaram água em nossos corpos, novos farrapos de roupa, um pouco de comida, água e novamente o quarto escuro e quente. Essa seria a nossa infeliz rotina durante intermináveis sete dias e noites (Rodrigues, 2020a, p. 9)

Segundo Tânia Andrade Lima, Glaucia Malerba Sena e Marcos André Torres de Souza (2016), após passarem pela contagem e inspeção dos oficiais da Saúde, em decorrência das doenças contagiosas que podiam desenvolver durante as longas viagens, os escravizados eram conduzidos para a quarentena. Durante esse período seriam preparados para a venda, receberiam banho, raspariam cabelos e barba, se estivessem muitos magros, seriam alimentados até que apresentassem uma aparência favorável. Encerrado os preparativos para a venda, eram expostos no *Valongo*, considerado o maior mercado de escravizados na América portuguesa.

A porta abriu e, novamente, a repetição da sequência que já durava dias: água, pedaços miseráveis de pão e bofetadas. Mas, naquele dia, ao contrário do confinamento, o destino foi diferente: depois de acorrentados, fomos levados a uma grande casa, e outro cenário se descortinou. Entre palavras aqui e acolá e depois de muito refletir, conclui que aquele lugar fosse o assombroso *Valongo*, o maior mercado de escravos do mundo (Rodrigues, 2020a, p. 14).

Simone Vassallo e André Cicalo (2015) indicam que o Cais do Valongo tenha recebido ao menos “meio milhão” de escravizados no período entre fins do século XVIII até o ano de 1831, ano que o tráfico negreiro transatlântico foi formalmente proibido, no entanto, o Cais continuou comercializando “pessoas” até 1843.

Tendo perdido a condição “humana”, engolida pelo projeto colonizador, os escravizados eram exibidos como objetos à venda ao lado de produtos como verduras, frutas e animais. Homens e mulheres frequentemente nus, eram expostos “[...] nos pátios das casas comerciais – sentados em bancos ou agachados –, acorrentados pelas ruas e anunciados de porta em porta ou levados à praça popular ou mercado [...]” (Rodrigues, 2015, pg. 157). Todo esse tratamento dispendido aos cativos pode ser identificado no trecho que a seguir;

A espera do destino incerto é impiedosa. Talvez seja o pior dos males a um caminhante solitário sedento do ar da liberdade. Mesmo diante de momentos turbulentos nos quais não encontramos míseros estímulos para prosseguir... é preciso que nos agarremos a fios de esperança” (Rodrigues, 2020a, p.09).

De acordo com o expresso no trecho anterior, a retomada da condição de “ser livre” é um dos apoios que Sebastião recorre constantemente diante da situação em que se encontravam, mantendo-o sempre em busca de oportunidades para conquistar a autonomia de sua vida.

A perna havia sido perfurada por um tiro de mosquete enquanto tentava fugir.

Ele apertou com um sorriso perverso...e quanto a mim, segurava com tanta força a voz, as lágrimas e grito, que senti o mundo escurecer. Só perderia a minha liberdade e dignidade se elas fosse, arrancadas⁶⁴.

Da mesma forma, Tereza também se apoia na liberdade para resistir a dor e violência causadas pelo projeto colonial. Neste sentido, verificamos que a “liberdade” é um dos principais pilares que o autor recorre para construir o enredo de *Baobá* (2020).

Manter-se vivo em um ambiente extremamente hostil e violento exigia se apegar a uma ideia, a de se livrar dos laços do cativeiro e lutar para viver com autonomia em relação as suas vidas. Neste sentido, as formas de resistência que estes homens e mulheres praticaram perpassam o desejo de retomada da liberdade, pois, mais que uma reação contra a violência, homens e mulheres procuraram, dentro da nova conjuntura organizar suas vidas e se recriarem, uma vez que suas identidades de origem haviam sido transformadas pelo mecanismo do tráfico.

[...] após longos preparativos, a monção finalmente partiu ao derradeiro destino, as famosas minas de Cuiabá. Naquela época, esse tipo de viagem era comum no novo mundo. Para muitas pessoas, representavam um verdadeiro recomeço da vida e, mesmo para nós, que seguíamos escravizados poderia ao menos representar maiores chances de romper os grilhões (Rodrigues, 2020a, p.33).

Conforme a narrativa de Sebastião, alcançar o destino final, sinalizava para uma melhor chance de lutar pela liberdade, uma vez que não estariam acorrentados o todo tempo e, a depender das características do “local”, teriam uma geografia favorável à fugas. Esse nos parece ser o caso de Mato Grosso, que ainda apresentava vastas áreas de matas densas, sem ocupação em nome da coroa portuguesa, tais aspectos tornaram possíveis não somente as fugas de cativos, mas também a formação de inúmeros quilombos, como é o caso do Quariterê.

A sobrevivência para estes homens e mulheres até alcançar o destino final diante da violência e maus tratos, dos inúmeros perigos que os cercavam como uma diversidade de doenças tropicais, ataques indígenas, o próprio fato de estarem fracos e saúde debilitada eram outro obstáculo imposto pelo colonizador aos debilitados. Inúmeras vezes, africanos escravizados perdiam a vida durante o próprio trajeto a ser percorrido até o atual estado mato-grossense. O viajante Hercules Florence, que esteve em expedição pelo Brasil entre os anos de 1825 e 1829, por exemplo, ao detalhar sua viagem que iniciara no Rio de Janeiro até Santos e então rumar às minas de Cuiabá, dá conta de 65 escravizados recém desembarcados de navios negreiros que seriam trazidos à Capitania de Mato Grosso. O viajante afirma que:

⁶⁴ *Ibidem*, p.17

(...) além das cargas e da bagagem nossa que levava, transportava 65 escravos, negros e negras, recentemente introduzidos d'África e todos cobertos duma sarna, adquirida na viagem, que, exalando grande fétido, poderia nos ter sido nociva, caso durasse mais o contato a que ficamos obrigados [...] (Florence, 2007, p. 1, *apud* Rodrigues, 2020b, p.56).

As minas de Cuiabá e Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade) exigiam desses seres humanos já acometidos por diferentes males uma jornada contra a própria morte, que por vezes não era vencida. Florence ainda menciona em outro trecho de seu relato um grupo de escravizados que eram conduzidos à Serra Acima, atual município de Chapada dos Guimarães e que teriam sucumbido;

(...) Um homem que conduzia seis ou sete escravos recém-chegados da África, meio nus e coberto ainda da sarna que esses desgraçados apanham na viagem marítima, foi surpreendido por um desses nevoeiros no seguir estrada que ele não conhecia bem. Perdeu-se e achou-se no meio dos campos, sem ver nada diante de si e sem saber onde estava. Os negros passaram a noite tolhidos de frio e no dia seguinte estavam tão inanimados e tesos, que o negociante, supondo-os mortos e não podendo mais consigo, montou o cavalo e começou a vagar ao acaso. Andou todo o dia, indo e voltando sobre seus passos. À tarde o tempo clareou e foi o que o salvou, porque viu um sítio e lá chegou mais morto do que vivo e já sem fala. Desceram-no do cavalo, aqueceram-lhe os membros gelados, deram-lhe um caldo de galinha, e pouco a pouco foi voltando a si. Havia dia e meio que nada comera. Foram à procura dos negros e os encontraram sem vida no lugar onde o negociante os deixara (Florence, 2007, p.146-147 *apud* Rodrigues, 2020b, p.59).

Ao discutir a instituição escravista que se montou no território que atualmente corresponde ao estado de Mato Grosso, Rodrigues (2015, p.173) aponta que esta deve ser compreendida a partir de suas especificidades que se constituíram a partir de cada região. Entre essas características apresentadas estão: “a organização socioeconômica, localização geográfica e a proveniência étnica da população escravizada”, outro fator de grande importância, porém pouco explorada por pesquisas, a trajetória percorrida até o destino final.

A cada mês, chegavam embarcações de todos os cantos, trazendo gente branca e muitos irmãos africanos destinados a amargar os dissabores da escravidão. Eu, na visão deles, era só mais um que logo pereceria na extração do ouro ou diamantes (Rodrigues, 2020a, p.121).

O percurso realizado pelos escravizados até as minas mato-grossenses eram realizados de três formas. Primeiro, através das monções, que partiam do Rio de Janeiro até o porto de Santos, de lá partiam do rio Tietê, adentrando as bacias hidrográficas do Paraná e Paraguai. Segundo, pela rota fluvial dos rios Madeira-Mamoré- Guaporé que inaugurou como via de navegação a

partir da criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755-1777) e a terceira, uma rota terrestre que ligava as minas de Cuiabá à Capitania de Goiás, criado por volta de 1730, esta via conectava Mato Grosso a outros núcleos de povoamento da América portuguesa e em particular a capital Salvador. Diante dos vários obstáculos registrados por viajantes, como a exemplo de Hércules Florence junto à expedição Langsdorff, o período para realizá-la poderia levar de três a nove meses, variando conforme a estação do ano, permitindo compará-las a travessia do Atlântico provocando a morte de alguns africanos. O cronista Barbosa de Sá (1721) nos permite entender as dificuldades vividas por aqueles que vinham para as minas do Coxipó Mirim, de Cuiabá e do Vale do Guaporé em especial os afro-escravizados.

Chegaram neste ano dos que partiram do povoado o ano antecedente e escaparam da morte com outros que neste mesmo ano partiram e com os primeiros se foram juntando e juntos chegaram sendo os de mais nome: O Capitão José de Sá de Arruda com perca de muita escravatura e camaradas [...] O Capitão José Pires de Almeida, que morrendo-lhe a escravatura e perdendo tudo o mais que trazia chegou a dar um mulatinho que tinha em conta de filho por um peixe pacú para conservar a vida (Sá, 1721, p.13 *apud*, Chaves, 2000, p.30-1).

Do trajeto que mais trouxe escravizados para as minas mato-grossenses destacava-se aquele que partia do Rio de Janeiro. Após serem comprados, os escravizados eram levados até o porto de Santos, de lá partiam navegando pelo Vale do Médio Tietê, percorrendo cerca de 3.500 quilômetros, por entre os rios Tietê, Paraná, Pardo, Camapuã, Coxim, Taquari, Paraguai, Porrudos e Cuiabá. Conforme apontamentos de Rodrigues (2015), cerca de 16.606 escravizados tenham percorrido tal caminho até alcançar Mato Grosso.

Otávio Ribeiro Chaves (2000) defende que, mesmo antes da grande onda migratória para as lavras de ouro recém descobertas do Coxipó-Mirim, os primeiros cativos foram trazidos a partir das primeiras décadas do século XVIII, estes escravizados “eram trazidos da Capitania de São Paulo que os recebiam do Rio de Janeiro e Bahia” (Chaves, 2000, p.29). Desempenhando funções como carregadores, cozinheiros, remadores e quando chegavam nas minas desempenhariam as funções de garimpeiro, pedreiro, carpinteiro e ferreiro. Do período que compreende 1720 a 1772, Chaves (2000) aponta que mais de 15.380 escravizados teriam sido trazidos para as minas de Mato Grosso, esses números nas análises de Rodrigues (2022) são ainda maiores. Conforme dados apresentados por este, teriam sido trazidos 17.480 africanos para Mato Grosso no período que vai de 1720 até 1772, podendo ser maior se considerar a entrada clandestina de cativos.

Tendo alcançado as terras mato-grossenses com vida, os africanos realizariam diversas atividades econômicas como construtores de obras públicas, atuaram na agricultura de subsistência, na pecuária, serviços domésticos, porém a mineradora era o principal destino, Chaves afirma que no ano de 1727, havia nas minas de Cuiabá e arredores “dois mil, seiscentos e sete escravos, trabalhando exclusivamente nas atividades mineradora” (Chaves, 2000, p. 36). O trabalho nas minas de Cuiabá era árduo, a sobrecarga de trabalho “aliada a sucessivas crises de abastecimento de gêneros alimentícios e outras mercadorias”⁶⁵, os obrigavam a conviver com a fome, o frio e falta de cuidados. Cabe mencionar que não houve grande preocupação em plantar roças e cultivar alimentos no período que sucedeu o grande deslocamento de pessoas com seus escravizados para as minas, o que acabou por ocasionar uma onda de fome, conforme Carlos Alexandre Plínio dos Santos (2016), os esforços empregados na extração mineral foram “desproporcionais” em relação a prover os meios de subsistência, “as poucas plantações pereciam por falta de trato” (p. 56) ou em decorrência das condições climáticas provocadas pelas estações. Tal situação obrigou mineradores a trocarem seus escravizados por comida, como consta anteriormente, o caso de Pires de Almeida. Destarte, a mortalidade de afro-escravizados nas minas esteve associada também a essa questão da precariedade alimentar, conforme registou Rolim de Moura, ao escravo era oferecido “uma quarta de milho por semana, e aqueles que melhor os tratam acrescentam a isso dois pratos de feijão também por semana” (Moura, 1982, p.183-184, *apud* Plínio dos Santos, 2016, p.56).

Escravo. Em todos os instantes faziam questão de afirmar e reafirmar que em suas mãos não passávamos de coisa, objeto qualquer de negócio, fonte de lucros e meios para obtenção de riqueza. Isso ajudava a aliviar as suas consciências e, supostamente, convencer o povo negro de que fosse preferível a escravidão à liberdade, pois ela possibilitava a aproximação com o que consideravam “verdadeira fé” e os valores europeus. Essa tentativa de nos “coisificar” só conseguia chegar até o nosso NÃO; depois da desobediência defendiam que fôssemos responsabilizados tal como sujeitos (Rodrigues, 2020a, p. 123).

O trecho acima, sendo uma colocação de Sebastião nos permite refletir a respeito desse “lugar”, sujeito-mercadoria desumanizado atribuído ao escravizado pelo sistema escravizador. Retomando os conceitos já mencionados em momento anterior, essa objetificação e desumanização do afro-escravizado era uma das bases de sustentação do próprio sistema escravista. Enquanto fonte de lucro do proprietário aspectos como a procedência de mercado deveriam ser observada, Monique Cristina de Souza Lordelo (2009), aponta que os escravizados

⁶⁵ *Ibidem*, p. 37

trazidos do mercado “Ver-o-Peso, Belém, “vindos pelas monções do norte “apresentavam preços excessivos e exorbitantes” (p.4). Em contrapartida, os trabalhadores escravizados, trazidos do Rio de Janeiro aparentemente possuíam valor inferior se comparados aqueles vindos da Bahia, isso é justificado, segundo a autora, por serem de origem “angola e benguela, que para os trabalhos das minas aturam menos e fogem mais”⁶⁶. Dessa forma, conforme Rodrigues (2015), o número de escravizados advindos do Rio de Janeiro em Mato Grosso foi superior aos trazidos de Belém e mesmo da Bahia por via terrestre.

Ainda tratando do processo de desumanização de afro-escravizados, é perceptível no trecho anterior a percepção de *não-ser* produzida pelo *ser*, o branco, em relação aos negros e indígenas. Historicamente essa construção está situada na modernidade ocidental que, organizou um novo modelo de mundo e humanidade para justificar a ação colonial executada nas terras que atualmente constituem o Brasil.

Deste modo, percebemos no fragmento de *Baobá* (2020) mencionado anteriormente, a concepção iluminista de *predestinado* atribuída ao branco europeu, que deveria reinventar as demais formas socioculturais, que acabou por produzir a ideia de sujeito mercadoria reduzido à animalidade conforme aponta Guilherme Pessoa Dutra (2022). Ao passo que ao escravizado foi construído de uma concepção atrelada a destinados à exploração servil, “que é lembrado” ao todo momento de sua desumanização, o povo negro busca se defender” (p.114), e nesse esforço pela defesa de sua humanidade é que desenvolveram múltiplas formas de resistência como, por exemplo, os quilombos, que trataremos posteriormente.

Neste contexto de resistência, é que percebemos ao longo de toda obra Sebastião sempre afoito por oportunidades que lhe permita se livrar da condição lhe imposta pela escravidão.

[...] após muitas idas e vindas, chegara ao arraial de São Francisco de Xavier, localidade próxima a Vila Bela de Santíssima Trindade. Naquele tempo, todo homem negro enviado ao arraial era explorado até a última gota de sangue na extração do ouro, as mulheres eram obrigadas aos afazeres domésticos, cuidar das hortas, quando não eram obrigadas a encarar violências sexuais (Rodrigues, 2020a, p.98-9).

O tratamento dispendido aos afro-escravizados, as dificuldades enfrentadas por estes para sobreviver aqui nas terras localizadas a oeste dos domínios portugueses é tratado em vários momentos do enredo de *Baobá* (2020), conforme podemos verificar em mais este trecho de Sebastião narrando sua condução à Vila Bela da Santíssima Trindade. Edificada em 1752 para ser a capital da Capitania de Mato Grosso criada em 1748, Vila Bela estava “localizada numa

⁶⁶ *Ibidem*, p.4.

região conhecida como Mato Grosso, ou Alto Guaporé” (Rodrigues, 2015, pg. 198). A designação Mato Grosso teria surgido com sertanistas que após estabelecerem-se em Cuiabá adentraram o território nas proximidades do rio Guaporé à procura de ouro e indígenas, se deparando com densas matas virgens.

Ainda na década de 1730 teriam se iniciado as primeiras ocupações, originando assim os Arraiais de São Francisco, Ouro Fino e Pilar. Levados para essas terras, os escravizados realizavam todo tipo de atividades na primeira capital e, com a chegada do governador geral, Rolim de Moura (1751), passaram a “trabalhar na abertura de estradas, construção de quartéis e casas para abrigar os soldados dragões” (Chaves, 2000, p.43), o que ocasionava grande mortalidade a considerar o “contato com áreas insalubres cheias de pântanos transmissores de doenças como o tifo, a malária e outras doenças”⁶⁷.

-Cuidado! Foi muito custoso trazê-lo aqui. Apenas em caso de vida ou morte, acerte as pernas. Cada dia de vida desse aí precisa compensar o investimento (Rodrigues, 2020a, p.100).

Tratados como animais, os escravizados deveriam render o investimento realizado pelo proprietário, os que foram inseridos na região de Vila Bela da Santíssima Trindade foram explorados duramente em sua força de trabalho, além de expostos e vulneráveis aos agentes externos e doenças como *maculo* ou *corrupção*, conforme ficaram conhecidas na época. O geógrafo francês Francis Castelnau, que esteve em Vila Bela em 1845 registrou a ação da doença numa minuciosa descrição. De acordo com este, a doença manifestava com maior ocorrência principalmente no começo e fim da estação de chuva (novembro a abril), atacando principalmente “*a classe miserável da população*” (Castelnau, 1845, *apud*, Lima, 2000, p. 26), com quadro de febre intensa e fortes dores na região occipital, seguindo de profunda letargia provocando perda dos sentidos e dos movimentos, havendo dilatação do esfíncter anal, levando a morte em três dias. Tais informações nos indicam que sobreviver, na condição de afro-escravizado na primeira capital de Mato Grosso era ainda mais difícil, uma batalha de resistência deveria ser travada.

Desde sua fundação, Vila Bela apresentou uma população majoritariamente negra escravizada, Rolim de Moura, em 1752, registrou o número de 2.227 pessoas, destas 1.175 eram escravizados e 70 brancos e 1.052 eram livres (mulatos, bastardos, pretos forro, índio e brancos). No ano de 1780 os dados indicam que Vila Bela possuía uma população de 5.199 habitantes que elevou para 5.805 em 1791. Em 1828 Luiz D’Alincourt elaborou um mapa

⁶⁷ *Ibidem*.

populacional que constava 5.316 habitantes para vila Bela destes, 915 eram negros, 502 pardos, 124 brancos e 54 indígenas. No entanto, os números começam a declinar entre o período de 1828 e 1849, uma das principais razões é o declínio da extração do ouro, a partir da década de 1820, mesmo período que o governador passou a residir em Cuiabá. No ano seguinte outros órgãos administrativos também foram transferidos para Cuiabá, que a partir de 1835 se tornou a capital da província, provocando também a mudança da população branca que em sua maioria estava ligada ao aparato burocrático, permanecendo em Vila Bela os descendentes de escravizados africanos. Abandonados, cidade e população, basicamente formada por negros construíram a própria sorte e identidade.

Retomando o simbolismo do baobá, os personagens Sebastião e Tereza são trazidos para a narrativa literária envoltos em um sentimento de resistência e perseverança que, assim como a árvore, buscaram sobreviver às mais desafiadoras e violentas condições que foram submetidos a partir do colonialismo e a escravidão.

3.3 O quilombo de Quariterê: Símbolo de resistência e espaço de reconstrução identitária.

O exercício de narrativa empreendido por Teresa na obra envolve o quilombo de Quariterê que foi destruído em 1770 por uma expedição sob o mando da administração local do período. Como personagem narradora, Teresa realiza um movimento narrativo do ataque ao quilombo e momentos de violência sofridos por ela e os demais prisioneiros e partir daí relembra a vida ao lado de Sebastião, após a fuga e construção do quilombo para se manterem livres e retomarem a condição de indivíduos com autonomia sobre suas próprias vidas e auxiliando mais pessoas que também submetidos aos horrores do escravismo buscavam a liberdade.

O pesquisador Matthias Röhring Assunção (2006), aponta que a formação de quilombos deve ser analisada e compreendida como uma das formas de resistência desenvolvidas por escravizados vítimas do tráfico e escravidão. Segundo o autor, por um longo período a concepção de resistência esteve associada somente às insurreições, fugas, rebeliões e os quilombos, tidos como a forma mais comum. Atualmente a compreensão a respeito das formas de resistência se ampliaram, passando a englobar atitudes e ações para além daquelas somente de caráter violento, como o suicídio de cativos e assassinatos, mas ações e posturas intrapolíticas⁶⁸, os próprios festivais populares, apontam uma forma de resistir ao passo que os escravizados os utilizavam para suas manifestações culturais.

⁶⁸ Matthias Röhring Assunção aponta, por exemplo, enfrentamentos jurídicos entre escravizados urbanos e senhores pelo que achavam que lhes cabiam de direito. A “resistência cultural”, formação de confrarias negras que

Levando tais aspectos em consideração, quando o olhar se volta para a região do oeste brasileiro, a Capitania de Mato Grosso, as fugas, segundo apontamentos de Rodrigues (2022) “foram os atos mais frequentes de ruptura contra a escravidão”. De acordo com o pesquisador, alguns fatores podem ter contribuído para essa especificidade tais como: “a extensa área fronteira, as densas matas e as dezenas de grupos indígenas espacializados na região e que, em diversas situações, como a supracitada, abrigaram negros fugidos da sociedade escravista” (p.501).

[...] Dizem que caminharemos por semanas até chegar a essa tal lavra de São Francisco de Xavier. A notícia boa é que lá existem mais possibilidades de fuga... (Rodrigues, 2020a, p.124).

Ao trazer para a ficção a ideia que o arraial de São Francisco de Xavier oferecia maiores possibilidades de fugas a um escravizado, Pinheiro Rodrigues (2015) explora no trecho anterior informações empreendidas na sua pesquisa de doutorado, em que desenvolve uma análise acerca das fugas de escravizados para os domínios espanhóis ou mesmo para as matas do território mato-grossense. De acordo com o autor, havia quatro possibilidades para um escravizado fugitivo, “(1) formação de quilombo; (2) busca de incorporação à população indígena; (3) tentar a sorte nos domínios espanhóis; (4) e, por fim, a tentativa de vida nas matas” (p. 220). Apesar de mencionar a possibilidade de travessia da fronteira, dividindo os domínios espanhóis e portugueses no enredo ficcional, Rodrigues não explora tal possibilidade, o romance se concentra na formação e queda do quilombo do Quariterê.

Em Mato Grosso alguns quilombos ficaram mais conhecidos como o do Sepotuba (1769), do Porrudos (1769), Baures (1778), Piolho (1795), Pindaituba (1795) e o Quariterê (1770) também conhecido como “Quilombo Grande”⁶⁹ explorado no romance *Baobá* (2020). Conforme pesquisadores apontam, na América portuguesa a instituição quilombo, assumiu contornos próprios, remetendo “a campos de refugiados do sistema escravista; sociedades pequenas ou em larga escala”, no entanto, apresentavam organizações econômicas próprias delimitadas pela região onde existiram (Rodrigues, 2015), além do mais as alianças externas estabelecidas por estes homens e mulheres já nos indicam os diversos sentidos que os quilombos

permitiam formar associações de ajuda mútua e reconstituição de identidades étnicas. C.f. ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. A resistência escrava nas Américas: Algumas considerações comparativas. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Junia Ferreira. Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, Séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annabume, 2006.

⁶⁹ Monique Lordelo (2009) ao realizar levantamento dos quilombos mencionados nas correspondências de autoridades mato-grossense no período da segunda metade do século XVIII identificou 20 quilombos entre Mato Grosso, Cuiabá e Mojos (território castelhano).

assumiram no Brasil. Flávio Gomes (2005) nesta perspectiva assinala que os quilombos devem ser analisados conforme a “lógica própria de cada grupo de cativos”, observando que:

Coexistiram diversas formas de quilombos: havia aqueles que procuravam constituir comunidades independentes com atividades camponesas integradas à economia local, existia o aquilombamento caracterizado pelo protesto reivindicatório dos escravos em relação a seus senhores e havia os pequenos grupos de fugitivos que se dedicavam a razias e assaltos às fazendas e povoados próximos. Essas formas de aquilombamentos possuíam vários significados tanto para os quilombolas e para aqueles que permaneciam cativos como para senhores e autoridades. Os quilombos mais duradouros, a despeito das constates expedições reescravizadoras, conseguiram se reproduzir ao longo do tempo e manter uma economia estável. Cultivavam para a sua subsistência e também produziam excedentes, negociando e mantendo trocas mercantis (Gomes, 2005, p.18).

A análise acima é fundamental para compreender o Quariterê, uma vez que este apresentou características específicas que podem ser atribuídas a sua localização, pois este é um dos maiores exemplos de *aquilombamento* que evidenciam a aliança entre indígenas e escravizados fugitivos (Silva, 2016).

[...] limparemos aquele pedaço de terra e amanhã plantaremos mandioca e milho. No dia seguinte, limparemos mais terra e depois preencheremos com feijão e batata. Continuava...provavelmente pensou a noite toda sobre a retomada de uma vida em liberdade ali naquela terra desconhecida (Rodrigues, 2020a, p. 19).

O mais expressivo quilombo que existira na Capitania mato-grossense foi fundado por volta da década de 1730 no vale do Guaporé, a área escolhida para sua formação era propícia para agricultura e abundante em caça e pesca, o que não constitui uma particularidade em relação a outros quilombos no Brasil, no entanto, havia a ocorrência de ouro e diamantes que eram extraídos e utilizados pelos moradores como moeda de troca, como garantia de uma teia de relações externas que eram estabelecidas para a sobrevivência do próprio quilombo. Através dessas alianças era garantido o acesso à armas e informações que seriam utilizados para a manutenção da condição de liberdade dos aquilombados.

O Quariterê nos permite refletir acerca da percepção produzida e que dominou o imaginário social de entender os quilombos como um “espaço” erguido por fugitivos que desorientados se estabeleciam em um espaço de difícil acesso, isolado e onde permaneciam escondidos. Os quilombos no Brasil e no caso o Quariterê, devem ser tomados como um espaço de reconstrução sócio-cultural pois, conforme apontamentos de Munanga (1996) os quilombos brasileiros são uma reprodução dos quilombos africanos. Sendo estes uma instituição

sociopolítica e militar formados por homens que passavam por um processo de iniciação que “[...] além de conferir-lhes forças específicas e qualidades de grandes guerreiros, tinha a função de unificá-los e integrá-los ritualmente, tendo em vista que foram recrutados das linhagens estrangeiras” (Munanga, 1996, pg. 63), no Brasil se tornaram espaços erguidos por escravizados africanos e descendentes que diante das diversas faces da violência sofrida se organizavam para fugir das senzalas e das atividades servis e formaram campos de iniciação à resistência em áreas territoriais não ocupadas e de difícil acesso abertos a receber os oprimidos, indígenas e negros de diferentes origens étnicas, “[...] prefigurando um modelo de democracia plurirracial”⁷⁰.

A produção de Rodrigues ao por em evidência o quilombo do Quariterê através da narrativa de Tereza mobiliza mais um símbolo de resistência que sinaliza a luta pela liberdade e preservação de aspectos da identidade cultural africana. O Quariterê sob essa perspectiva se tornou um espaço de segurança, onde negros escravizados desenraizados de suas comunidades originárias procuraram tornar a vida tolerável, reconstruindo e pondo em prática aspectos de suas culturas, as tradições religiosas e práticas ancestrais. Em linhas gerais, os quilombos devem ser lidos como signos de afirmação da “existência de uma consciência escrava que se recusava a ser limitada e manipulada pelos brancos” (Fonsêca e Silva, 2020, p.242).

A colonialidade do saber, já explorada anteriormente, operou de forma a invalidar todas as práticas religiosas, artísticas, culinárias referentes aos sujeitos não brancos. Desse modo, o território ocupado pelos escravizados, seus descendentes e outros indivíduos e grupos oprimidos se tornaram espaços de preservação identitária. Atualmente esses territórios representam a memória ancestral que guardam conhecimentos e experiências transmitidos por gerações e fundamentais para a manutenção das comunidades quilombolas que tem a terra como objeto de unificação do grupo.

3.4 Explorando os símbolos e signos da *Obra* no Ensino de História

Conforme exposto ao longo deste excerto os signos e símbolos que perpassam o enredo de *Baobá* (2020), estão relacionados à resistência, à liberdade e ancestralidade, dessa forma teceremos algumas considerações acerca da relevância destes para o ensino de história.

Abordar a resistência negra contra o regime escravagista no ensino de história parte da perspectiva de compreender que esta não se refere unicamente às fugas coletivas, rebeliões e formação de quilombos pois, de acordo com André Luís de Carvalho (2016), a resistência desenvolvida e praticada pelos escravizados constitui um repertório elaborado, reinventado e

⁷⁰ *Ibid.*

ressignificado pelos mesmos na elaboração de suas concepções a respeito de liberdade e na reinvenção de estratégias contra a opressão presente. De todo modo, abordar tais aspectos em sala de aula são necessários para a desconstrução de estereótipos dominantes acerca de sujeitos negros e suas culturas, como também para percebê-los como sujeitos ativos na construção histórica e cultural brasileira e no caso proposto por esta pesquisa, mato-grossense.

Seguindo as reflexões propostas por Munanga (2015) observar a diversidade e as diferenças que se manifestam em nossa sociedade é uma questão vital para a construção de uma “cidadania duradoura e verdadeira” (Munanga, 2015, p.22). Neste sentido, abordar os signos e símbolos explorados pela obra *Baobá* (2020) no ensino de História de Mato Grosso se apresenta como uma possibilidade de problematização da história dominante e de fortalecimento das identidades plurais que estiveram presentes na constituição do Estado de Mato Grosso.

Uma história que se propõe ser descolonial é de fundamental importância para o combate ao racismo e à discriminação racial e cultural, pois, faz-se necessário compreender que estamos tratando aqui de uma nova política pública no campo da educação, e que tem como característica a inovação, a disputa política contra hegemônica, a desconstrução de conceitos e noções fortemente arraigados. Todos os grupos sociais, em diferentes épocas e espaços, constroem formas de se relacionar com o mundo desconhecido, na busca de caminhos e explicações que lhes ajudem a entender o sentido de ser e estar no mundo e este processo deve ser encarado por uma perspectiva pluricultural e diversa.

Quando lidamos com o Ensino de História intrincado com Educação atuamos em um campo que requer, permanentemente, construção e (re)construção de saberes históricos e pedagógicos. Neste sentido, ao propormos um ensino de História de Mato Grosso a partir de *Baobá* (2020), uma obra que retoma temas e personagens negros da historiografia mato-grossense, que foram invisibilizados pela produção literária dominante, estamos alinhados ao que determina as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que, para além de propor novos temas, nos convida a revertermos nossa prática de ensino e a forma como temos trabalhados os conteúdos propostos. Assim, à luz de pressupostos clássicos e recentes passamos a atuar em um campo amplo e complexo, mas que podemos transformá-lo em algo fértil e produtivo em novos saberes e fazeres.

Considerando que, para a consolidação de uma sociedade democrática, que reconheça e respeite a pluralidade identitária é necessário a construção da identidade racial ou étnica por aqueles indivíduos não brancos. Para tanto é que concebemos a importância da inserção no ensino de história de temas acerca da história da África e afrodescendentes a partir da história

regional que apresenta o potencial de proporcionar um aprofundamento do conhecimento histórico mais amplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontado no primeiro capítulo, ao analisar os atuais currículos oficiais do Estado de Mato Grosso, a história regional e local ocupa espaço relevante no ensino de história, devendo ser contemplada em todos os níveis e etapas da educação básica. De acordo com os referidos documentos curriculares, a história regional e local constitui-se espaço privilegiado para o estudante se compreender enquanto agente histórico, além de possibilitar um processo de aproximação do estudante com a narrativa histórica despertando um sentimento de identificação do indivíduo e tornando a aprendizagem significativa para os mesmos. O documento salienta ainda que, a aprendizagem histórica deve ter como ponto de partida para a construção de conhecimento o micro, o entorno, as vivências dos estudantes e a partir daí estabelecer uma conexão com o macro. Desse modo, ao abordar a história regional e local nas aulas de história é importante não perder de vista o todo à que está inserida, nem ignorar a necessária contextualização desta relacionando com a história nacional, caso contrário, corre o risco de apenas substituir um modelo reducionista por outro, conforme aponta Astrogildo Fernandes da Silva Jr. e Paula Marcele Ferreira Oliveira (2022).

O ensino de história regional e local possibilita aos estudantes o desenvolvimento da capacidade de pensar e questionar sobre o mundo em que vivem de modo que não o percebam como algo naturalizado. Considerando que a região constitui-se um território de sociabilidades, que emerge das relações e interações entre os sujeitos e destes com o espaço vivido, logo as regiões são espaços de vivências e atua diretamente na construção da identidade cultural. As regiões são palcos onde se articulam elementos como religião, arte, distintos modos de viver, diferentes línguas, envolvem múltiplas histórias que coexistem e influenciam os sujeitos em suas próprias construções e representações. Consequentemente, a região é local vivenciado por diferentes sujeitos históricos, que por vezes podem não constar nas narrativas históricas, ou quando mencionados ocuparem lugar de inferioridade, como o caso de homens e mulheres negros e indígenas conforme indicado neste trabalho ao tratar da produção literária mato-grossense situada no século anterior.

O Estado de Mato Grosso teve sua formação assentada no discurso da descoberta do ouro pelos bravos “homens paulistas” que, conforme a narrativa literária produzida nas primeiras décadas de 1900, edificaram com sangue e suor o que atualmente constitui as terras mato-grossense. O mesmo discurso foi legitimado por diferentes meios de divulgação de conhecimento histórico, assim como os materiais didáticos utilizados pela educação básica no Estado, conforme apontado no segundo capítulo desta dissertação. O problema desta

perspectiva produzida foi apontar para um caminho onde as referências para indicar quem é o homem e mulher mato-grossense estarem pautados na “*região*” de Cuiabá, ignorando dessa forma outras *regiões* e povos que contribuíram para a constituição de uma história plural, de um estado de múltiplas *regiões*.

Diante das problematizações realizadas nesta dissertação no tocante à produção literária mato-grossense do século XX percebemos que a obra *Baobá* (2020) se propõe a percorrer um caminho diferente daquele trilhado pela literatura produzida pelos memorialistas. Conforme abordado no capítulo anterior, o autor de *Baobá* (2020) constrói seu enredo centrado nas memórias de dois sujeitos negros situados em um contexto de silenciamentos e negligências em registrar informações a respeito de suas trajetórias e experiências e apartir daí busca tratar da resistência escravista e a busca por liberdade tão presente em todo o território brasileiro.

Estes mesmos sujeitos foram excluídos e/ou invisibilizados pelas produções situadas no período do século XX, por entender que estes representavam a incivilidade que deveria ser negada na definição do que seria o homem mato-grossense. Tendo Cuiabá como a cidade mãe do Estado, a intelectualidade mato-grossense elabora uma identidade cultural que nega os elementos afro-descentes e indígenas e produz uma descendência branca a partir dos bandeirantes paulistas e portugueses. Nesta ordem, a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, situada fora da “*região*” cuiabana não corresponde ao considerado mato-grossense de origem destacado pela intensa produção do IHGMT e AML, mas é esse o local explorado por Rodrigues (2020a) em *Baobá: A árvore da vida* ao trazer para o centro da narrativa Tereza de Benguela, líder do quilombo do Quariterê e Sebastião, guerreiro africano capturado em África trazido a Capitania de Mato Grosso.

Deste modo, entendemos que a *Obra* em questão, enquanto uma opção de linguagem literária na contramão daquelas apresentadas no segundo capítulo desta dissertação, apresenta uma possibilidade para se questionar essa identidade cultural produzida pela literatura memorialista e conduzir os estudantes a refletirem em relação ao lugar e participação desses grupos sociais, no caso os africanos e afrodescendentes na história do Estado, bem como contribuir para a constituição da consciência histórica desses adolescentes e jovens, alcançando uma aprendizagem histórica que confira sentido ao seu tempo ao serem capazes de elaborar narrativas de posicionamento positivo contra todo o sistema de exclusão e opressão contra os sujeitos não brancos. Pois, conforme Rüsen (2001) a consciência histórica se dá a partir das nossas indagações ao passado que se originam de uma carência de orientação da vida prática atual e a narrativa é uma das formas de expressão mais evidente dessa consciência. Desse modo, acreditamos ainda que a consciência histórica é construída a partir de um ensino que esta posto

para além dos conteúdos, ele é transversal e parte das questões cotidianas e urgentes como inclusão social e redução das desigualdades.

Destarte, a linguagem literária também nos direciona para um ensino significativo, enquanto portadora da capacidade de influenciar a construção identitária e contribuir para a formação da consciência histórica sensível e crítica a partir de sua capacidade de operar no âmbito das emoções e das sensibilidades, promovendo um ensino que pretende humanizar os sujeitos envolvidos.

REFERÊNCIAS

Bibliografia Geral:

- ABUD, Katia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil nas escolas secundárias. *In*: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 11ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli. **Anais de Vila Bela (1734-1789)**. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. A Resistência escrava nas Américas: Algumas considerações comparativas. *In*: LIBBY, Douglas, Cole. Org. FURTADO, Júnia Ferreira. **Trabalho Livre, Trabalho Escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX**. São Paulo, Annablume, 2006.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª.ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BURKE, Peter. **A Escrita da História (Novas Perspectivas)**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.
- CARVALHO, Carlos Gomes de. **Panorama da literatura e da cultura em Mato Grosso: textos históricos**. V. 1. Cuiabá: Verdepantanal, 2004.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural - Entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel; Bertrand, 1990.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *In*: CHARTIER, Roger. **À beira da Falésia: a historia entre incertezas e inquietudes**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed.Universidade / UFRGS, 2002.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papirus, 2003.
- FONSECA, Selva Guimarães. O estudo da História local e do cotidiano. *In*: **Fazer e Ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. São Paulo:

Companhia das Letras, 1989

GOMES, Nilma Lino. O movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. *In: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. (Orgs) COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado; GROSGOUEL, Ramón. 1 ed. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2019.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano . Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LE GOFF, Jacques. **A nova história**. Trad. Eduardo Brandão. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LIMA, Luiz Costa. A narrativa na escrita da história e na ficção. *In: A aguarrás do tempo. Estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. *In*. PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Novos Temas nas aulas de História**. São Paulo, Contexto, 2010.

MACHADO, Ironita Adenir Policarpo. O currículo de história. *In: DIEHL, Astor Antonio (Org). O livro didático e o currículo de história em transição*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. **História da literatura de Mato Grosso: Século XX**. Unicen, 2001.

MAHON, Eduardo. **A literatura contemporânea em Mato Grosso**. 1.ed. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2021.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de história: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MÜLLER, Maria de Arruda. **Sons Longínquos**. Cuiabá: Secretaria Municipal de Cultura, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. O Historiador e a história regional. *In*. SILVA, Amanda Siqueira. TEIXEIRA, Anderson Matos. REICHERT, Emmanuel Henrich. **Desvendando a história Regional: Novas pesquisas**. 1ª ed. Passo Fundo: Editora Méritos, 2013. p. 15-26.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. **Baobá: A árvore da vida**. Cuiabá, Ed. Do Autor, 2020a.

RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa a consciência moral. *In: SCHMIDT, Maria; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão (Org.). Jörn Rüsen e o Ensino de História*. Curitiba: Editora UFPR, 2010, p. 51-77.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica. **Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SCHMIDT, Maria. Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, C. M. F. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 54-66.

SCHMIDT, Maria. Auxiliadora.; BARCA, Isabel.; MARTINS, Estevão. de Resende. (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: UFPR, 2010.

SUZUKI, Yumiko Takamoto. **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)**. Transcrição e organização Yumiko Takamoto Suzuki Cuiabá: Entrelinhas/Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

Teses e Dissertações:

AMORIM, Moisés Carlos de. **A construção do espaço em D. Aquino Corrêa, Silva Freire e Manoel de Barros: imaginário e pós-colonialismo**. 2020. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Cuiabá, 2020. Disponível em: https://ri.ufmt.br/bitstream/1/3501/1/TESE_2020_Mois%C3%A9s%20Carlos%20de%20Amorim.pdf. Acesso em: 08 maio 2023.

ANTONELLO, Roberta Siqueira de Souza. **A História Local no processo de ensino e aprendizagem histórica: O caso do município de Guarantã do Norte- MT**. 2020. Dissertação (Mestrado profissional)- Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Cuiabá, 2020. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/601170>. Acesso em: 08 abr. 2023.

CEREZER, Osvaldo Mariotto. **Diretrizes curriculares para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena: implementação e impactos na formação, saberes e práticas de professores de história iniciantes** (Mato Grosso, Brasil). 2015. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. DOI: <https://doi.org/10.14393/ufu.te.2015.28>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13687>. Acesso em 02 abr. 2023.

FRANCO, Gilmar Yoshihara. **A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MATO-GROSSENSE NA ESCRITA DE VIRGÍLIO CORRÊA FILHO 1920-1940**. 2007. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007. DOI: <http://200.129.209.58:8080/handle/prefix/151>. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/151>. Acesso em: 21 abr. 2023.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Acesso em: 17 abr. 2023.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos quilombolas e comunidades de fugitivos no Brasil (século XVII-XIX)**. 1997. Tese (Doutorado)- Instituto

de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997. Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em:
<<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9920>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

LIMA, José Leonildo. **Vila Bela da Santíssima Trindade- MT: Sua fala, seus cantos**. 2000. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n], 2000. DOI:
<https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2000.198744>. Disponível em:
<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/198744>. Acesso em: 24 fev. 24.

MAGALHÃES, Epaminondas Matos. **Por entre brenhas, picadas à foice, matas bravas: A produção poética em Mato Grosso no século XX e XXI**. 2014. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em:
<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2214?mode=full>. Acesso em: 02 maio 2023.

MIGUEL, Gilvone Furtado. **O imaginário mato-grossense nos romances de Ricardo Guilherme Dicke**. 2007. Tese (Doutorado em Letras)- Universidade Federal de Goiás. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/26/o/gilvonefurtado_completo.pdf. Acesso em 03 maio 2023.

MORAES, Scheilla Aparecida Monte Castelo. **A Cavallhada de José de Mesquita: Uma perspectiva do conto em Mato Grosso**. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários)- Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Linguagem, Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, 2019. Disponível em:
http://portal.unemat.br/media/files/PPGEL/Teses%20e%20disserta%C3%A7%C3%B5es/Dissertacao_final-Scheilla%20Aparecida%20Monte%20Castelo%20Moraes.pdf. Acesso em: 05 maio 2023.

MORAES, Sibele. **O Episcopado de D. Carlos Luiz d'AMOUR (1878-1921)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003. Disponível em:
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000047.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul: Terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX**. 2000. Dissertação (Mestrado de História)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. Disponível em:
https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/4_reconcavo_sul._terra_homens_economia_e_poder_no_seculo_xix.pdf. Acesso em: 14 abr. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História regional e transformação social. In: SILVA, Marcos Antônio da (Org.). **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 67-79.

PINTO, Luiz Renato de Souza. **Rica/bendita; pobre/mal-dita: as cores da mulher em José de Mesquita (1915-1961)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005. Disponível em:
http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=65327. Acesso em: 20 abr. 2023.

RAMOS, Suzanny de Araújo. **O Poeta Marginal: A Poesia Lírica de Antônio Tolentino de Almeida**. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Programa de Pós Graduação

em Estudos Literários, Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, 2011. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/SUZANNY-DE-ARAUJO-RAMOS.pdf>. Acesso em 02 maio 2023.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. **“HOMENS DE FERRO, MULHERES DE PEDRA”:** **Resistências e Readaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809).** 2015. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015. Disponível em: <https://ri.ufmt.br/handle/1/2256>. Acesso em: 20 jan. 24.

SANTOS, Elaine Cristina Moraes. **Griot Digital: Ressignificando a ancestralidade afro-brasileira na educação.** 2020. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.48.2020.tde-16022021-110956> Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16022021-110956/pt-br.php>. Acesso em: 30 març. 2024.

SILVA, Aparecido Borges da. **A inserção da História Regional no currículo mato-grossense (1970-1990).** 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/41bd8d1f-d536-4dee-983b-854f514181bc/content>. Acesso em: 03 maio 2023.

SILVA, Aparecido Borges da. **Mato Grosso nos Livros Didáticos de História (1889-1930): imaginários e representações.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013. Disponível em: <http://ri.ufmt.br/handle/1/891>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SPINELLI, Larissa Silva Freire. **A Fidelidade Telúrica de Silva Freire: poética em fluxo decolonial.** 2018. Tese (Doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea)- Faculdade de Comunicação e Artes, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018. Disponível em: https://ri.ufmt.br/bitstream/1/2118/1/TESE_2018_Larissa%20Silva%20Freire%20Spinelli.pdf . Acesso em 09 maio 2023.

VIANA, Lucialine Duarte Silva. **FONTES LITERÁRIAS E A CONSTRUÇÃO DE SABERES HISTÓRICOS: UMA PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NO ENSINO DE HISTÓRIA.** 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Tocantins, 2017. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/173174>. Acesso em: 07 abr. 2023.

Artigos e Periódicos:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, [S. l.], v. 10, n. 17, p. 55–67, 2008. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/62>. Acesso em: 6 mar. 2023.

ALVES, Pedro; SCHALLENBERGER, Erneldo; BATISTA, Alfredo Aparecido. A história regional–desafios para o ensino e a aprendizagem. **Akrópolis-Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, Umuarama, v. 13, n. 1, p. 39-45, jan./mar, 2005. Disponível em;

<<https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/viewFile/452/411>>. Acesso em: 26 fev. 2023.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n.5, 1995, p. 148-149. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1990/1129>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ANGELI, Douglas Souza. Iconografia política: reflexões para exercícios de análise no ensino de História. **OFICINA DO HISTORIADOR**. [s.l.], v. 12, n. 2, jul. dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/2178-3748.2019.2.35317>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/oficinadohistoriador/article/view/35317>. Acesso em: 16 abr. 2024.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 32, n. 93, p. 127–149, 2018. DOI: 10.5935/0103-4014.20180035. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152562..> Acesso em: 06 abr. 2023.

BRUCK, Mozahir Salomão. Profa. Ecléa Bosi- Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano. **Dispositiva**. Belo Horizonte, v.1, n.2, p.196-199, 2012. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/4301/4454>. Acesso 15 jan. 24.

CANDAU, Vera Maria Ferrão, OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.26, n. 01, p. 15-40, abr. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 24.

CANDIDO, Antonio. “O direito à literatura”. In: **Vários escritos**. 3ª ed. São Paulo: Ouro sobre azul, 1998, p. 171-93. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7664524/mod_resource/content/1/Candido%20O%20Direito%20%C3%A0%20Literatura.pdf. Acesso em: 10 mar 2024.

CANOVA, Loiva. *et al.* O discurso eugenista de um intelectual cuibano. **Revista Eletrônica Discente História.com**, Cachoeira, vol. 1, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/historiacom/article/view/118>. Acesso em 25 abr. 2023.

CARVALHO, Ely Berço de. Uma História a serviço da destruição? Livros de História e a modernização de Mato Grosso, Brasil, 1964-1992. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 155–179, 2013. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/173>. Acesso em: 15 abr. 2023.

CARVALHO, André Luís Souza. DE. Homens de Ferro e Mulheres de Aço: A Resistência Negra nos Livros Didáticos de História. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS**, [S.l.], v. 18, n. 35, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2385>. Acesso em: 09 junh. 2024.

CASTILHO, Maria Augusta, MORO, Nataniél Dal. Autores memorialistas e suas narrativas sobre a cidade de Campo Grande. **Fênix Revista de História e Estudos Culturais**, [s.l.] v. 12,

nº.1, 2015. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/827>. Acesso em: 02 maio 2023.

CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. D. AQUINO CORRÊA E D. PEDRO CASALDÁLIGA: ENTRE O UNIVERSO TELÚRICO, A FÉ E O PODER. **Revista ECOS**, [S. l.], v. 16, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/56>. Acesso em: 7 maio. 2023.

SOUZA OLIVEIRA, Elizabeth de; LUCINI, Marizete. O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência . **Boletim Historiar**, [S. l.], v. 8, n. 01, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/15456>. Acesso em: 24 nov. 2022.

DEBONA, Jackson James.; RIBEIRO, Renilson Rosa; PINTO, Adriana Aparecida. Por um ensino da história de Mato Grosso do Sul: implicações dos documentos referenciais para o enfoque regional no ensino de história no ensino fundamental. **Revista História & Perspectivas**, [s. l.], v. 28, n. 53, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/32778>. Acesso em: 14 mar. 2023.

DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim. JOSÉ DE MESQUITA E O ROMANCE TARDIO. **Polifonia**, [S. l.], v. 13, n. 14, 2007. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1050>. Acesso em: 1 set. 2023

DUTRA, Guilherme Pessoa. A construção do negro enquanto um não-ser na modernidade: A fábrica de sujeitos raciais e suas implicações para as engrenagens do capitalismo no ontem e no hoje. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.14, n.2, p.107-130. ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.49502>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49502>. Acesso em: 10 abr. 24.

FALCÃO, Iouchabel Sarratchara de Fatima. Ricardo Guilherme Dicke e o seu texto ficcional nas malhas do imaginário: Um estudo sobre identidade. In: Congresso Internacional da ABRALIC: Textualidades Contemporâneas, 15., 2017, Rio de Janeiro. **Anais** eletrônico do XV Congresso Internacional da ABRALIC, Rio de Janeiro, 2017. v. 3. p. 5842-5853. Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522253024.pdf. Acesso em: 12 maio 2023.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Um lugar na escola para a história local. **Ensino em Revista**, [s.l.], v.4, n.1, p.43-51, jan.-dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/7809>. Acesso em: 31 mar. 2023.

FONSÊCA, Humberto José; SILVA, Zoraide Portela. Quilombos: escravidão e resistência. **ODEERE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**, [S.l.], v.5. n.9, p.234-250, 2020. DOI: 10.22481/odeere.v5i9.6573. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/6573/4833>. Acesso em: 22 maio 2024.

GOES, Emanuelle Freitas.; RAMOS, Dandara de Oliveira; FERREIRA, Andrea Jacqueline Fortes. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Scielo Preprints**, [S.l.]

2020. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00278. Disponível em:
<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/635>. Acesso em: 24 abr. 2024.

GOMES, Nilma Lino. A força educativa e emancipatória do Movimento Negro em tempos de fragilidade democrática. **Revista Teias**, [S. l.], v. 21, n. 62, p. 360–371, 2020. DOI: 10.12957/teias.2020.49715. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/49715>. Acesso em: 25 abr. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro no Brasil**: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Política e Sociedade*, [S. l.], v. 10, n. 18, p.133-154, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2011v10n18p133> Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p133>. Acesso em: 05 maio 2023.

JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da Silva; OLIVEIRA, Paula Marcele Ferreira. O ensino de história regional e local na educação básica: propostas de problematização da história oficial de Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 21, n. 1, p. 209–229, 2022. DOI: 10.14393/REP-2022-62346. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/62346>. Acesso em: 11 jun. 2023.

LIMA, Tania Andrade; SENE, Glaucia Malerba; SOUZA, Marcos André Torres de. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 299–391, 2016. DOI: 10.1590/1982-02672016v24n0111. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/119850..> Acesso em: 20 maio. 2024.

LOPES, Juliana Serzedello Crespim; NEVES, Paulo Sérgio da Costa. **Revista de História**, São Paulo, [s.n], 2022. Quando a memória é o pomo da discórdia: O 13 de maio de 2020 e a Fundação Palmares. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2022.185560. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/185560/185696#info>. Acesso em: 24 abr. 24.

MALEVAL, Isadora Tavares; ATALLAH, Cláudia; CESCO, Susana. História Regional: novas perspectivas. **Revista Maracanã**, [S. l.], n. 26, p. 7-11, jan. 2021. DOI:<https://doi.org/10.12957/revmar.2021.57165> . Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanã/article/view/57165>>. Acesso em: 30 ago. 2023..

MARIN, Jerri Roberto. D. Francisco de Aquino Corrêa e a construção da identidade mato-grossense. **Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, Belo Horizonte, v. 16, n. 50, p. 780-811, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2018v16n50p780-811> . Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2018v16n50p780>. Acesso em 25 abr. 2023.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 28, p. 56–63, 1996. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i28p56-63. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364..> Acesso em: 22 maio. 2024.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20–31, 2015. DOI: 10.11606/issn.2316–901X.v0i62p20–31. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/107184/105723>. Acesso em: 20 maio 2022.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: Trajetória e perspectivas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 163-174, 1993.

OLIVEIRA, Carlos Edinei. O Ensino de História em Mato Grosso: Uma análise das Orientações Curriculares. **Revista História e Diversidade**, [S.l.], v.5, nº.2, p.18, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade/login?source=%2Findex.php%2Fhistoriaediversidade%2Farticle%2Fview%2F225>. Acesso em maio 2022.

PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. BNCC e o passado prático: temporalidades e produção de identidades no ensino de História. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [s.l.], v. 26, n. 107, p. 1-22, set. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/187986>. Acesso em: 05 març. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatay. Fronteiras da ficção: diálogos da História com a Literatura. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 10., 1999, Florianópolis. História: Fronteiras. **Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História**. São Paulo: Humanitas- FFLCH-USP/ANPUH, 1999, p.819-831. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1547483136_7a9e338147dd4ba39b5b28fce588c727.pdf. Acesso em: 14 maio 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatay. Este mundo verdadeiro das coisas de mentira entre a arte e a história. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 30, p.56-75, 2002. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2176>. Acesso em: 10 maio 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatay. LITERATURA, HISTÓRIA E IDENTIDADE NACIONAL. **Revista eletrônica Vidya**, Rio Grande do Sul, v.19, n. 33, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/531>. Acesso em: 19 abr. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatay. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, [S.l.], v. 7, n.14, p. 31-45, 2003. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4061386>. Acesso em. 01 set. 2023.

PINTO, Adriana Aparecida. Imprensa, intelectuais e história em Mato Grosso: rede de sociabilidades e circulação de ideias (1880-1920). In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH- MS, 14. 2018, Dourados, **Anais 2018: XIV Encontro de História da ANPUH/MS - "História: o que é, quanto vale, para que serve?"**, Dourados, Universidade Federal da Grande Dourados. Disponível em: http://www.encontro2018.ms.anpuh.org/resources/anais/9/1541194701_ARQUIVO_TextoCompleto_AnpuhMS_AdrianaPinto.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.

PINTO, Luiz Renato D. Souza. A CRUZ ENCOBRE A ESPADA. **Revista Alere**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 15, 2015. Disponível em: <https://periodicos2.unemat.br/index.php/alere/article/view/559>. Acesso em: 26 abr. 2023.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barboza. A fábrica de escravos: a escravidão negra no sul de Mato Grosso (1718 – 1888). **ACENO**, Vol. 3, N. 6, p. 52-70, ago. a dez. de 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/4262>. Acesso em: 14 abr. 2024.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Revista de Estudos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

PRECIOSO, Adriana Lins; FALCÃO, Iouchabel Sarratchara de Fátima. Ricardo Guilherme Dicke e o processo de transculturação na literatura. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, [S.l.], n.44, p.125-143, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2316-4018446>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/SyqYBvCG3BfFgBMp6kZDbzv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03 maio 2023.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó . Divisionismo e identidade mato-grossense e sul-mato-grossense: um breve ensaio. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. - História: Guerra e Paz.** Londrina, 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206569_43af6e5b19b075dc8e823246b67628af.pdf. Acesso em: 14 abr. 2023.

RECKZIEGEL, Ana. Luiza. Setti. História regional: dimensões teórico conceituais. **História Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 15-22, jun. 1999.

ROCHA, Anderson. Política e cultura em Mato Grosso: considerações sobre estratégias de construção de uma identidade local. In: Simpósio Nacional de História, 27, 2013, Natal - RN. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013. p. 1-15 Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874925_420f7d78aab65231c1a2a6b62712d3ce.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. A luz de Tereza de Benguela não apagará: O dito e o não-dito pelas fontes históricas. **Revista de História e Estudos Culturais**. [s.l.], v. 19, n. 1. p..494-513, Jun. 2022. DOI: 10.35355/revistafenix.v19i1.983. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/983>. Acesso em: 27 fev.24.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. O contrapelo da História: Os negros e indígenas nos caminhos fluviais até o Mato Grosso nas narrativas elaboradas por viajantes (Séculos XVIII e XIX). **História Revista**, Goiânia,v. 25, n. 3, p. 51–72, set./dez. 2020b. DOI: hr.v25i3.65313. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/65313>. Acesso em: 18 abr. 2024.

SÁ, Nicanor Palhares; SILVA, Aparecido Borges. CONSTRUINDO IDENTIDADE: O LIVRO ESCOLAR EM MATO GROSSO (1900-1930). In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo- SP. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548855459_0c842038571a0cc1274212099a0c650c.pdf. Acesso em: 14 abr. 2023.

SILVA, Acildo Leite da. FRONTEIRA OESTE, GENTE E MOVIMENTOS: MARCAS DOS QUILOMBOS NO OESTE MATOGROSSENSE. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 8, n. 18, p. 44–67, 2016. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/42>. Acesso em: 19 abr. 2024.

SILVA, Aparecido Borges. O PENSAMENTO INTELECTUAL DE ESTEVÃO DE MENDONÇA NO QUADRO CHOROGRAPHICO DE MATTO-GROSSO (1906). **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados, v.5, n.15, p.04-16, set./dez.2016. Disponível

em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/5528>. Acesso em: 8 maio. 2023.

SILVA, Marijâne Silveira da. Revista educação em Mato Grosso: criação, produção e circulação (1978-1986). **Educação e Fronteiras, Dourados**, v. 3, n. 7, p. 140- 157, 2013. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/2773>. Acesso em: 8 maio. 2023.

SOUZA, Luana Soares de. ENTREVISTA COM A ARTISTA PLÁSTICA GILDA PORTELLA. **Revista Athena**, [S.l.], v15, n.2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/athena/article/view/3502>. Acesso em: 8 maio. 2024.

SOARES, Luciana Rueda; RODRIGUES, Kelcilene Gracia. Ricardo Guilherme Dicke: um grande escritor fora da lista canônica brasileira. **REVELL - REVISTA DE ESTUDOS LITERÁRIOS DA UEMS**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 91–103, 2015. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/297>. Acesso em: 5 maio. 2023.

SOUSA, Shirley Cláudia da Silva; RIBEIRO, Renilson Rosa. História regional e local o que dizem os professores e os estudantes?. **CLIO: Revista Pesquisa Histórica**, [S.l.], v.39, n. 2, p. 186-214, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2021.39.2.6> Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8255721>. Acesso em: 10 abr. 2023.

STECA, Lucinéia Cunha. Apontamentos sobre ensino de história do Paraná. **História & Ensino**, [S. l.], v. 10, p. 21–40, 2004. DOI: 10.5433/2238-3018.2004v10n0p21. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11961>. Acesso em: 7 maio 2023.

VASSALLO, Simone; CICALO, André. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, [S.l.],v. 21, n. 43, p. 239–271, jan. 2015. doi.org/10.1590/S0104-71832015000100010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/9GddDnyKHmFvLTyw6Zr35WB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2024.

VISCARD, Cláudia Maria Ribeiro. História, Região e Poder: A busca de Interfaces Metodológicas. **Lócus: Revista de História**, Juiz de Fora, vol.3, nº1, 1997, p.88. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20441>. Acesso em. 05 abr. 2023.

WALDMAN, Mauricio. O Baobá na paisagem africana: singularidades de uma conjugação entre natural e artificial. **África**, [s. l.], n. esp, p. 223–235, 2012. DOI: 10.11606/issn.2526-303X.v0iespp223-235. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/102638>.. Acesso em: 1 abr. 2024.

ZORZATO, Osvaldo. “Civilizadores de índios”: os agentes do sertão na historiografia de Mato Grosso. **Fronteiras**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 171–201, 1998. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/13367>. Acesso em: 13 abr. 23.

ZORZATO, Osvaldo. Alicerces da identidade mato-grossense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.408, ano 161, p.419-439, jul./set. 2000. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/132-volume-408.html>. Acesso em: 24 abr. 23.

Entrevistas e palestras

MALEVAL, Isadora Tavares; ATALLAH, Cláudia; CESCO, Susana. História Regional: novas perspectivas. Entrevistado: Alessandra Izabel de Carvalho. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 26, p.13-21, 2021. DOI: <https://doi.org/10.12957/revmar.2021.55696>.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/349129887_Entrevista_com_Alessandra_Izabel_de_Carvalho_Professora_Associada_da_Universidade_Estadual_de_Ponta_Grossa_e_Editora_da_Revista_de_Historia_Regional. Acesso em: 15 jun. 2023.

MESQUITA, Caroline. **Livro lançado por professor de MT no mês da Consciência Negra conta histórias de rainha de quilombo e de guerreiro africano**. 2020. G1 MT. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/11/26/livro-lancado-por-professor-de-mt-no-mes-da-consciencia-negra-conta-historias-de-rainha-de-quilombo-e-de-guerreiro-africano.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2023.

A IMPORTÂNCIA do aprender sobre a história da África e diáspora no século XXI.

[S.l: s.n.], 05 ago. de 2020: 1 vídeo (1 hora e 43 min.). Publicado pelo canal : GETESA Grupo de Estudos em Território, Espaço e Sociedade na Amazônia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mzDSGllW2sk>. Acesso em: 07 mar. 2024.

Documentos

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: história (5ª e 8ª série). Brasília: MEC/SEF, 1998.

MATO GROSSO. Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 28 de novembro de 1989. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, 1989.

MATO GROSSO. Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 16 de julho de 1983. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, 1983.

MATO GROSSO. Concurso de História de Mato Grosso. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, p. 03, 28 jan. 1980.

MATO GROSSO. Conselho Estadual de Educação. Resolução n. 3, de 13 de janeiro de 1978. [Aprova a inclusão de disciplinas na Parte Diversificada de Educação Geral e Formação Especial dos Currículos de 2º Grau da rede estadual de Ensino]. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, p. 17, 6 mar. 1978.

MATO GROSSO. Lei n. 5.573, de 6 de fevereiro de 1990. [Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino das disciplinas de História, Geografia e Literatura de Mato Grosso, nas Escolas de 1º e 2º Graus, públicas ou particulares, que funcionem no Estado]. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, p. 25, 17 abr. 1990.

MATO GROSSO. Projeto de Lei n. 175/1989. [Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino das disciplinas de História, Geografia e Literatura de Mato Grosso, nas Escolas de 1º e 2º Graus, públicas ou particulares, que funcionem no Estado]. Assembleia Legislativa do Estado de

Mato Grosso, Cuiabá, 1989.

MATO GROSSO. Projeto de Lei n. 26/1983. [Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão da literatura Mato-grossense, nos currículos plenos, das escolas de 1º e 2º Graus, do Estado de Mato Grosso e dá outras providências]. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 1983.

MATO GROSSO. **Proposta Curricular do Ensino de 1º e 2º Graus**. Cuiabá: [s.n.], 1993.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso- Etapa Ensino Médio**. Cuiabá, 2020.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso etapa ensino fundamental**. Cuiabá, 2018.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Orientações curriculares: área de Ciências Humanas: Educação Básica**. Cuiabá: Defanti, 2010.

MATO GROSSO. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso/ Ensino Fundamental Anos Finais**. Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer de Mato Grosso. Cuiabá, 2018.

UFMT. Universidade Federal de Mato Grosso. **Relatório final do curso de Especialização “Mato Grosso: História e Historiografia”**. Cuiabá, 1983.

